

Trajetória da Indústria em Alagoas



Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

SEÇÃO 1 Introdução à Trajetória da Indústria

1.1. Justificativa Técnica	10
1.2. Metodologia de Elaboração	11
1.3. Orientação para Consulta	12

SEÇÃO 2 Relatórios da Trajetória da Indústria

2.1. Introdução aos Cenários	15
2.2. Detalhamento dos Cenários - Sinopses e Registros Cronológicos.....	16
<i>CENÁRIO 1 / 1850-1869.....</i>	<i>17</i>
<i>CENÁRIO 2 / 1870-1889.....</i>	<i>29</i>
<i>CENÁRIO 3 / 1890-1919.....</i>	<i>43</i>
<i>CENÁRIO 4 / 1920-1939</i>	<i>59</i>
<i>CENÁRIO 5 / 1940-1959</i>	<i>67</i>
<i>CENÁRIO 6 / 1960-1969.....</i>	<i>77</i>
<i>CENÁRIO 7 / 1970-1979.....</i>	<i>85</i>
<i>CENÁRIO 8 / 1980-1989.....</i>	<i>103</i>
<i>CENÁRIO 9 / 1990-1999.....</i>	<i>113</i>
<i>CENÁRIO 10 / 2000-2009.....</i>	<i>119</i>
<i>CENÁRIO 11 / 2010-2017.....</i>	<i>129</i>

SEÇÃO 3 Tópicos Especiais

3.1. Cooperativismo na Indústria - Contribuição Efetiva para a Indústria ...	140
3.2. O Legado da Indústria da Panificação	146
3.3. Industrialização em Arapiraca	150
3.4. Cronologia do Estaleiro	154
3.5. Cadeia Produtiva do Eucalipto.....	160
AGRADECIMENTOS ESPECIAIS	165

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Presidente – *Robson Braga de Andrade*

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

DIRETORIA EFETIVA

Presidente

José Carlos Lyra de Andrade

Diretor 1º Vice-Presidente

José da Silva Nogueira Filho

Diretor Vice-Presidente

Ricardo de Souza Leão Sampaio

Diretor Vice-Presidente

Wander Lobo Araújo Silva

Diretor Vice-Presidente

Durval Guimarães Filho

Diretor Vice-Presidente

Carlos Oiticica Pinto Guedes de Paiva

Diretor Vice-Presidente

Álvaro César Oliveira de Almeida

Diretor 1º Secretário

Alberto Cabús

Diretor 2º Secretário

Frederico Gondim Carneiro de Albuquerque

Diretor 1º Tesoureiro

José Fernandes Souza de Holanda

Diretor 2º Tesoureiro

Floriano Alves da Silva Júnior

DIRETORES

Alfredo Guttenberg de Mendonça Brêda

Jerlane Carneiro de Almeida Leite

Alfredo Raimundo Correia Dacal

Juarez Bastos Ferro

DIRETORIA SUPLENTE

Gilvan Severiano Leite

Maria Aparecida Parisotto Lucas

Francisco José Acioli Silva

Felix Eugênio Oiticica Berard

José Ferreira Costa

Edenir Moreira Peixoto

Valdomiro Feitosa Batista

Jorge Augusto Bastos

Fernando Márcio Cunha

Ildefonso Maia de Omena Guedes Nogueira

Antônio Monteiro da Silva Filho

João Sérgio Maciel dos Santos

José Djalma Rocha

José de Araújo Barros Filho

Sérgio Luis Feliciano

CONSELHO FISCAL - EFETIVO

Renato Saraiva Coutinho

Tiago Nascimento Pessoa Leite

Celso Tenório Nonô

CONSELHO FISCAL – SUPLENTE

Carlos Alberto Barros de Araújo

Frederico Ramiro Costa Sampaio

José Olindino Matos Filho

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO AO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – EFETIVOS

José Carlos Lyra de Andrade

José da Silva Nogueira Filho

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO AO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – SUPLENTES

Alberto Cabús

Pedro Robério Melo Nogueira

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

Diretor Executivo FIEA - Walter Luiz Jucá Sá

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

Superintendente – Walter Luiz Jucá Sá

Superintendente Executivo – Carlos Alberto

Pacheco Paes

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI

Diretor Regional – Marben Montenegro

Loureiro

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL/AL

Superintendente – Hélivio Braga Vilas Boas

Sindicatos Filiados à FIEA

Sindicato das Indústrias do Vestuário, da Confecção de Roupas Íntimas e da Fabricação de Bijuterias e de Joalheria do Estado de Alagoas

Presidente: *Francisco José Acioli da Silva*

Sindicato das Indústrias de Marcenaria, Móveis e Esquadrias do Estado de Alagoas

Presidente: *Jerlane Carneiro de Almeida*

Sindicato da Indústria de Engarrafamento de Água Mineral do Estado de Alagoas

Presidente: *Juarez Bastos Ferro*

Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Alagoas

Presidente: *Arthur José Machado Vasconcelos*

Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de Alagoas

Presidente: *Maria Aparecida Parisotto Lucas*

Sindicato da Indústria de Produtos Cerâmicos do Estado de Alagoas

Presidente: *Frederico Gondim Carneiro de Albuquerque*

Sindicato das Indústrias de Plásticos e Tintas do Estado de Alagoas

Presidente: *Gilvan Severiano Leite*

Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Alagoas

Presidente: *Alfredo Guttenberg de Mendonça Breda*

Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Alagoas

Presidente: *Floriano Alves da Silva Junior*

Sindicato das Indústrias de Extração Mineral do Estado de Alagoas

Presidente: *Carlos Oiticica Pinto Guedes de Paiva*

Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Mármore e Granito do Estado de Alagoas

Presidente: *José Fernandes Souza de Holanda*

Sindicato da Indústria de Panificação, Confeitaria, Bolos, Bolachas e Biscoitos e Massas Alimentícias do Estado de Alagoas

Presidente: *Alfredo Raimundo Correia Dacal*

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado de Alagoas

Presidente: *José Carlos Lyra de Andrade*

Sindicato das Indústrias Alimentares de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Sucos e Concentrados, Doces e Conservas do Estado de Alagoas

Presidente: *Alberto Cabús*

Sindicato das Indústrias Químicas, Petroquímicas e de Resinas Sintéticas do Estado de Alagoas

Presidente: *Alvaro César Oliveira de Almeida*

Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas

Presidente: *Pedro Robério Melo Nogueira*

Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de Alagoas

Presidente: *Tiago Nascimento Pessoa Leite*

Sindicato das Indústrias de Cachaça, Cerveja, Bebidas Destiladas e Bebidas Fermentadas do Estado de Alagoas

Presidente: *Renato Saraiva Coutinho*

Sindicato da Indústria de Torrefação e Moagem de Café de Maceió

Presidente: *Marconi Cavalcante Alves*

Sindicato das Indústrias de Energia do Estado de Alagoas

Presidente: *Carlos Oiticica Pinto Guedes de Paiva*



*Federação das Indústrias do Estado de Alagoas
Instituto Euvaldo Lodi*

Trajetória da Indústria em Alagoas **1850 2017**

Maceió, 2018

© 2018 – FIEA – IEL

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FIEA/IEL

Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

Instituto Euvaldo Lodi

EQUIPE EXECUTORA

SUPERVISÃO

José da Silva Nogueira Filho

Vice-Presidente FIEA

COORDENAÇÃO GERAL

Hélvio Braga Vilas Boas

Coordenador Unidade Técnica – UNITEC/FIEA

Superintendente Instituto Euvaldo Lodi – IEL/AL

ELABORAÇÃO DO PROJETO E
EXECUÇÃO

Francisco Braga Soares

Assessor Econômico UNITEC/FIEA

Consultor Técnico/IEL

Larissa Góes de Lima

Estagiária UNITEC/FIEA-IEL

EQUIPE TÉCNICA - GERÊNCIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE

Simone de Araújo Presser

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Omar de Oliveira Chagas

REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL

Wagner Melo de Oliveira

Ficha Catalográfica

F293t FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS
 Trajetória da Indústria em Alagoas: 1850/2017 / Federação das Indústrias
 do Estado de Alagoas ; Instituto Euvaldo Lodi. – 1. ed. – Maceió: FIEA, 2018.
 171 p. : Il.

 1. Alagoas – Indústria. I. Título.

Elaborada por Pascale Malinconico – CRB4-1157



APRESENTAÇÃO

A Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) apresenta, à comunidade em geral, a *Trajetória da Indústria em Alagoas*. O objetivo é oferecer, de forma simplificada, por fase, período ou ciclo, um resumo retrospectivo dos acontecimentos que, direta ou indiretamente, estão atrelados ao registro histórico da ocorrência industrial em Alagoas, sejam fatos positivos ou negativos, nos âmbitos estadual, municipal, federal, da parte do governo, do setor produtivo ou de outros segmentos.

Elaborado com integral apoio da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e executado pelo IEL (Instituto Euvaldo Lodi-NR/AL), o estudo visualiza o conteúdo como registro temporal e direcionado à consulta e pesquisa, considerando aspectos e enfoques dirigidos para os principais fatos que marcaram o início da industrialização, sua evolução, os caminhos da industrialização com destaque para grandes empreendedores, suas empresas e negócios, dentro do que foi possível levantar em diversas fontes e pessoas identificadas com o tema.

O projeto enfoca o processo de instalação, crescimento, diversificação e desenvolvimento do setor, a criação, atuação e fechamento de órgãos e outras estruturas de apoio ao setor industrial, com relato resumido das crises econômicas de conjuntura e estrutura com derivação político-social.

Foi possível inserir, para dar credibilidade à pesquisa, fotos, figuras, tabelas e comentários de empresários e gestores não empresários ligados ao período analisado ou seus representantes, sucessores, bem como autoridades, técnicos, professores e outros, sobre determinado tema, fato ou evento marcante, relatado na *Trajetória*.

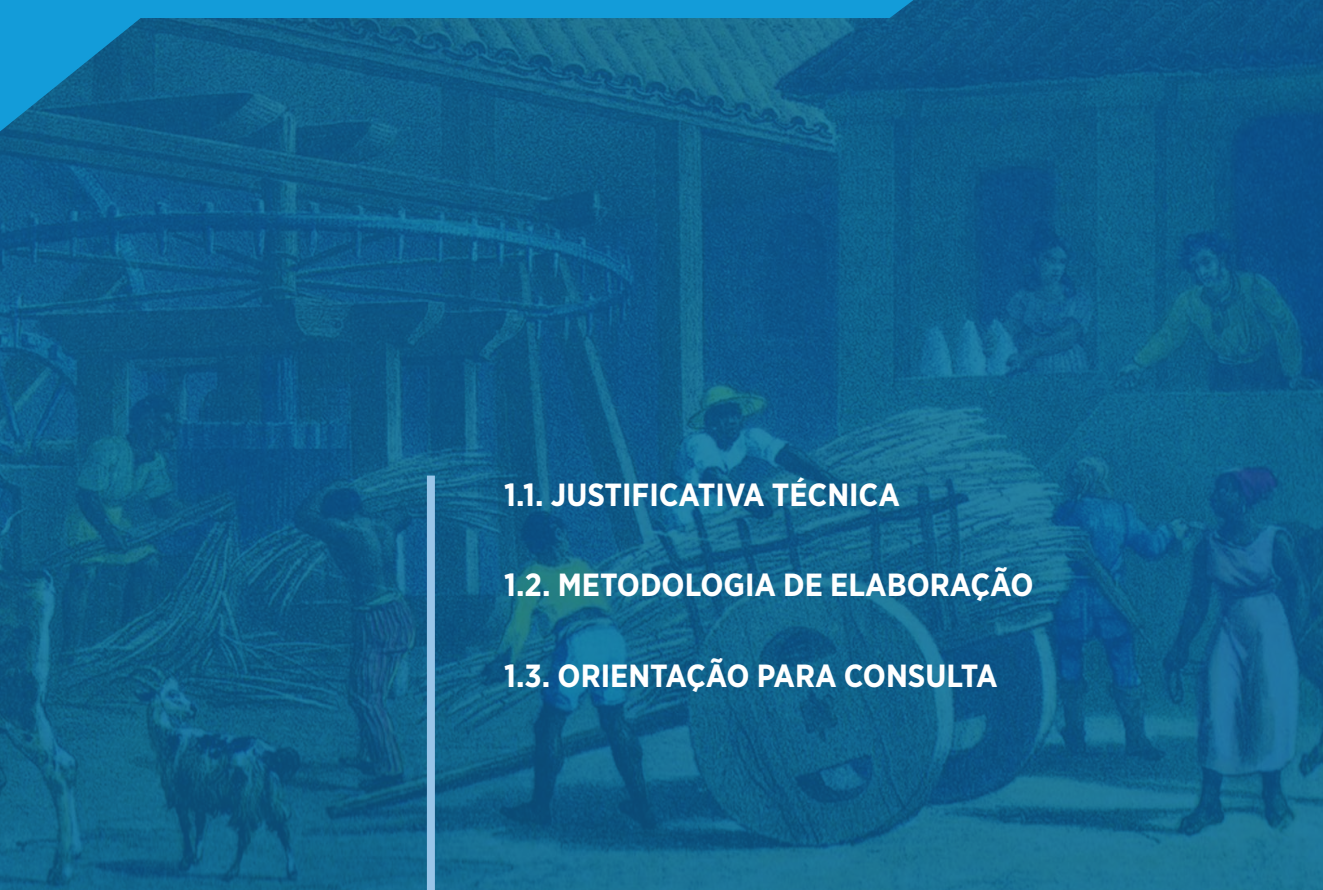
Temos a certeza de que este documento será de grande utilidade para todos aqueles que desejam conhecer com detalhes a trajetória da indústria e sua contribuição para a evolução da atividade econômica em nosso Estado.

JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE
Presidente da FIEA



SEÇÃO 1

Introdução à Trajetória da Indústria



1.1. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

1.2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

1.3. ORIENTAÇÃO PARA CONSULTA

1.1. Justificativa Técnica

Objetivo Geral

Dar conhecimento, do conteúdo, como registro temporal e direcionado para consulta, considerados aspectos e enfoques dirigidos, com sinopse dos registros mais importantes selecionados do período.

Objetivos Específicos

- Identificar e destacar as principais etapas da trajetória do setor industrial, salientando as dificuldades e alternativas seguidas por empreendedores e governos, bem como apontar suas principais potencialidades;
- Descrever, pontualmente, as principais etapas da trajetória histórica da industrialização de Alagoas, os diversos aspectos contemporâneos do setor e sua implicação em outros cenários econômicos e sociais do Estado.
- Destacar os principais fatos que marcaram o início da industrialização e sua evolução, os caminhos da industrialização, com destaque para grandes empreendedores e suas empresas/negócios, setores estratégicos e/ou importantes;
- Idem para agentes do governo; o papel das entidades de normatização, desenvolvimento e financiamento; o papel de cada um desses agentes em termos de contribuição para o crescimento, diversificação e desenvolvimento do setor; relato resumido das crises econômicas de conjuntura, estrutura e com derivação político-social; criação, atuação e fechamento de órgãos e outras estruturas de apoio ao setor industrial;
- Mostrar municípios destaque no processo de industrialização e reflexos sobre a economia alagoana como decorrência de um setor ou atividade peculiar; ascensão, regressão, perda do destaque ou mudanças no perfil; planos e medidas do governo que beneficiaram ou prejudicaram o setor;
- Apresentar fotos, figuras, tabelas, inseridas em ordem cronológica, comentários resumidos de empresários e/ou seus sucessores, autoridades, técnicos, professores e outros sobre determinado tema, fato ou evento marcante no período analisado e relatado na *Trajatória*.

1.2. Metodologia de Elaboração

Para a produção da *Trajetória da Indústria em Alagoas* foi realizado um minucioso levantamento de fontes originais e secundárias confiáveis, tais como documentos, depoimentos, dados estatísticos, fotos, filmes e demais elementos de registros históricos, dispostos em arquivos, museus e acervos particulares. O levantamento desse material, seu tratamento e sua descrição, foram desenvolvidos pelos técnicos da FIEA, contemplando:

- Orientação geral da equipe, supervisão de rotinas e organização dos resultados das atividades propostas; redação dos textos finais e revisão final.
- Levantamento de fontes, tratamento de dados estatísticos, gráficos, tabelas e figuras.
- Auxílio no levantamento de fontes, tabulação de dados, digitação de textos, gráficos, tabelas e figuras.
- Revisão de texto escrito e narrado, revisão de layout.
- Produção de layout, arte-finalização, produção de capas e contracapas, com auxílio de especialista.

Como resultado, foi elaborado um relatório técnico, descrevendo de forma objetiva o quadro geral da indústria em Alagoas, seu passado, presente e perspectivas. Assim, foi possível avançar com a utilização de pesquisas, publicações, trabalhos e arquivos confiáveis de professores, historiadores, pesquisadores, jornalistas e outros profissionais, tendo em vista a dificuldade de obter registros históricos no período mais incipiente da indústria alagoana, na segunda metade do século 19 e na primeira metade do século 20.

Com efeito, esses registros foram de grande valia para alcançar o objetivo de concentrar as informações em um só documento, adaptado ao estilo das publicações da Unidade Técnica/IEL da FIEA, utilizando dados, até certo ponto, desconhecidos por grande parte dos alagoanos sobre a verdadeira trajetória do setor.

1.3. Orientação para Consulta

O modelo adotado para a apresentação da *Trajatória da Indústria em Alagoas* teve como objetivo primordial a possibilidade de rápida e fácil consulta, dando-lhe característica de instrumento de pesquisa para todos os interessados em obter informações mais abrangentes sobre a evolução da indústria local. Este documento evidencia fatos e acontecimentos importantes que tiveram função determinante para o crescimento da indústria em Alagoas, destacando a contribuição de cada município e suas figuras ilustres.

Na publicação, serão encontrados dados gerais, situando o leitor na trajetória, compondo 11 cenários, com sinopse do período e o registro dos eventos mais importantes vividos pelo setor industrial no que concerne ao seu crescimento, desenvolvimento, geração de empregos, agregação de valor para investimento, renda interna bruta, fluxo tributário e integração intersetorial, a partir da evolução destes eventos. Da mesma forma, as atividades precursoras e sua evolução, a influência direta e indireta de segmentos ou atividades que contribuíram ou ainda contribuem para a complementaridade, consolidação e diversificação da indústria, tanto no setor privado como no ambiente governamental.

A *Trajatória* distingue os setores da agroindústria e da indústria de transformação, em resumos técnicos históricos, procurando evidenciar os fatos mais importantes relacionados a esses setores.

Empreendedores da indústria, pioneiros ou não, em determinados setores, estratégicos para o desenvolvimento, são lembrados pelo esforço de gestão sob inúmeras dificuldades econômicas, financeiras e mercadológicas, alguns por meio de seus seguidores.

O modelo cooperativista, como enfocado na publicação, mostra os negócios que deram certo com resultados positivos, eficientes, mantendo crescimento, diversificação da produção e geração de empregos, modificando o perfil socioeconômico da região ou do Estado como um todo.

Grandes empreendimentos e seus líderes de visão que trouxeram o avanço para cadeias produtivas dinâmicas ponta a ponta, novas tecnologias e elevação da produtividade promoveram mudanças significativas na economia local, com grandes efeitos macroeconômicos, estão

destacados ao longo da *Trajetória*.

Pela dificuldade de destacar todos os empreendedores colhemos comentários de representantes de setores específicos, detentores de grande conhecimento e capacidade de gestão.

SEÇÃO 2

Relatórios da Trajetória da Indústria



2.1. INTRODUÇÃO AOS CENÁRIOS

**2.2. DETALHAMENTO DOS CENÁRIOS -
SINOPSES E REGISTROS CRONOLÓGICOS**

2.1. Introdução aos Cenários

O povoamento de Alagoas foi determinado pelos engenhos de açúcar que, junto às fazendas de criação de gado, constituíram uma economia de bases profundamente agrárias. O aproveitamento, desde o século XVI, das terras férteis da Zona da Mata para o cultivo da cana-de-açúcar, complementado pela pecuária extensiva nas áreas menos produtivas, moldou o padrão fundiário da região. No período colonial, a área plantada com cana-de-açúcar em Alagoas cresceu extensivamente. Em 1590, já existiam alguns engenhos, número que aumentou para dez em 1630; 40 em 1700; 180 em 1800; e quase mil em 1930.

É na evolução histórica do sistema econômico criado em torno da produção do açúcar que se assentam as raízes da produção manufatureira em Alagoas, como de resto, a origem de toda a sua organização social e política. Na perspectiva das necessidades e complementaridades das produções tradicionais, foram sendo montadas estruturas industriais e comerciais consequentes que, em função do açúcar ou em sua consequência, moldaram o desenho econômico alagoano até meados do século XIX.

A partir de então, outros ramos de atividade passam a rivalizar com a cultura açucareira, dividindo tanto o seu espaço econômico, quanto a sua influência social e política, a exemplo da produção de algodão e tecidos, além do próprio comércio. Ainda que, em grande medida, essas atividades tenham surgido de forma reflexiva e em consequência da produção do açúcar, sua dinâmica própria irá determinar um novo ciclo econômico alagoano.

Por outro lado, o advento da Revolução Industrial na Europa trouxe novas perspectivas à tradicional produção de açúcar. Marca o ingresso do processo de mecanização das moendas, por meio do vapor, iniciando uma transformação que determinou o início de um novo ciclo industrial da produção açucareira, com singularidades econômicas.

Para a definição dos cenários, foram considerados períodos onde puderam ser registrados os principais fatos que marcaram o início da industrialização e sua evolução quantitativa e qualitativa. No início, intervalos maiores (20 anos) entre 1859 e 1940 e, a partir dos anos 1950, intervalos de 10 anos, assim definidos os períodos analisados e comen-

tados nesta obra, com suas sinopses e resumos cronológicos.

Foram registrados, nos cenários da *Trajectoria*, fatos, ocorrências e outros eventos, de acordo com o que foi encontrado nas fontes de consulta, podendo, evidentemente, ter havido omissões de dados, datas e nomes incompletos ou equivocados, tanto de estabelecimentos como de dirigentes, autoridades e pesquisadores, apesar de todo o cuidado da equipe executora e revisores.

2.2. Detalhamento dos Cenários - Sinopses e Registros Cronológicos

CENÁRIO 1	1850-1869
CENARIO 2	1870-1889
CENÁRIO 3	1890-1919
CENÁRIO 4	1920-1939
CENÁRIO 5	1940-1959
CENÁRIO 6	1960-1969
CENARIO 7	1970-1979
CENÁRIO 8	1980-1989
CENÁRIO 9	1990-1999
CENÁRIO 10	2000-2009
CENÁRIO 11	2010-2017
TÓPICOS ESPECIAIS	

CENÁRIO 1 | 1850-1869

Este cenário tem como destaque o ciclo dos engenhos, verdadeiro segmento precursor do agregado industrial subsequente e, ao mesmo tempo, convivendo com a incipiente indústria têxtil a partir de outro ciclo importante para a economia alagoana - o ciclo do algodão.

O ciclo seguinte, da cana-de-açúcar, com processo de aproveitamento industrial mecanizado, viria a ocorrer já nos anos 1890 em diante, detalhado no segundo cenário desta publicação. Com efeito, os engenhos de açúcar, a agroindústria têxtil e a agroindústria açucareira alcooleira deram início ao processo de industrialização do Estado de Alagoas.

Informações importantes e consistentes para os três primeiros cenários da *Trajetória* foram encontradas a partir de pesquisa realizada nos arquivos da Associação Comercial de Maceió, onde, além de livros, buscou-se nos Relatórios dos Presidentes da Província (as Fallas) o registro real dos resultados da gestão, observando tanto os das atividades primárias quanto os das atividades comerciais e da indústria, desde a extrativa até a de transformação. Neles, o relator apresentava os resultados da movimentação sociopolítica e econômica da gestão para apreciação da Assembleia Legislativa, podendo o relator ser um conselheiro, vice-presidente ou o próprio presidente da província.

As “Fallas da Província” eram relatórios dos presidentes da província ou de alguns assessores e ocupantes de cargos importantes, de confiança do governo, dirigidos à Assembleia Legislativa e ao sucessor, com prestação de contas, relatando todos os trabalhos e realizações de sua gestão, inclusive com apontamento dos problemas e necessidades, perspectivas, além de providências a serem tomadas em prol da província e de sua população.

O relator, quando era o presidente ou vice da província, apresentava o documento diretamente à Assembleia Legislativa Provincial; os relatores, geralmente conselheiros, entregavam o relatório ao presidente da província e este enviava ou apresentava o relatório à Assembleia Legislativa. Alguns relatórios abordavam a indústria, comércio e agricultura, os setores produtivos em geral. Outros, além destes, enfatizavam os problemas e necessidades sociais - educação, saúde, segurança e infraestrutura da cidade e do Estado.

Os engenhos surgiram antes das usinas de açúcar e da fiação e te-

celagem, precederam o formato de indústria com equipamentos mecânicos, de origem europeia, instalados pelas primeiras usinas e indústrias têxteis. Movidos a animais, produziam o açúcar, o mel e a rapadura.

Pesquisa do professor e historiador Jair Pimentel mostra que os primeiros engenhos surgiram nos vales dos rios Manguaba, Camaragibe e Santo Antônio, na região Norte de Alagoas. A terra fértil logo adaptou-se a essa nova atividade.

Os primeiros engenhos foram construídos por Cristovão Lins, o alemão que se constituiu como o verdadeiro colonizador de Alagoas. Ele batizou os três primeiros com os nomes de Escurial, Maranhão e Buenos Aires. Ficavam no atual município de Porto Calvo, que também fundou na segunda metade do século XVI.

Depois, foram surgindo outros engenhos, já com o segundo colonizador, Antônio de Barros Pimentel, casado com Maria de Hollanda, irmã da mulher de Cristovão Lins. Esse casal fixou-se às margens do rio Camaragibe, terras hoje pertencentes aos municípios de Matriz e Passo de Camaragibe. Mas a sua sesmaria alcançava, ainda, o vale do rio Santo Antônio, onde também edificou engenhos, como o Santo Antônio, que funcionou por mais de três séculos, até ser transformado na Usina Santo Antônio, em São Luís do Quitunde, já na década de 1950.

Outros engenhos foram surgindo nos vales dos rios São Miguel, Coruripe, Mundaú e Paraíba, e a atividade dominou a economia alagoana. O açúcar seguia para a Europa através do Porto do Francês, saindo dos engenhos em lombo de boi ou burro, atravessando montes e rios, até chegar à Vila do Pilar e, daí, seguindo em barças, passando pela velha capital (atual Marechal Deodoro) e chegar ao porto.

Na época da colonização, além de Cristovão Lins, fundador dos três primeiros engenhos, em Porto Calvo, e do português Antônio de Barros Pimentel, que fundou engenhos nos vales dos rios Camaragibe e Santo Antônio, foram surgindo novas famílias, como os Mendonça, com seus engenhos de açúcar e fazendas de criação de gado, na mesma região.

De acordo com sua força motriz, os engenhos podiam ser movidos a água (engenhos reais) ou a bois (engenhos trapiches). Em seus tipos primitivos de engrenagem de moenda ficaram conhecidos os dos pilões, os de mós e os de eixos – mais tarde nomeado de “três paus” ou “entrosas”. O território alagoano conheceu, em seu período colonial, todos esses tipos, sendo, porém, os mais comuns os engenhos d’água.

Apesar do quadro de predominância dos engenhos, José Bento Júnior, em sua “falla” de maio de 1850 demonstra satisfação com a efetiva contribuição da fábrica de óleos purificados e manipulação de arroz do Comendador Araújo e Filhos, no município de Penedo. Interessante ressaltar que, nesse cenário onde ainda não despontavam indústrias de porte ou aglomerações industriais importantes, Penedo se destacava como um dos municípios precursores da industrialização de matérias-primas regionais, contribuindo com a evolução do modelo da indústria

de transformação em Alagoas, movimentando a economia e empregando a mão de obra ativa da região.

Data dos primeiros anos da segunda metade do século XIX a introdução do engenho a vapor nas Alagoas. Em 1851, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior refere-se à existência de dois engenhos movidos a vapor, um em Passo de Camaragibe, outro em Santa Luzia do Norte. Entretanto, o presidente não menciona os nomes dos engenhos. Provavelmente, os engenhos são: Engenho do Meio – Passo de Cama-

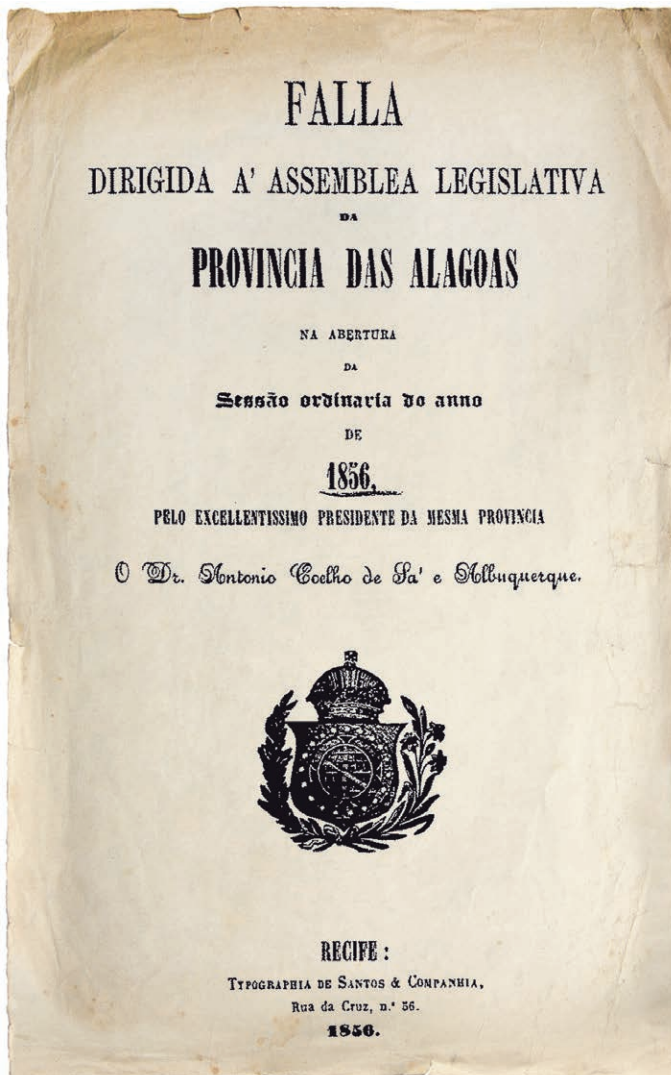


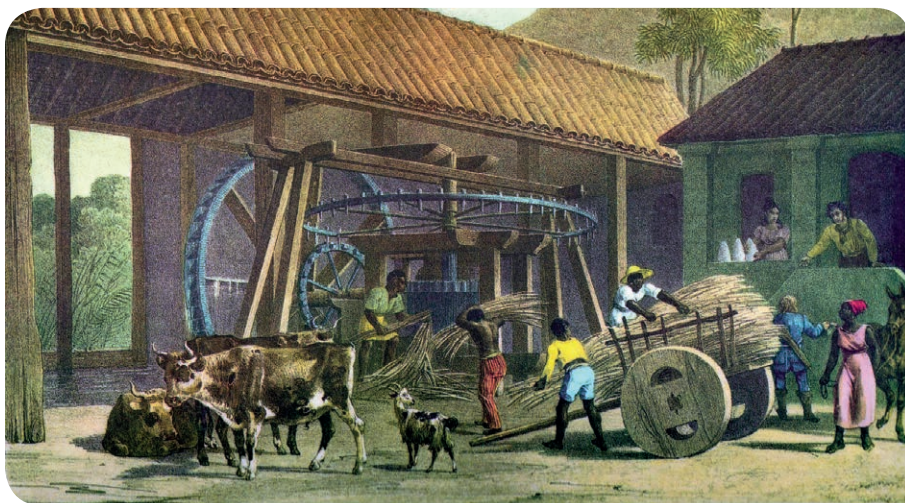
Ilustração de uma das Fallas do Presidente da Província

ragibe e Engenho Riachão – Santa Luzia do Norte. Em 1852, o mesmo presidente contava cinco engenhos a vapor. Assim, Alagoas possuiu engenho a vapor 36 anos depois de sua introdução no Brasil, que data de 1815, no Estado da Bahia.

Em 1854, encontra-se registros sobre uma fundição de sinos e outros objetos, que funcionava em Coruripe.

A maior parte dos 404 engenhos de açúcar dos municípios alagoanos de Atalaia, Maceió, Passo de Camaragibe, Penedo, Pilar, Porto Calvo, Santa Luzia do Norte e São Miguel dos Campos, em número de 235, tinha suas moendas movidas por animais, contra 151 que se movimentavam com água e apenas 18 a vapor.

O crescimento da economia açucareira nas Alagoas era notório, pois, na metade do século XIX existiam 316 engenhos de açúcar e, em



Modelo de engenho instalado pelo Barão de Anadia em Passo de Camaragibe

1859, já existiam 479 engenhos.

Alguns setores, com suas atividades reconhecidamente importantes no processo de industrialização de Alagoas, determinam influência direta e indireta na indústria contemporânea, nos segmentos da agroindústria, da indústria extrativa e de transformação, exercendo funções de integração setorial na economia. Assim, iniciando pelos engenhos – unidades de produção rudimentares de açúcar e mel - exerceram a atividade produtiva de transformação de matérias-primas, alargando o horizonte para a cultura da cana-de-açúcar, atraindo em seu entor-

no outras atividades do setor primário, contribuindo para a expansão do consumo do produto e, mais importante, abrindo caminho para um novo segmento produtivo em escala econômica, com maiores condições técnicas – as usinas de açúcar.

O ciclo do algodão e a indústria têxtil

O primeiro cenário abordado nesta narrativa da *Trajetória da Indústria* tem grande significado socioeconômico por abrigar dois importantes segmentos produtivos concomitantemente, amadurecendo o perfil empreendedor para o cenário seguinte, mais fortalecido, mais diversificado nos serviços, exigindo mais investimentos e maior participação do governo. Estes segmentos continuam em ascensão nos cenários seguintes. O ciclo do algodão, que propiciou matéria-prima para uma concentração de indústrias de fiação e tecelagem, representa fato histórico indispensável de citação no contexto desta pesquisa, visto que o Estado de Alagoas tem uma história de manufatura em fábricas têxteis desde quando a Fábrica União Mercantil de Fernão Velho iniciou uma das primeiras operações fabris do país.

Estudos dos professores e historiadores Douglas Apratto Tenório e Golbery Luiz Lessa concluem que, apesar de ter sua presença no panorama histórico da economia alagoana relegada a um plano inferior, a cultura do algodão protagonizou um período particularmente importante para o desenvolvimento da região, ao possibilitar o início de um expressivo surto de industrialização no Estado. Momento histórico marcado, em sua etapa inicial, pela consolidação de um intenso processo de transição do ambiente social, em meio ao surgimento das fábricas de fiação e tecelagem e suas vilas operárias. A atividade industrial, em Alagoas, chegou ao seu ápice entre os anos 1930 e 1950.

Depois, foram surgindo outras fábricas têxteis, como a de Saúde, da família Nogueira (Maceió); Vera Cruz, em São Miguel dos Campos (Cotonifício João Nogueira); Fábrica de Tecidos São Miguel (Bernardo Lopes); Alexandria, em Maceió, da família Lôbo; outras em Penedo e Pilar, além de uma pequena fábrica, pouco conhecida - a Santa Margarida, em Maceió (Jaraguá).

Rio Largo cresceu com o avanço dessa atividade, graças ao comendador Teixeira Bastos, avançando mais ainda depois da administração do seu genro Gustavo Paiva, um verdadeiro construtor do progresso de

Alagoas, que implantou, naquela cidade, a mais avançada legislação trabalhista.

O algodão contribuiu, decisivamente, com o desenvolvimento do Estado nordestino, ao contrário do que ocorria com a cana-de-açúcar. Assim, o algodão foi um dos principais produtos do Nordeste e o único que enfrentou a cana-de-açúcar, com algum êxito, na disputa por terras e por braços. Essas duas atividades econômicas foram as que mais contribuíram para o desenvolvimento do território alagoano.

Esta cultura algodoeira foi a grande responsável pelo povoamento do interior, Agreste e Sertão, ao lado da pecuária. O algodão já era usado pelos indígenas brasileiros antes mesmo da colonização portuguesa. O cais de Jaraguá era a porta de entrada do capitalismo em Alagoas, mostrando Maceió como uma “cidade comercial, ligada ao Atlântico no comércio pelo mar”, sendo, portanto, a ponte de desembarque da modernidade na cidade.

Em 31 de julho de 1857, José Antônio de Mendonça (Barão de Jaraguá) reuniu vários negociantes para fundar uma fábrica de tecidos no povoado de Fernão Velho, em Maceió, com a denominação de Companhia União Mercantil, que marcou o início da indústria têxtil em Alagoas, ao vislumbrar um recente mercado consumidor de produtos industrializados derivados do algodão. Em seus estatutos, constava da estrutura da nova fábrica a construção de uma fundição, com a compra de um prédio e a maquinaria para tal. Porém, a União Mercantil passa a funcionar suas primeiras máquinas em março de 1864, em função de dificuldades financeiras dos empreendedores.



Fábrica União Mercantil, em Fernão Velho, primeira indústria têxtil instalada em Alagoas

Esta fábrica, a primeira de Alagoas, até 1888 funcionou como única indústria têxtil na província, concorrendo, inclusive, com as grandes indústrias baianas em suas primeiras décadas de existência.

As principais fontes de nossa produção agrícola/fábrica no quadriê-

nio 1854 a 1858 ainda não contavam com os resultados das atividades que reforçariam este quadro nos anos seguintes: os da “fundição de ferro” e da “fábrica de tecidos de algodões grossos”.

Pesquisa nos arquivos da ACM a partir do documento “Fallas da Província” mostra que, no período 1857/58, a província de Alagoas já produzia e exportava para outras províncias, mesmo de forma rudimentar ou artesanal, produtos industrializados ou semi-elaborados, como: açúcar, couros secos, couros salgados, sola e peles miúdas, aguardente, óleo de rícino (mamona) e azeite de mamona, azeite de coco, cera amarela, farinha de mandioca, mel de furo, esteiras de piripiri, como os mais significativos (Telatório da Thesouraria Provincial/março de 1859).

“Uma reunião de cidadãos não indiferentes às necessidades de civilização e do progresso, concebeu a nobre inteligência e útil ideia de estabelecer nesta capital uma Caixa Econômica, para facilitar as transações comerciais e agrícolas, sobretudo para acoroçoar o espírito econômico do povo, primeiro elemento de prosperidade e de engrandecimento de um país”, disse em sua fala o presidente Sá e Albuquerque, em meados de 1856.

A Caixa Econômica da Capital, único estabelecimento de crédito da província, neste cenário, obtinha resultados positivos, dando a seus capitalistas/acionistas juros de 5% a 9% a.a. no período 1856/57, como conta Ângelo Thomaz, em relatório de março de 1858.

Paralelamente à maior representatividade da produção açucareira a partir dos engenhos e do crescimento da cultura do algodão, que daria impacto para a nova indústria têxtil, em sua visita a Penedo, em 1859, Dom Pedro II descreveu em seu diário a presença de diversas atividades manufatureiras, como destilarias de aguardente, fábricas de cigarros, de descascar arroz, denotando iniciativa empreendedora para diversificação da atividade econômica pelos colonizadores e seus seguidores.

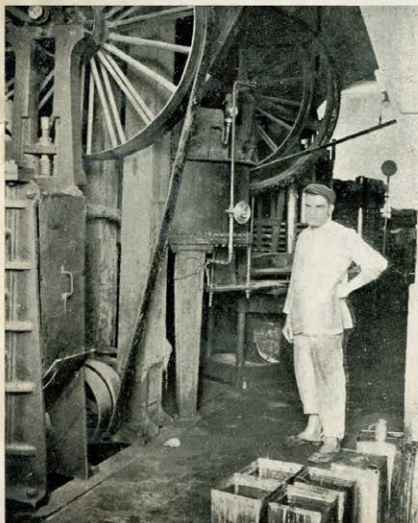
Por outro lado, os demonstrativos dos principais produtos industrializados da Província das Alagoas, despachados (outras províncias) e exportados em 1857/58, mostravam: açúcar, aguardente, óleo de rícino, azeite de mamona, azeite de mamona purificado, azeite de coco, cera amarela e farinha de mandioca, produzidos por pequenos estabelecimentos, sendo os de maior volume açúcar e aguardente, conforme relatório do inspetor Guilherme José da Graça da “Thesouraria Provincial” - março de 1859.

Em 1859, proliferavam na província fábricas de óleo de rícino e azeite de mamona, distribuídas pelos municípios (e seus povoados) de Pão de Açúcar, Penedo, Coruripe e São Miguel dos Milagres. Naquele ano, foi registrada a maior produção de azeite de mamona, num total de 32.700 canadas/ano, unidade de medida utilizada na época.



Penedo - Fabrica de Oleos, Peixoto & C.

Fabricas de oleos—
A' actividade e descortino industrial dos srs. Peixoto & C.^{ta}, deve Alagôas os dous estabelecimentos: Fabrica de Oleos de Penedo e Fabrica de Oleos de União. A primeira, aparelhada de 4 prensas aptas a esmagar 10 tonelladas de caroço de algodão por dia, é dotada de um motor com força de 100 cavallos e emprega 30 operarios; e a segunda esmaga 15 tonelladas por dia em 9 prensas sendo accionada por motor da força de 150 cavallos. Esta fabrica tinha cessado de trabalhar ha alguns annos, e somente depois que a firma a adquiriu recommçou a funcionar regularmente.



Penedo - Fabrica de Oleos, Peixoto & C.



Penedo - Esmagadores da Fabrica de Oleos, Peixoto & C.

Fábrica de Óleos Vegetais em Penedo no final dos anos 1800

Nota da FIEA - *As antigas unidades de medida portuguesas foram utilizadas em Portugal, Brasil e em alguns domínios coloniais portugueses até a introdução do sistema métrico. Estas unidades tiveram origem nas unidades de medida romanas, árabes e outras.*

A Canada – vasilha em forma de cone truncado de cobre com uma asa lateral, medida padrão destinada à medição de líquidos (equivalente a 1,4 L) era uma das principais unidades de medida de volume para líquidos em Portugal antes da adoção do Sistema Internacional de Unidades e Padronização das Medidas, implantada no Brasil em 1862.

Roberto Simonsen, em História Econômica do Brasil. 7ª ed. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977, pp. 462-463 narra que as medidas lineares, agrárias e de peso eram idênticas no Rio de Janeiro e em Lisboa, enquanto as medidas de capacidade utilizadas no Rio de Janeiro diferenciavam-se das usadas em Portugal.

Além dessas fábricas, há registros de 159 prensas de fazer azeite, com baixa capacidade instalada, cuja produção de 9.600 canadas/ano era equivalente a 29% da oferta industrializada de 32.700 canadas/ano.

Crescia nesta década o número de fábricas de destilação de aguardente, distribuídas pelos municípios, vilas, povoados, fazendas e arrabaldes em Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos, Piaçabuçu, Penedo, Coqueiro Seco, Maceió, Porto de Pedras e Pilar, produzindo um volume de 385.330 canadas/ano (540.000 litros/ano).

Ainda existiam na província 218 pequenos alambiques de barro em diversos municípios, produzindo 66.400 canadas/ano de aguardente (92.960 litros), como informou o inspetor da Thesouraria Provincial Guilherme José da Graça em seu relatório de março/1859.

Manoel de Souza Dantas, em 1860, relatava que existiam disseminadas, em vários pontos da província, 59 fábricas de destilar aguardente, mas de tamanho insignificante, sendo a mais estruturada a de Félix da Costa Moraes, que destilava cerca de 51.000 canadas/ano.

Das fábricas de óleo de rícino e azeite de mamona, pertencentes a Araújo & Irmãos e Pedro José Pinho, no município de Penedo, a dos primeiros era a mais importante, com produção de 4.000 canadas de óleo de rícino fino/ano e 2.500 canadas/ano de azeite para luzes. Além das maiores, existiam outras 17 fábricas de azeite de mamona, destacando,

no entanto, as de Antonio Bernardo de Souza e João Antunes Cardoso, no município de Pão de Açúcar, com produção em torno de 2.750 canadas/ano.

Bastante consistente, o relatório de Souza Dantas dava uma visão do incipiente, mas já movimentado quadro industrial da província, mostrando que, também em Penedo, estavam montadas e em pleno funcionamento, duas fábricas de “pilar arroz”, pertencentes uma a José Manoel de Araújo & Cia e outra a Francisco Antonio Fernandes Pinheiro.

De maior porte, a fábrica dos Araújo ficava na localidade denominada Rocheira, à margem do rio São Francisco, com maquinismos a vapor de alta pressão e força de 10 cavalos, que movia, ao mesmo tempo, um moinho para farinha de milho e arroz, uma máquina de descaroçar algodão, uma serraria e uma panificação.

Embora constituída em 1857, o relatório de Souza Dantas afirmava que a fábrica de Fernão Velho ainda estava em obras em 1860, mesmo com a dedicação e zelo para progredir com as obras do Barão de Jaraguá e do seu colaborador, Antonio da Silva Lisboa. Já no relatório de Pedro Veloso, em 3 de março de 1860, o barão afirmava ter esperança de que a fábrica de tecidos viesse a funcionar ainda no mês de outubro daquele ano e “fá-lo-ia antes se não fosse sua viagem inadiável à Europa”.

Para fora da província, os maiores mercados eram Inglaterra, Estados Unidos e Portugal, enquanto dos despachos internos eram Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, indicando que Alagoas já mantinha relações comerciais destacadas intra e inter-regionais no mesmo período.

Penedo se destacava pelas exportações de óleo de rícino (14.751 canadas) azeite purificado (21.382 canadas), na conformidade da lei provincial 99 de 01.08.1848 e das leis 171 e 196 de junho de 1851/52, através da fábrica de Araújo e Filhos.

A importância de Penedo nesse cenário era evidenciada pela presença de José Manoel de Araújo & Companhia, que fundou um estabelecimento multifabril para “pilação” de arroz, serraria, extração de óleos e moinhos para farinha de milho, de arroz e outros cereais, um centro de produção de porte, para o nível de industrialização da época, com máquina de vapor horizontal e prensa hidráulica.

“É verdadeiramente rudimental o estado da indústria fabril da província, constante de algumas fábricas de destillar aguardente, outras de

óleo de ricino e azeite e duas de pilar arroz; estas montadas na cidade de Penedo e movidas a vapor” (Relatório das Fallas de Pedro Leão - junho/1860).

De 1861 a 1862, dados da Alfândega de Maceió mostravam a pauta de produtos industrializados e semi-elaborados pela província exportados para “fora do Império”, a saber: açúcar, couros salgados, esteiras. Já o quadro de exportações para “dentro do Império”, no mesmo período, elencava: aguardente, açúcar, azeite, ceras, charutos, couros salgados, doces diversos, óleo de rícino, resina de batata e sabão.

“Uma série de obstáculos tem-se opposto até hoje à conclusão das obras necessárias para funcionar a fábrica de fiação e tecidos única de que ultimamente se tem tratado, sendo um dos maiores o desmorona-

mento do açude que infelizmente occorreo em novembro último” (Relatório das Fallas de Antônio Carvalho - junho/1862). O início da produção da primeira fábrica têxtil ocorreu, realmente, em 1865, sendo feitas 6.511 peças de algodão.

Conforme anotações do livro “Uma Associação de Algodoeiros”, do professor Benedito Ramos (ACM), série Algodão, volume 1, um grupo de 46 comerciantes do setor algodoeiro de Maceió promoveu uma reunião, em 22.07.1866, para fundação da Associação Comercial de Maceió

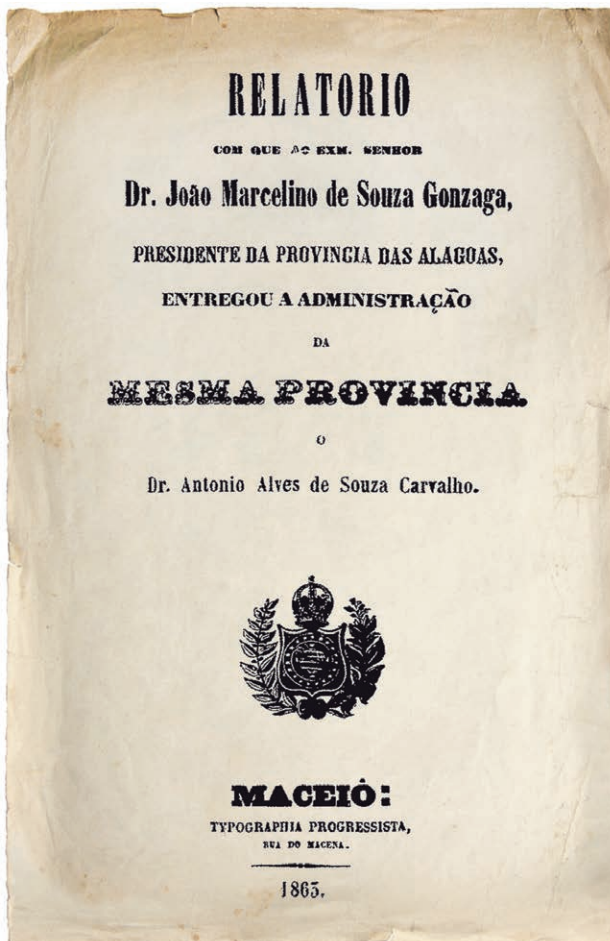


Ilustração de Falla do Presidente da Província

e, em 07.09.1866, a entidade foi constituída formalmente. José Joaquim de Oliveira foi eleito o primeiro presidente, também integrante do setor algodoeiro, florescente na época. Um dos primeiros objetivos era classificar e fiscalizar o algodão alagoano para ingressar no mercado europeu, qualificando o produto ao nível da Bahia e Pernambuco. O prédio da importante agremiação do setor produtivo, em Jaraguá, foi construído entre 1919 e 1928. Começou a funcionar em imóvel alugado por 30\$000 ao sócio Félix Pereira de Souza, contando com 100 sócios-fundadores. A primeira diretoria contava, além do presidente José Joaquim de Oliveira, com José Virgínio Teixeira D'Araújo - secretário e Francisco de Vasconcelos Mendonça - tesoureiro.

Relatório de Graciliano Pimentel ao presidente da província, Antonio Moreira de Barros, em maio de 1868, informava que, em cumprimento ao aviso do Ministério da Fazenda de 14 de janeiro último e das observações anexas ao decreto nº 3920 e de 31 de julho de 1867, fora instalada, em 7 de fevereiro, a Alfândega da cidade de Penedo, para atender às necessidades do “comércio de importação estrangeira” por via fluvial.

CENÁRIO 2 | 1870–1889

O segundo cenário da *Trajetória da Indústria em Alagoas* revela avanço significativo, com a atividade de transformação sobrepujando a atividade primária mais acentuada até 1869, pois a industrialização do açúcar e dos derivados têxteis traçava rumo certo à consolidação da indústria contemporânea no século 19 até o início do século 20, avançando em suas primeiras décadas de forma bastante estruturada.

As pesquisas mostram um cenário liderado pelos setores têxtil e do açúcar sem novos grandes segmentos dominantes. Há certa estabilidade, sem novas movimentações, podendo ser citada a fundição como algo “novo”.

Neste cenário, o Nordeste era uma região que estava se destacando no ramo da indústria de bens de consumo devido às condições favoráveis, considerando que contava com itens básicos para o desenvolvimento das empresas fabris: matéria-prima em abundância, mão de obra barata e acesso ao mercado consumidor através de suas vias hidrográficas e, posteriormente, suas linhas férreas.

Vale lembrar que, antes do surgimento da primeira usina, a indústria têxtil já exercia papel preponderante no Estado, criando em torno de si um polo de comércio, serviços, habitação e transporte, para viabilizar o escoamento da produção.

Nesta fase ainda incipiente da industrialização, cumpre mencionar a participação da indústria de fundição, de pequeno porte, que constituiu um ciclo importante, dentro de suas características, atendendo às necessidades da época, com estabilidade, mas entrando em decadência, diante do surgimento de unidades de maior porte na região, com estrutura técnica avançada.

O Barão de Jaraguá, que fundou a primeira indústria têxtil de Alagoas em março de 1857, faleceu na Europa, em tratamento médico, em fevereiro de 1870. Foi um gênio empreendedor, negociante ativo e inteligente, que deu impulso à capital da província com suas ideias e ações.

Em 1870, a indústria manufatureira, apesar do bom desempenho, carecia ainda de maior grau de desenvolvimento, com destaque para a fábrica de tecidos de Fernão Velho (União Mercantil) e a fábrica de sabão da Pajuçara “Dous Irmãos”. Todavia, a partir dos anos seguintes, nota-se melhoramento na produção e nos resultados financeiros da unidade

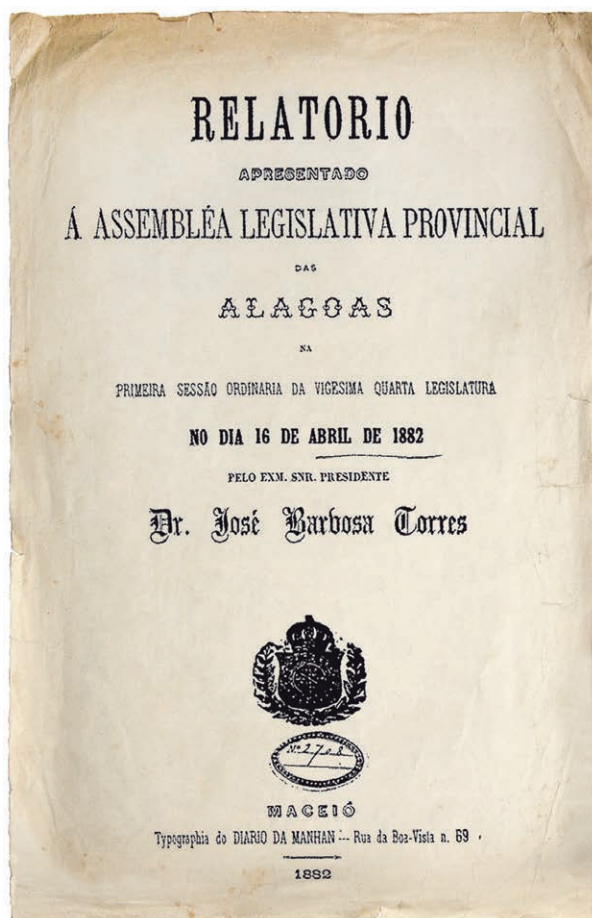
têxtil, com o aumento do número de empregados. Neste mesmo ano, o Engenho Apra, em Pilar, foi o primeiro a utilizar máquina a vapor.

“No Penedo, além de uma fábrica de extrahir óleo de mamona, existem algumas machinas a vapor para descaroçar e enfardar o algodão que prestam grande utilidade aos productos desse gênero” (Relatório das Fallas de Rômulo Peres - março/1874).

Após a morte de José Antonio de Mendonça, a Companhia União Mercantil, encontrando dificuldades financeiras, não tendo conseguido construir sua fundição, vende sua maquinaria.

Entre 1870 e 1875, havia uma indução do Governo da Província para a instalação dos chamados engenhos centrais, de modo a soerguer a agricultura da lavoura da cana e aumentar a produção e oferta de açúcar. Em 1875, Alagoas contava com 600 engenhos.

“Autorizando a patriótica lei provincial nº 648, de 03 de Maio de 1875, à presidência a contractar com quem melhores vantagens offerecesse o estabelecimento de três engenhos centraes nas zonas das comarcas da Capital, Pilar, Atalaia, Alagoas, Camaragibe e Porto Calvo, procurou a mesma presidencia da execução à referida lei, chamando concurrentes ao contracto. Apresentou-se o engenheiro civil João Camillo Affonso Costard, porém, somente contractou em 9 de Janeiro de 1880 o estabelecimento de um enge-



Modelo de Relatório (FALLA) do Presidente da Província impresso em tipografia de Maceió

nho por determinação do Ministério d'Agricultura, em telegrama de 23 de dezembro de 1879, limitando naquela ocasião a um só engenho, dependendo a concessão dos outros do bom desempenho do primeiro" (Relatório das Fallas de José Barbosa Torres - abril/1882).

Em fevereiro de 1876 organizaram-se entre si os operários do cotonifício (União Mercantil), para fundar uma sociedade denominada Proteção e Auxílio, cujo estatuto consolidado tinha por finalidade "abrigar o operário, quando doente, amparar-lhe a família por sua morte e formar um pecúlio que lhe daria direito a tornar-se mais tarde acionista da Companhia".

No final de 1876, registros das "Fallas da Província" indicavam a existência de quatro estabelecimentos industriais importantes do ponto de vista estrutural: a fábrica de tecidos, duas unidades de fundição e a fábrica de sabão. Mas o quadro econômico vivia crise no segmento comercial e agrícola, não permitindo o crescimento desses empreendimentos apesar da capacidade e prestígio de seus proprietários. Pediam as empresas, ao Governo Imperial, isenção de impostos sobre materiais importados para manter a competitividade.

O Governo Provincial, mesmo considerando atrasado o estágio da indústria no país, reconhecia a importância da Cia. União Mercantil em 1876. Era a fábrica não só um estabelecimento industrial, mas uma "escola industrial prática", pela carência de escolas de ofício para formar operários qualificados.

Havia, em 1876, uma proposta de ampliação do segmento das fundições para apoiar as necessidades dos engenhos a vapor que cresciam na província e o Governo Provincial se propunha a participar do capital desses novos empreendimentos.

O relatório de Francisco Brandão registrava, em abril de 1877, que "no estado em que ainda se encontra a industria do país, a Província das Alagoas tem a felicidade de possuir um estabelecimento industrial de elevada importância: a fábrica de fiação e tecidos estabelecida no povoado de Fernão Velho", preparando-se para receber novas máquinas da Europa, já contando com tinturaria, tecendo panos para ensacamento de gêneros. Manufaturava, ainda, mesmo em pequenas quantidades, fazendas apropriadas para roupas de escravos, lençóis, toalhas, redes e brim.

Recomendava Brandão que o governo, pela importância da empresa, procurasse auxiliar a unidade fabril, considerando "os impostos

provinciais que lhe têm sido lançados e aliviá-la dos ônus que possam impeli-la de afrontar a competência nas praças do Recife e da Bahia e desenvolver sua produção tanto quanto é de desejar”.

A fábrica “Dous Irmãos” foi fundada em 07.06.1877, na Pajuçara, para produzir sabão de boa qualidade, iniciativa dos negociantes Justino da Silva Torres e Domingos da Silva Torres, indústria movida a vapor com produção de 49.000 caixas/ano (1.098,2 kg/ano). Como proteção ao novo estabelecimento foi criada, pelo governo, uma taxa de 45 réis por quilograma de sabão vendido, não fabricado na província.

“As duas indústrias hoje mais aperfeiçoadas na província são a: manufactura de panno de algodão em Fernão Velho, que possui o maquinismo necessário para manufacturar 20.000 peças de pano e conta também uma tinturaria e o fabrico de sabão na Pajussara.” (Relatório das Fallas de Cincinato Pinto - abril/1879).

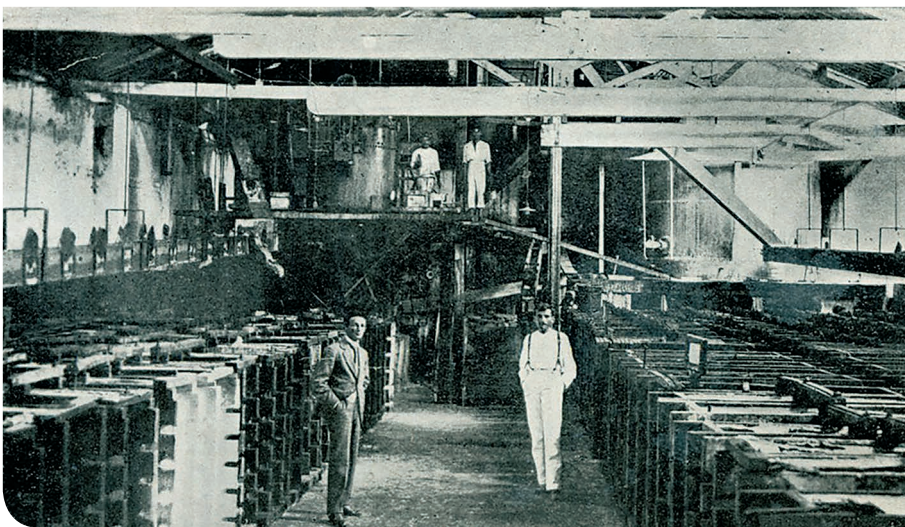
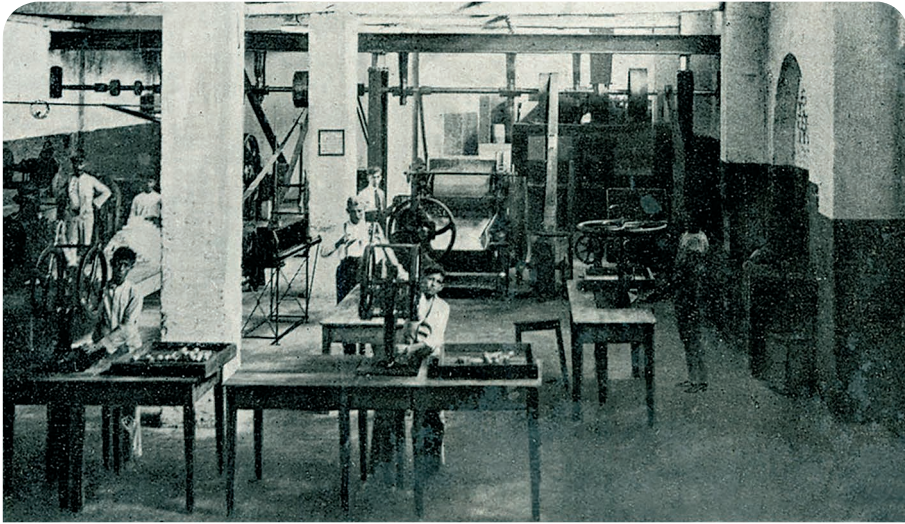
O açúcar continuava a ser o principal produto agroindustrial da província. A indústria de transformação limitava-se aos três principais estabelecimentos. A fábrica de tecidos de Fernão Velho continuava a concorrer de forma eficaz para o desenvolvimento da indústria da província. A de sabão da Pajuçara continuava a atender às necessidades do consumo e os proprietários haviam dotado o estabelecimento de melhores máquinas, aperfeiçoando o processo produtivo.

Vale registrar que nesta fase a indústria “Dous Irmãos” vinha aperfeiçoando a qualidade de seus produtos sem, contudo, aumentar os preços, o que já representava aumento de produtividade. Assim, a fábrica de sabão, sem concorrentes na província à altura, dava provas de viabilidade, atendendo à demanda pelos produtos de maior qualidade, chegando a realizar vendas nas “capitais” de Sergipe e Bahia.

A partir de 1880, a fábrica contabilizava aumento da produção de 12.000 caixas/ano para 15.000 caixas/ano, representando incremento de 25%, pois a fábrica havia investido em melhoramentos na ponte de madeira destinada ao embarque e desembarque de matérias-primas e do produto acabado no “Cais de Jaraguá”.

A pequena quantidade de engenhos a vapor impedia o avanço da indústria de fundição em prejuízo da própria cultura da cana e de outras atividades produtivas e Cincinato Pinto cobrava, em 1880, a criação da fundição e caldeiraria de ferro e cobre na capital, como uma providência importante e necessária.

A fábrica de sabão estava exportando em pequena quantidade para dentro do Império, mais precisamente para Sergipe e Bahia onde era excessivo o imposto provincial sobre o sabão importado. Mesmo assim, especial atenção entre os melhoramentos efetuados pela diretoria no período foi a ponte de madeira de grande extensão, destinada ao embarque e desembarque da matéria-prima como do sabão vendido, quando já produzia e vendia mais de 15.000 caixas/ano.



Fábrica nos anos 1880: preparação de sabonete (acima) e depósitos de massa e caldeiras

Continuavam a funcionar ativamente, em Penedo, as duas fábricas de “pilar arroz” e de extrair óleo de mamona, no momento pertencente ao espólio do negociante José Maria Gonçalves Pereira.

É notável que, das centenas de engenhos existentes na província em 1881, “um número limitadíssimo esteja estabelecido com máquinas a vapor para o fabrico de açúcar”, argumentava, em sua “falla”, o presidente José Barbosa Torres. Ele lamentava que não existissem, ainda, engenhos centrais em “zonas mais açucareiras da província”, não obstante a garantia de juros e outros favores dispensados pela Lei nº 618 de maio de 1875, além das reconhecidas vantagens advindas desses engenhos. “Quanto mais se aperfeiçoar o fabrico de açúcar tanto maior será o valor do seu produto, o que somente se conseguirá substituindo-se o antigo e atrasado sistema ainda em uso, por máquinas modernas” completou o presidente Torres.

A indústria manufatureira “precisa de animação e proteção que lhe proporcione o desenvolvimento desejável”, dizia o presidente José Barbosa Torres em seu relatório de abril de 1882, com referência aos dois únicos empreendimentos industriais instalados na província: a fábrica de tecidos e a fábrica de sabão.

Na época, os empresários do sabão reclamavam, então, que “este não consumo interno” (insuficiente) onerava os cofres da empresa, pois ao colocar o produtos nas províncias vizinhas, eram sobrecarregados com o imposto de 50 reis/kg, como produto importado, para proteger as indústrias locais.

Os industriais comentavam que “se não for estabelecida a liberdade industrial no Império, enquanto perdurarem direitos protecionistas em umas províncias e noutras não, as fábricas estarão sempre mal colocadas pelos tropeços que encontra a iniciativa particular, restringindo-se ao consumo qualquer ramo de indústria”.

As ações da Cia. União Mercantil que eram vendidas com deságio de 50% em 1880, em 1881 obtiveram alta gradual, em função do esforço de sua diretoria. Com os melhoramentos introduzidos, a fábrica neste período aglutinava cerca de 400 pessoas entre 150 operários diretos, carpinteiros, pedreiros e ferreiros e suas famílias, podendo alcançar uma produção de 22.000 peças por ano para ensacamento de açúcar e cereais, distribuindo dividendos superiores a 12% a.a.

A indústria de fundição e caldeiraria, importante para o aponta-

mento dos equipamentos dos setores emergentes, foi visualizado pela Presidência da Província. Depois de estudos, constatou a necessidade de convocar empreendedores para instalação de estabelecimentos do gênero, com edital de convocação para recebimento de propostas num prazo de 60 dias. Após o prazo, somente uma proposta foi apresentada, a do negociante Jacintho Leite com o engenheiro Eduardo Lima, que foi considerada viável pelo engenheiro da província e pela Associação Comercial.

Pelo contrato a ser firmado entre industriais e província, ficou convenicionado que o estabelecimento seria instalado em Jaraguá, "em lugar mais apropriado e conveniente" aos interesses da agricultura, num prazo de doze meses. Nasce, assim, a primeira indústria de fundição em Maceió.

O contrato previa que "logo que possível, os contratantes montariam junto ao estabelecimento oficinas de serralheria, latoeiro, ferreiro e outras que fossem consideradas de utilidade empregando cidadãos de qualquer nacionalidade, aptos para desempenhar com perfeição qualquer trabalho (Relatório das Fallas de Euthíquio Gama - dezembro/1882).

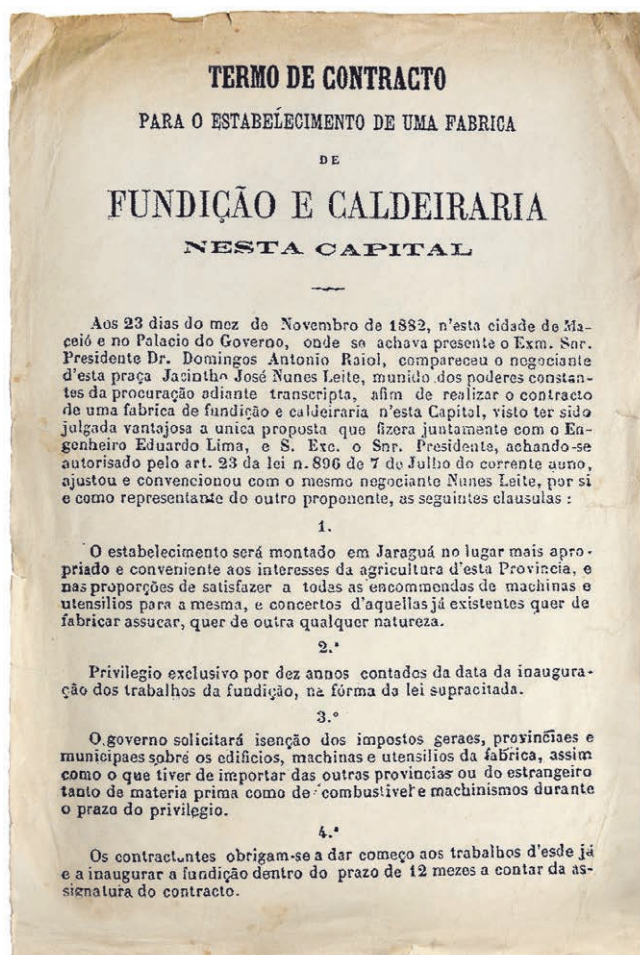
Aumentando a oferta de emprego, a fábrica de Fernão Velho (única têxtil em atividade em Alagoas), com os prestadores de serviços, alcançava 159 ocupações e tinha a produção estimada para 1883/84 em 22.000 "peças de pano" para ensacamento de açúcar e cereais. Em 1881, atingira 15.000 "peças" e, em 1882, 18.000 "peças", incremento de 22% em dois anos. Mas a previsão de aumento era para atingir 24.000 peças/ano, com 27 metros cada (648.000 metros/ano).

Durante o período 1883/1884, teceu 21.432 peças de pano para ensacamento. Em 1884, foram vendidas 30.338 peças com 534.212 metros. Com resultado positivo em seu balanço, repassou dividendos superiores a 8% a.a. para seus acionistas. Ao mesmo tempo, a diretoria da companhia solicitava da Assembleia Legislativa medidas para garantir a preferência de seus produtos diante dos similares procedentes do exterior.

A fábrica de Fernão Velho, além dos "panos" tecidos para ensacamento, ao instalar uma seção de tinturaria, passa a produzir peças de roupas para escravos, lençóis, toalhas, redes e brim para o mercado potencial, aumentando a demanda do algodão em rama na província. Contudo, havia deficiências para formação de "técnicos regulares", cingindo-se o ensino pelos mestres das "salas de produção" aos aprendizes a eles confiados, como uma Escola Industrial Prática.

Insatisfeitos, os empreendedores têxteis reclamavam: “os poderes públicos do Império e da província não têm descurado de animar e fortalecer a indústria que necessita de impulso” (algo parecido com os dias atuais). Clamavam, na época, por recursos para instalação de um “Centro Artístico”, para promover o desenvolvimento das “Artes e Ofícios” (aperfeiçoamento da mão de obra). Cobravam, também, a definição de incentivos tributários para instalação de uma fábrica de papel (semelhança técnica com o programa de incentivos de muitas décadas depois).

Em 23 de novembro de 1882, ficou firmada a proposta de criação de uma Fundição e Caldeiraria a cargo do negociante Português Jacintho José Nunes Leite e do engenheiro mecânico Eduardo Lima, que deveria ser concluída no prazo de 12 meses. Isso se deu em resposta ao art. 23, da Lei nº 898 de 7 de julho de 1882, lei esta sugerida por Cincinato Pinto da Silva em 1879, então presidente, quando este propõe a criação de uma fundição em Alagoas, extremamente necessária aos engenhos de açúcar que se modernizavam e necessitavam importar caldeiras, prensas e maquinários em geral. E, a despeito



Termo de contrato para instalação de uma indústria de fundição em Maceió entre o empreendedor e o Presidente da Província de Alagoas (primeira página) em 1882. Relatório das Fallas de Euthiquio Gama - Dezembro/1882

da então existente, mas não funcional Fundação da Companhia União Mercantil, junto à fábrica de tecidos em Fernão Velho, o presidente pede à Assembleia subvenção de 6% ou 7% ao capital de 40:000\$000 ou 50:000\$000, i.e., auxílio de 2:400\$000 a 3:500\$000, a particular ou companhia que desejasse criar alguma fundição.

A Fundação Alagoana, dos senhores Nunes Leite e Lima, é inaugurada em 2 de dezembro de 1883, na Rua da Alfândega, no bairro de Jaraguá, em prédio consideravelmente grande e estaria isenta de diversos impostos municipais e provinciais.

No período 1879/83, o Governo Provincial arrecadava com impostos importância significativa, com as atividades das fábricas de fumo/charutos, panos de algodão, vinagre e bebidas, setores em crescimento no período avaliado. Os impostos sobre a produção industrial na época cresceram 31% em três anos.

Em 1884, os proprietários dos engenhos já reclamavam da concorrência com o açúcar de beterraba importado da Europa, que acarretava baixa no preço do açúcar local, causando efeitos desastrosos na agricultura da província.

“Apesar de já haverem sido aprovados em data de 09 de Junho de 1883 e 11 de Junho de 1882 os planos e orçamentos dos diversos engenhos centraes contractados pela North Brazilian Sugar Factories Company Limited não consta que tenha a Companhia até esta data providenciado sobre a execução do seu contracto na parte referente à construcção dos dois engenhos nesta Província - o do município de Camaragibe e o do Pilar”, reclamava o presidente Antônio Tiburcio em 16 de abril de 1885.

Em 1884, a União Mercantil tinha diminuído seus teares, de setenta (à época de sua instalação) para sessenta, em função do comportamento das indústrias baianas, que ofereciam seus produtos no mercado alagoano a baixos preços e até mesmo com prejuízo, utilizando, portanto, a técnica de concorrência desleal conhecida como *dumping*.

Na Fundação Alagoana, com o falecimento do engenheiro mecânico Eduardo Lima, um dos fundadores da empresa, a gestão da indústria passa a contar com a participação efetiva do sócio-contratante Jacintho Nunes Leite. A fundição com 43 empregados, mesmo com suas oficinas consideravelmente aumentadas, após introdução de novas máquinas, lamentava que causas superiores à sua vontade vinham impedindo

maior crescimento da empresa, citando como uma dessas causas o imposto que sobrecarregava o valor das máquinas e utensílios adquiridos e que a cláusula 3ª do contrato a isentava do tributo.

Mesmo com o reconhecimento da fábrica considerado sem implicações relevantes, seu titular, o industrial Jacintho José Nunes Leite, declara que o empreendimento não vinha tendo o devido incremento não só diante da crise comercial e agrícola, mas, sobretudo, porque ainda não lhe fora possível conseguir isenção de impostos para o material importado, o que, em sua opinião, impedia a empresa de enfrentar com competência outros estabelecimentos similares, no fornecimento de máquinas para as propriedades agrícolas, antevendo o baqueamento da empresa, se não atendida sua reivindicação ao Governo Imperial.

Declara o industrial Jacintho José Nunes Leite sobre a fundição: *“que ella não tem tido o necessario incremento não só à vista da crise commercial e agricola que se ha manifestado na província, como ainda porque não lhe foi possivel conseguir isenção de impostos geraes para o material importado, segundo o que se acha estabelecido no contracto que firmara. A esta causa attribue principalmente, não poder a empresa entrar em competência com outros estabelecimentos similares, no fornecimento de machinas para as propriedades agrícolas, accrescentando que o baqueamento da mesma empresa será inevitável se porventura não fôr atendida a reclamação já dirigida ao Governo Imperial”* (texto original).

O Governo da Província dirigia suas encomendas de postigos, bandeiras de ferro para portões, fechaduras, ferrolhos, para as fundições de Jacintho Nunes Leite e José Ripol (outro industrial do setor), reconhecendo a qualidade das obras de ferro e solidez da indústria local para escolas, presídios e outros prédios públicos.

Em 1886, Geminiano Brasil afirmava nas suas “fallas”: *“A indústria fabril nesta província continua limitada aos quatro estabelecimentos: fábrica de tecidos de Fernão Velho, duas indústrias de fundição e a fábrica de sabão da Pajussara.”*

José Moreira Alves, nas “fallas” de 15 de abril de 1887, declarava que *“a indústria da província ainda se acha em princípios de desenvolvimento”*, citando além da fábrica de tecidos de Fernão Velho, a de sabão da Pajussara, duas fundições, uma fábrica de descaroçar algodão com motor a vapor e outras de extração de óleos, *“as quaes marcham lentamente mais em via de progresso”*.

Vale lembrar que as maiores fundições com caldeiraria presentes no período 1880/1889 eram as de Jacintho Leite e a fundição Rippol,



Interior da Fundição Alagoana, na Rua Barão de Jaraguá

do engenheiro mecânico José Rippol, em funcionamento desde 1888. Com o passar do tempo e a decadência dos engenhos, as fundições foram deixando de fabricar peças e maquinismos para estes centros de produção, ajustando sua estrutura para atender às novas usinas que começariam a surgir a partir de 1900, atuando como segmento de apoio à manutenção e recuperação dos equipamentos dessas usinas de grande porte, inicialmente, com maquinário importado.

Na última década deste período, cumpre registrar a implantação, no município de Santa Luzia do Norte, da Fábrica Cachoeira (1888), na localidade do mesmo nome e a Fábrica Progresso (1892), as quais mais

Nota da FIEA - A área onde a fábrica foi implantada, na época, pertencia ao município de Santa Luzia do Norte, posteriormente passando a constituir os domínios do município de Rio Largo, com sua emancipação.



Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos - Rio Largo

tarde se uniram para formar a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, destacando a capacidade do Comendador Gustavo Paiva. Arnaldo Paiva Filho, em seu livro “Rio Largo – Cidade Operária”, conta a história desse empresário pioneiro, que trouxe ao município de Rio Largo, no início do século passado, uma nova era de crescimento econômico e progresso social.

A promulgação, no dia 13 de maio de 1888, da lei que declarou extinta a escravidão no Brasil, constitui-se num evento capaz de alterar o cenário econômico da província, com a repentina transição do sistema de trabalho, requerendo empenho do Governo Provincial para proporcionar aos agricultores afetados recursos de modo a protegê-los de uma grave crise e preparando um melhor futuro econômico e social.

Continuavam em pleno funcionamento, em Penedo, duas fábricas de “pilar” arroz e “extrair” óleo e azeite de mamona, iniciativas do destacado negociante José Maria Gonçalves Pereira, empregando cerca de 30 pessoas e contando com oficina anexa para manutenção das máquinas. No entanto, neste período, o estabelecimento de beneficiamento de ar-

roz sofre redução de demanda, considerando o expressivo aumento da importação do produto já beneficiado. Os resíduos da produção eram



Fábrica Cachoeira, da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, inaugurada em 1888, na localidade do mesmo nome, município de Santa Luzia do Norte



***Empreendedor Comendador
Teixeira Bastos***



***Empreendedor Comendador
Gustavo Paiva***

transformados em farelo para sustento de animais na região.

A fábrica de sabão da Pajuçara, com novos investimentos e o aperfeiçoamento do processo produtivo, elevou a produção para 43.596 caixas/ano, distribuídas para sabão comum – 30.829 caixas – e para o sabão de 1ª qualidade (*Family Soap*) – 12.767 caixas –, estas totalmente destinadas à exportação.

Neste cenário, ao lado das fábricas de maior porte, a identificação de um parque gráfico reforça o setor, dada a necessidade premente da confecção de impressos de modo geral, principalmente relatórios, processos e outros documentos públicos e comerciais de grande demanda, bem como de jornais. Apresentando demanda cativa, florescia no centro de Maceió o segmento das *typographies* particulares ou outras pertencentes a jornais da época, que contratavam serviços de sua atividade. Ainda assim, algumas tipografias de Pernambuco também atuavam em Maceió.

O PARQUE GRÁFICO EM ATIVIDADE ATÉ 1890

TIPOGRAFIAS	ANO	LOCALIZAÇÃO
Typographia J S da S Maia	1850	MACEIÓ Estas Tipografias se concentravam no Centro de Maceió, na Rua do Comércio, Rua do Macena, Rua Augusta, Rua da Boa Vista, algumas em Jaraguá.
Typographia Constitucional	1856	
Typographia M F de Faria	1857	
Typographia Commercial A J da Costa	1859	
Typographia do Diário do Comércio	1861	
Typographia Commercial Moraes & Costa	1868	
Typographia do Jornal Alagoano	1868	
Typographia Félix da Costa Moraes	1872	
Typographia do Jornal das Alagoas	1873	
Typographia do Jornal das Alagoas	1876	
Typographia do Jornal O Progressista	1864	
Typographia Progressista	1865	
Typographia do Liberal	1882	
Typographia do Jornal Diário da Manhã	1885	
Typographia Cônego Antonio Costa	1886	
Typographia Americana (A.F. Medeiros)	1886	



CENÁRIO 3 | 1890-1919

O cenário que abrange o início do século XX pode ser considerado muito importante para a trajetória da indústria, pois são muitos os destaques e fatos direcionados para o crescimento e desenvolvimento do setor industrial dentro das limitações técnicas da época, mas trazendo amplitude ao setor, sobretudo, pelo fortalecimento dos segmentos têxtil e açucareiro, em convivência pacífica até mesmo pela individualidade e características peculiares de cada um, salvo na utilização da terra no primeiro estágio da produção (matéria-prima), onde nota-se algum avanço da cultura da cana sobre a área ocupada pela cultura do algodão. O cenário, mais dinâmico que o anterior, mantém as duas atividades em expansão. O algodão e a indústria têxtil ainda exerciam forte influência socioeconômica em 1890 e a primeira fábrica do setor avançou no novo século sob a gestão de influente grupo econômico.

Em 1892 foi fundada, no município de Pilar, a Fábrica Pilarense, da Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos, cuja inauguração ocorreu em

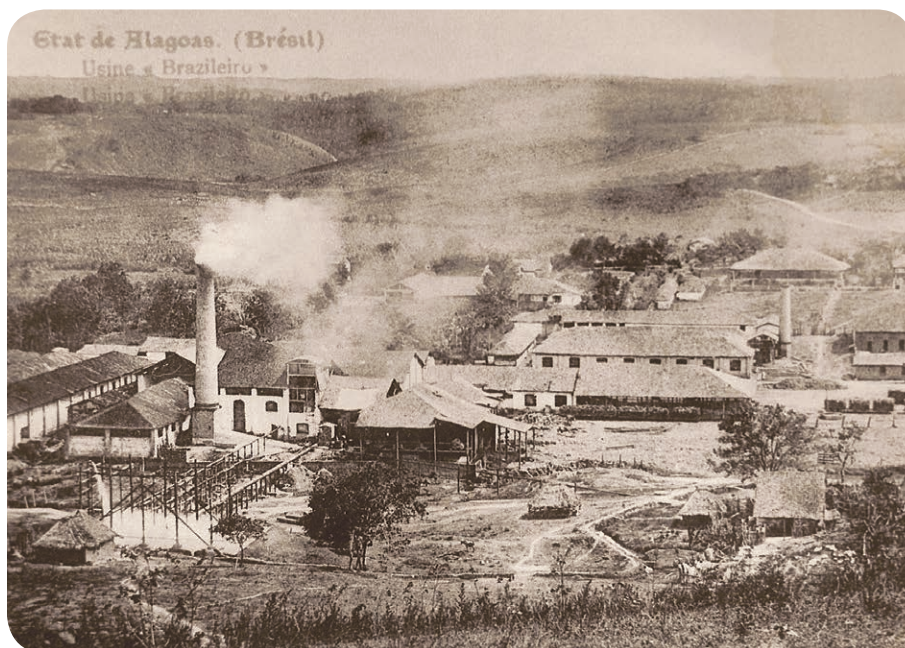
1893.

A ela, veio se juntar no cenário têxtil crescente a Fábrica Progresso, construída pela Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, organizada em 30 de setembro de 1892, mas cujo funcionamento data de novembro de 1893.

O período correspondente à instalação destas novas indústrias têxteis em Alagoas coincide com o chamado “primeiro surto industrial brasileiro”, ocorrido entre os anos de 1885 e 1895. Em 1897, é reforçado com a inclusão da Fábrica Penedense, da Companhia Industrial Penedense, próximo à foz do rio São Francisco.

O efetivo desenvolvimento da economia açucareira alagoana surgiu em 1891, com a construção da primeira usina de açúcar em Alagoas – a Usina Brasileiro –, instalada no município de Atalaia, por uma firma particular e sem ajuda do governo.

Seu fundador foi o francês Baron Du Saint Siége Félix Wandesmet, Cônsul da França no Brasil. Dono de grande poder econômico, construiu a usina em Atalaia e, ao mesmo tempo, uma destilaria de álcool no Pilar, cuja matéria-prima – o mel – era fornecida pelos engenhos de açúcar daquele município e de Atalaia.



Usina Brasileiro – Atalaia, primeira de Alagoas



**Barão Félix Wandesmet
instalou a primeira usina
de açúcar em Alagoas**

O local onde foi instalada a usina, a menos de dez quilômetros da cidade, tornou-se um grande centro, populoso na época, e tornou-se ponto turístico, pois muitos vinham ver a “Usina do Francês” ou a “Indústria do Barão”.

A primeira moagem se deu a 18 de janeiro de 1892, debaixo de grande regozijo para uns e tristeza para outros – os senhores de engenho – que viram ruir de repente o seu poderio, tornando-se destarte, simples fornecedores.

Além de possuir grande tino administrativo era o industrial francês um inovador, criador de novas técnicas. Foi o primeiro a usar, em Alagoas, a irrigação de fazendas através de motor a gás

pobre (lenha). Instalou um telefone à manivela para a sua comunicação entre a usina e Atalaia. Introduziu, em Alagoas, as variedades de cana-de-açúcar: demerara, barbados e *white* transparente.

Implantou moderna tecnologia, com a usina dispondo de toda a infraestrutura tecnológica importada da Europa. E deu um novo perfil à atividade: os trabalhadores passaram a ser operários, com moradia bem estruturada, assistência médica extensiva aos familiares, legislação trabalhista avançada e aposentadoria. A usina funcionaria até 1958.

Importante evento tem registro em 26 de maio de 1893 quando decreto sancionado pelo governador Gabino de Araújo Besouro cria a Junta Comercial do Estado de Alagoas.

A segunda usina a moer foi a Central Leão criada em 1894, no antigo Engenho Utinga (Rio Largo), por Luiz de Amorim Leão, filho de Manoel Joaquim da Silva Leão, concessionário da Ferrovia Central que morreu em 1881, antes de ver a ferrovia cortar suas terras. De propriedade da Sociedade Agrícola e Industrial Usina Leão, foi a primeira usina fundada com capital alagoano.

Começando também a moer no ano de 1894, a Usina Cansanção de Sinimbu foi fundada em 13 de abril de 1893 e tinha como principal acionista a Cia Triuma, de Recife/PE, cuja controladora era a empresa Williams & Co. A unidade industrial foi instalada no município de São

Miguel dos Campos.

Vale registrar que, na época, a família Amorim Leão avançava no tempo, implementando novo estilo de produção, com base no incentivo ao trabalhador, na Usina Leão. Mais adiante, com a família Dubeaux, exerceu o comando da usina por mais cinco gerações.

Ainda em 1894, começou a produzir a terceira usina de Alagoas, a Apolinário, aproveitando um antigo engenho banguê em São José da Laje, por iniciativa do patriarca da família Lyra, Carlos Benigno Pereira de Lyra, que a denominou, em seguida, Usina Serra Grande.

Carlos Benigno Pereira de Lyra foi outro pioneiro na industrializa-



Usina Serra Grande, São José da Laje - Alagoas

ção alagoana. Pernambucano, fixou-se com a família naquela região e fez história. Dava total assistência aos seus empregados, produzindo açúcar de excelente qualidade.

Não podemos deixar de registrar, para reforçar o histórico da evolução da indústria têxtil (fiação e tecelagem em sua maioria), ao mesmo tempo em que a agroindústria açucareira se consolidava no Estado de Alagoas, outras indústrias têxteis iam surgindo, fortalecendo e desenvolvendo o segmento.

Após a instalação das primeiras indústrias têxteis na então provín-

cia de Alagoas, durante a segunda metade do século XIX, quando houve o estabelecimento de outras fábricas desse tipo, sendo duas no município de Pilar, uma em Penedo, duas em São Miguel dos Campos, uma no município de Água Branca, povoado de Pedra (atualmente cidade que recebe o nome do fundador de sua indústria: Delmiro Gouveia), uma em Piaçabuçu e outras quatro no município de Maceió (contando-se com a de Fernão Velho), mostrando, portanto, a existência de doze fábricas têxteis em todo o Estado, fundadas entre o fim da segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A Cia. Progresso Alagoano, fundada em 1892, com a eleição da primeira diretoria teve o comando do comendador José Teixeira Machado, no período 1892/98. Seria incorporada em março de 1924 pela Cia. Alagoana, que tinha como líder da diretoria o comendador Gustavo Paiva.

A localização das fábricas indicava, neste período, uma unidade em Cachoeira e outra em Rio Largo que, até então, pertenciam ao município de Santa Luzia do Norte. Popularmente, as fábricas eram chamadas de Cachoeira e Progresso, respectivamente, e tinham escritório central em Maceió, na Rua Rocha Cavalcante, 324, bairro de Jaraguá.

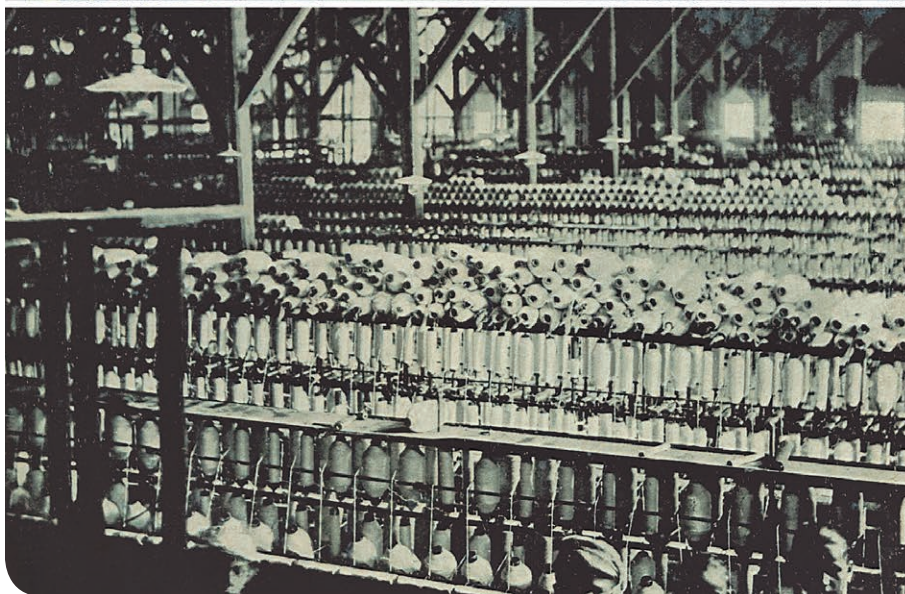
As fábricas, juntas, produziam 9 milhões de metros ou 80.000 kg de artefatos de tecidos, utilizando 26.000 fusos, 872 teares, empregando 2.000 operários, consumindo 1.450.000 kg de algodão, acionando potência instalada de 1.800HP (hidráulica e vapor).

A linha de produção consistia em tecidos crus, alvejados, tintos, toalhas, lençóis e camisas de malha, além de morins, cassas, fustões e bramantes, nada ficando a dever às maiores indústrias de fiação e tecelagem do país.

Bastante avançado na época era o “Programa de Proteção Social” dessas fábricas compreendendo farmácia, creche, escolas, caixa de beneficência, assistência médica e cirúrgica ao operário e filhos e pensões para os operários inválidos.

Dados de 1894 a 1896 e de 1897 a 1898 (do documento Indicador Geral do Estado da Associação Comercial de Maceió) referem-se à fundação e instalação, em 1897, da fábrica Companhia Industrial Penedense, no município de Penedo, num edifício bem construído, maquinismos aperfeiçoados, capaz de absorver 500 operários entre “homens mulheres e meninos”, sem qualquer favor do Estado. A matéria-prima era local, produzida na zona do São Francisco e suficiente para a manufatura ao nível

de 1500 peças/semana de algodão, com mercado potencial em Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. A fábrica inicia sua produção em 1898.



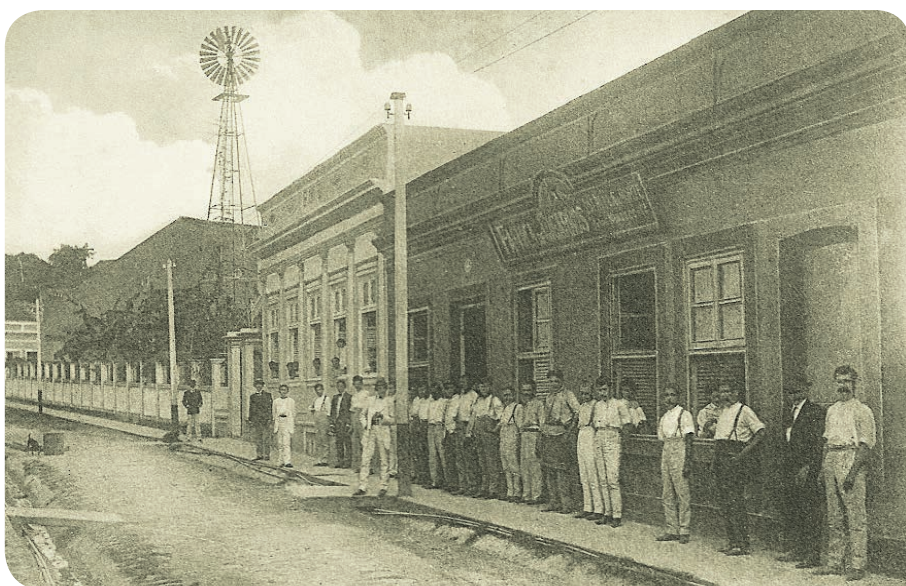
Companhia Industrial Penedense - Fiação e Tecelagem

Há registro de cinco fábricas de cigarros, neste cenário, entre 1897/98, com maquinário a vapor e capacidade de produção avultada para a época, fazendo o tratamento do fumo para fabricação de cigarros

e, principalmente, charutos, sendo duas instaladas em Maceió, duas em Pilar e uma em Penedo.

Com matéria-prima importada da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, das fábricas citadas, a mais importante e mais antiga era a Popular Maceioense, de Manoel Maria de Moraes, com mais de 100 operários em trabalho diário, instalada num prédio em Bebedouro, considerado pelos críticos como de “bela estrutura construtiva”.

Em segundo plano, aparece a Fábrica Estrella do Norte, de Isaac Meneses & Cia., com 50 operários, também instalada em Maceió, com produção de 100 milheiros de cigarros/dia.



Fábrica de cigarros Estrella do Norte de Isaac Menezes, instalada em Jaraguá

Além dessas fábricas com equipamentos industriais a vapor, havia no período um número considerável de pequenos produtores (artesãos) que empregavam, conjuntamente, cerca de 2.000 pessoas na capital e interior do Estado. Com efeito, a indústria de cigarros, em 1897, com 2.150 empregados, despontava como atividade importante no cenário industrial do século XIX em Alagoas.

Continuavam em operação, no final dos anos 1890, as fábricas de óleos vegetais no Estado, uma em Penedo e outra em União dos Palmares, sendo a de Penedo a mais antiga. A de União, após paralisação, foi remontada pela “Companhia de Óleos Vegetaes”, por meio do engengei-

ro Propício Pedroso Barreto.

O “Indicador Geral do Estado da Associação Comercial de Maceió”, registra, ainda, no final do período, em todo o Estado de Alagoas, o desenvolvimento da indústria de calçados, com mais de 100 “boas fábricas” e muitas “pequenas oficinas”, com 35 concentradas em Maceió e Penedo produzindo toda espécie de calçados, “rivalizando com os oriundos da Europa”. O maior estabelecimento era a Fábrica de Calçados Cordeiro, de Zagallo & Cia., na capital, bastante equipada para sua finalidade.

Como curiosidade, nas regiões de Pão de Açúcar, Traipú e outras do Baixo São Francisco havia registros de várias fábricas (oficinas) de “tamancos” de diversos tipos e qualidades (um calçado popular em madeira e couro, de baixo preço) utilizado pela população mais pobre e até pelos escravos, que existiu até o final da década de 1960.

O “Indicador Geral do Estado” estima, ainda, um fabrico de mais de 2 milhões de pares/ano de tamancos para consumo interno e exportação. Em quase todos os municípios da província havia uma ou mais “oficinas” de tamancos.

Na capital, montada na propriedade do senhor Alves Morgado, registro de uma fábrica de cera, preparando grande variedade de tochas, círios, velas e outros artefatos para adorno de salas e toaletes. Vale destacar que, no Museu da Sociedade Perseverança e Auxílio em Maceió, havia uma “lindíssima” coleção desses e de outros produtos, inclusive, figuras humanas (soldados) de cera, revelando o gosto, a arte e o esmero do fabricante.

Importante registro do documento Indicador Geral do Estado, no mesmo período, informa que, para animar o segmento econômico em evolução lenta, no âmbito industrial, o governo fazia prospecção, com indicativo de prováveis novos projetos de fábricas, a depender da captação de recursos para o capital inicial e o financiamento por parte da União, o que veio a acontecer mais adiante. Assim neste período, era esperada a instalação de uma fábrica de madrasto e algodãozinhos e outra para processamento de farinha de milho e beneficiamento de trigo em União dos Palmares.

Já em Penedo, cogitava-se a instalação de mais uma fábrica de “pillar arroz” e outra de “chinelos de trança”. O governo concedeu benefícios e privilégios para incentivar e garantir a instalação de unidades para produção de fósforos, produtos de fibras vegetais, laticínios e pólvora,

com concessão de “favores para exportação de produtos e importação de maquinismos e materiais”.

Ao mesmo tempo, achava-se em vias de organização uma “Companhia Anônima” de fabricar papéis na capital, por iniciativa dos senhores Theóphilo de Mello, Denes R. Lowell e Roberto Nobre. Os empreendedores justificaram, na ocasião, a importância da fábrica de papel especialmente para embrulhos e para impressão de jornais, mas podendo manufaturar outros com a mesma qualidade, depois de minuciosos estudos, para escolha das máquinas.

Fato interessante é que as matérias-primas possíveis de utilização nesta nova fábrica como palha de bananeira, bagaço e palha de cana, sapé, folhas de bambu, gravatá, pita dentre outras, muito abundantes e de fácil aquisição, garantiam a viabilidade do projeto.

Dados da Fiação de Tecidos Pilarense, durante o ano de 1900 (último cenário do século XIX) mostram que a fábrica trabalhou 278 dias, produzindo 12.551 peças de tecidos diversos com 512.442 metros. Já em 1901, trabalhando 267 dias, obteve 461.816 metros, mantendo, praticamente, o mesmo nível de produção, utilizando 814 sacas de algodão.

Neste ano, utilizou 180 operários, sendo 49 homens, 96 mulheres e 35 menores. Estes operários ganhavam entre 3\$000 e 6\$000 por 10 horas de trabalho/dia. O combustível utilizado era a lenha, e a fábrica totalmente mecanizada, com três salões distintos.

Nota da FIEA - *O detalhamento maior ou menor ou o nível da informação e dados ilustrativos em alguns casos, noutros não, decorre do tipo de registro encontrado nas fontes consultadas, limitando, de certa forma, a perfeita descrição do fato ou dos resultados.*

No início dos anos 1900 muito relevantes eram as relações do algodão (em abundância) com as necessidades da indústria têxtil, viabilizando a operação das cinco fábricas existentes. O algodão atrai, para os municípios onde era cultivado, as fábricas de descaroçar, beneficiar e enfardar, oferecendo grande número de empregos.

Nos primeiros anos deste cenário da década de 1900, além das cinco fábricas de artefatos têxteis, duas de óleos vegetais e quarenta e sete máquinas a vapor para descaroçar o algodão com mais trinta e sete bolandeiras, denotava o progresso da agroindústria em Alagoas com a

produção do algodão, em 1901, de 105 mil sacas, sendo 82 mil exportadas e 23 mil para consumo das fábricas de tecidos em Alagoas.

O “Indicador Geral do Estado de Alagoas”, espécie de anuário econômico arquivado na Associação Comercial, apresentava, no início da década de 1900, um quadro bastante assemelhado ao Cadastro Industrial que viria a ser editado pela Secretaria da Indústria e do Comércio (SEIC) e Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) a partir de 1978. Em uma tabela resumo havia informação sobre o parque industrial de Alagoas, destacando as empresas de maior porte em relação ao capital e aos empregos gerados, as empresas mais organizadas do ponto de vista comercial e jurídico-tributário ou “formalizadas”. Este quadro mostrava a ocorrência de 100 fábricas.

Atividades Industriais no Início dos Anos 1900

GÊNEROS	LOCALIDADES OU MUNICÍPIOS	QUANT
Tecidos	Sta. Luzia, Penedo, Pilar	05
Óleos Vegetais	União, Penedo	02
Sabão	Maceió, Penedo	02
Tijolos	Sta. Luzia do Norte	01
Vinagre	Maceió, Penedo, União	06
Cigarros	Maceió, Pilar, Penedo	05
Móveis	Maceió, Pilar, Penedo	02
Refinação de Açúcar	Maceió, Pilar, Penedo	05
Refinação de Café	Maceió, Pilar, Penedo	03
Curtidora de Couros	Penedo	01
Beneficiamento de Algodão	Penedo, União, Viçosa	42
Beneficiamento de Mármore	Viçosa	01
Beneficiamento de Arroz	Penedo, Outros do São Francisco	05
Chinelos de Trança	Maceió	01
Calçados	Maceió	02
Tamancos	Pão de Açúcar, Penedo	03
Fabricação de Gelo	Maceió	01
Álcool	Sta. Luzia, Pilar, Piaçabuçu	06
Açúcar	Sta. Luzia, Atalaia, Laje	06
Bebidas Alcoólicas	União	01
TOTAL		100

**Os destaques industriais no cenário 1900/1901*

No entanto, a classificação do Anuário excluía desse quadro pequenas fábricas ou oficinas de produção de tijolos, cigarros, móveis, refinarias, cortumes, bolandeiras para algodão, calçados e destilação de aguardente, não formalizadas, sem apresentar o quantitativo desses ofícios.

Em 1901, a “Fábrica de Fernão Velho”, trabalhando 292 dias, produziu 26.179 peças de tecido (231 peças/dia), consumindo 1.815 fardos de algodão. Estes números expressavam um aumento de 53% sobre a produção dos anos anteriores, “sem favores do governo estadual” e, ainda, distribuiu dividendos de 5% a.a. por ação.

O algodão como matéria-prima em Alagoas, além de garantir a continuidade da produção, contribuía para reduzir o custo industrial.

Em 1901, o quadro das fábricas de tecidos em Alagoas contemplava cinco unidades de produção: Companhia Alagoana, Companhia Progresso Alagoano, Companhia Pilarense, Industrial Penedense e União Mercantil. A Companhia Alagoana e a União Mercantil produziam, prioritariamente, os tecidos de algodão, enquanto que Progresso, Pilarense e Penedense, os tecidos de malha.

Pelas suas características de produção manufaturada, este agregado industrial oferecia emprego a 1.860 operários em 1901, assim distribuídos: Companhia Progresso: 600 operários; Companhia Alagoana: 600 operários; Industrial Penedense: 350 operários; Companhia Pilarense: 165 operários; e União Mercantil: 145 operários.

O habilíssimo mecânico Augusto Accioly de Barros Pimentel havia confeccionado diversas máquinas e motores para a indústria de sabão do precursor Justino da Silva Torres, que deixou uma história interessante de sua fábrica bastante dinâmica. Com o seu falecimento, a fábrica passou para o engenheiro Wanderley de Mendonça que, em seguida, a repassou ao Banco da República, que não deu continuidade ao empreendimento.

Surge, então, um grupo formado pelos titulares da firma Basto, Machado & Cia., que resgataram a fábrica do banco, promovendo sua recuperação. Reiniciaram as atividades, produzindo, a partir de 1901, 600 caixas/semana, com 22 operários diretos, instalando, inclusive, maquinismos para fabricação das caixas utilizadas no acondicionamento dos produtos.

A fábrica de sabão de Penedo, propriedade de Silva Freire & Cia.,

que abastecia toda a região banhada pelo São Francisco, Maceió e Recife, era a principal concorrente da fábrica de Maceió.

Nos municípios de Penedo, Colégio, Piranhas e Palmeira dos Índios, são encontradas outras pequenas fábricas (artesanais/informais), além de cortumes do mesmo porte e características, como consta na página 104 do documento Indicador Geral do Estado de Alagoas da ACM.

A Industrial Penedense, fundada em 1897, dispunha de motor com 250 CV para fiação e tecelagem de 1500 peças por semana de algodões grossos, de cores, algodõezinhos, empregando 500 operários entre “homens, mulheres e meninos”. Toda a matéria-prima era obtida na zona do Baixo São Francisco, em oferta suficiente para sua manufatura, ao nível de 3.453 sacas de algodão.

Dados de 1902 do “Indicador Geral” registram a existência, em Penedo, de importante fábrica de couros curtidos e envernizados de marroquins, oleados, peles e de “toda espécie de couros” (beneficiamento de couros e peles) de propriedade de Vieira de Melo & Cia., que pela perfeição concorriam com similares estrangeiros. Além disso, eram exportados para o Rio de Janeiro e outros estados da União.

No início do século, existiam apenas seis usinas de açúcar alagoanas: Apolinário, Brasileiro, Santa Ismênia (Uruba) Leão, Serra Grande e Sinimbu.

Há registro também, neste cenário, da indústria extrativa de cal, de pequeno porte, nos municípios de Camaragibe, São Luís, Porto Calvo, Coruripe, Penedo, Colégio, Viçosa e Palmeira.

A indústria cerâmica, no tocante a telhas e tijolos grossos e ladrilhos, apresentava boa qualidade a partir da bem estruturada fábrica a vapor São Bento, localizada no município de Santa Luzia do Norte, de propriedade do engenheiro José de Barros Wanderley de Mendonça, e mais de 100 olarias destinadas a essa espécie de manufaturados de cerâmica para a construção civil.

Por outro lado, a cerâmica mais artesanal não encontrava importância, com críticas do mercado consumidor aos produtos mal manufaturados, comooringas, copos, peças de cozinha, potes, dentre outros. Todavia, em Penedo, uma fábrica com melhor estrutura para qualidade dos produtos detinha domínio neste segmento e seus produtos (bom acabamento e relativo gosto artístico) eram bem recebidos em Alagoas e estados vizinhos.

É importante destacar que, em 1909, a Usina Leão não produzia

apenas açúcar e álcool, mas igualmente rum, além de fabricar ladrilhos, mosaicos e gelo. Neste mesmo ano, outro destaque foi a inauguração da Fábrica de Rendas e Bordados, no município de Pilar.

Entre 1891 e 1911, a Fábrica União Mercantil passou para as mãos do português José Teixeira Machado e, a partir de 1911, por seus filhos, Antônio de Melo Machado e Arthur de Melo Machado, que comandariam a empresa até 1938 (*Dados de História de Alagoas - Ediberto Ticianeli*).

Inaugurado em 4 de março de 1912 pelos industriais Alfredo Lôbo e Luiz Zagalo, o Cotonifício M. Lobo S/A. ficou conhecido e identificado por todos com seu nome de fantasia - Fábrica Alexandria. O empreendimento, localizado no bairro do Bom Parto, na capital alagoana, era o primeiro a produzir “linhas de coser à máquina” no Estado - antecedendo a fábrica que seria inaugurada por Delmiro Gouveia em 1914, no então povoado da Pedra, município de Água Branca.

Delmiro Gouveia e a “Fábrica da Pedra”

Estudos da professora Telma Correia, da Universidade de São Paulo (USP), indicam que o comerciante e industrial Delmiro Gouveia foi um personagem ímpar no cenário brasileiro em fins do século XIX e início do XX. Protagonizou uma conturbada trajetória no mundo dos negócios e da política em Pernambuco e Alagoas, realizando empreendimentos inovadores, colecionando inimigos poderosos e construindo uma reputação individual insólita, onde atributos como destemor, ousadia e autoritarismo articulam-se, delineando o perfil deste singular homem de negócios.



**Delmiro Gouveia construiu a
Fábrica da Pedra**

Na capital pernambucana fundou o Mercado do Derby, uma espécie de shopping center do século XX. Desembarcando em Penedo, navegou rio acima até chegar próximo à Cachoeira de Paulo Afonso, encantando-se com a paisagem e resolveu ficar. Bem próximo, no povoado Pedra, pertencente ao município de Água Branca, à margem da antiga ferrovia Paulo Afonso fundou a primeira fábrica têxtil do Sertão alagoano e, a partir de 1912, surge o projeto de uma fábrica destinada à confecção de re-



Publicidade da Fábrica da Pedra

des, linhas simples em carretel ou novelos e um núcleo fabril para abrigar seus operários, a Companhia Agro Fabril Mercantil, com sede em Recife.

Delmiro implantou uma verdadeira revolução industrial em plena região da seca. Pedra tornou-se uma cidade industrial, com a vila operária e infra-

estrutura moderna, onde os operários eram bem tratados pelo patrão, recebendo toda assistência social possível. Levou a energia elétrica à Pedra, através da Cachoeira de Paulo Afonso, onde construiu a primeira Hidrelétrica do Nordeste, um avanço no início daquele século, onde nem a capital dispunha desse benefício.

Delmiro Gouveia, durante a fase de instalação da fábrica, antes de sua inauguração, construiu em 1913, para suprir as necessidades de energia motriz à Vila da Pedra, a primeira usina hidrelétrica a funcionar no país, a "Usina de Angiquinho". A usina de pequeno porte, com 1,1 MW, foi montada com equipamentos importados da Europa, uma bela construção incrustada em um cânion do Rio São Francisco, aproveitando uma das muitas quedas de água existentes.

A fábrica de linhas da Pedra foi construída em localidade que hoje leva o nome de seu fundador, Delmiro Gouveia. Pedra foi uma estação de trem de uma linha que ligava Piranhas a Petrolândia, e que se desviava das cachoeiras de Paulo Afonso, no Rio São Francisco.

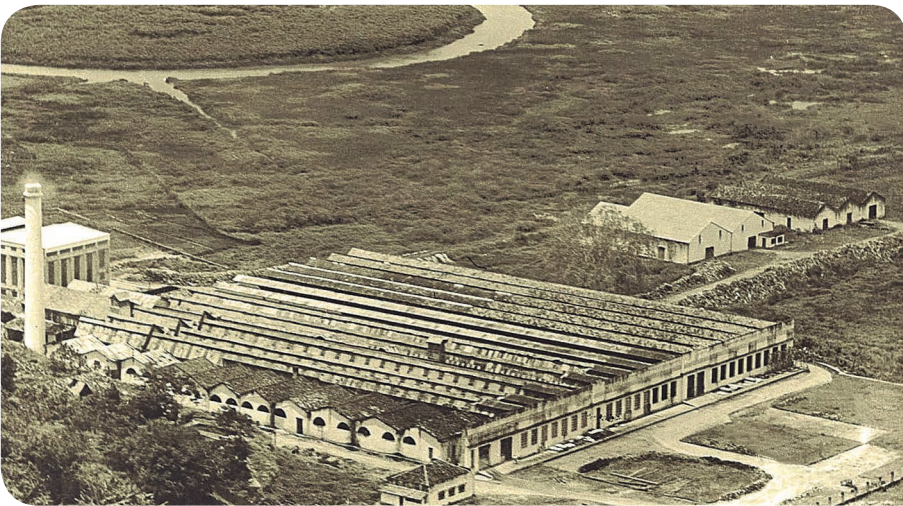
Além de trabalhador, outro atributo que costuma ser associado à imagem empresarial de Delmiro é o de nacionalista. As bases para a construção desta noção foram lançadas pelo próprio industrial na década de 1910.

Mobilizando uma argumentação em que procurava associar os interesses da indústria aos da Nação e sentimentos nativistas e cívicos que se propagavam no País na década de 1910, Delmiro apelou para ideias nacionalistas na promoção da Fábrica da Pedra e no pleito de concessões e incentivos públicos. Obteve, junto ao Governo de Alagoas, amplas concessões que incluíram o direito de posse de terras devolutas, a isenção de impostos para a fábrica, a permissão para captar energia elétrica da

Cachoeira de Paulo Afonso e recursos para financiar a construção de cerca de 520 quilômetros de estradas, ligando Pedra a outras localidades.

Dados obtidos dos arquivos e pesquisas do professor e historiador Ernande Bezerra mostram que a Fábrica de Fiação e Tecidos São Miguel foi inaugurada em 1913 pelo seu fundador industrial Bernardo Lopes, imigrante espanhol que chegou à cidade de São Miguel dos Campos, Alagoas, com intuito de desenvolver o comércio local. O complexo industrial foi edificado na proximidade do rio São Miguel, nas terras que pertenciam a Sebastião Ferreira, lavrador de cana, que foi torturado e castigado, durante a invasão holandesa em 1630. Por este motivo, a indústria têxtil era chamada de Fábrica Sebastião Ferreira.

A fábrica era considerada uma das mais importantes de Alagoas, pela belíssima administração do seu proprietário, que realizava naquele parque industrial um trabalho sociocultural voltado para os operários. Com o



Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel, em São Miguel dos Campos

falecimento do seu fundador Bernardo, assumiu a direção da fábrica o seu filho Abelardo Lopes, que deu continuidade ao trabalho do pai.

Os funcionários da fábrica não pagavam aluguel, água e luz, todos moravam de graça, nas casas pertencentes à indústria. Os tecidos eram fornecidos para serem comercializados na Casa Lopes, de propriedade de Francisco e Abelardo Lopes, conhecidos por todos na cidade, como “irmãos redondos”.

Quando o sucessor Abelardo Lopes faleceu, o complexo passou

para a administração de seus filhos. Abelardo Lopes foi deputado estadual, industrial de renome no Estado de Alagoas e um grande incentivador da cultura no município sede da fábrica.

A Cia. Agro Fabril Mercantil começou a funcionar em 5 de junho de 1914, no dia em que comemorava mais um aniversário do seu fundador, na distante Vila da Pedra, povoado do município de Água Branca, mais adiante município de Delmiro Gouveia. A fábrica passou a funcionar em fase de experiência produzindo linhas glacê, linhas de bordar e de crochê macramê. Os primeiros carretéis vieram da Finlândia. A primeira compra de algodão, do Egito. Depois, veio a utilização do algodão seridó, plantado nas terras da região. Com a fábrica em funcionamento, Delmiro constituiu uma escola técnica de trabalho onde eram qualificados eletricitistas, mecânicos, fiadeiros, tintureiros, condutores e outros tipos de profissionais.

Em 1915, a Fábrica Alexandria substituiu o fabrico de linhas pelo de tecidos, que passaram a ser disputados pelos consumidores. Fabricavam-se fustão, morim e tecidos de xadrez, e outros. Em 1916, a fábrica intensificou a sua produção passando a exportar para a Argentina, Chile, Peru e outros países da América do Sul.

Com a operação da Fábrica da Pedra, Delmiro mobilizou ainda outros argumentos de cunho nacionalista no intuito de sensibilizar os consumidores a darem preferência à linha “Estrela” fabricada em Pedra, em detrimento das fabricadas por empresas estrangeiras. A geração de empregos para brasileiros, a utilização de matéria-prima nacional e a quebra de monopólios eram os argumentos usados em anúncio veiculado na imprensa. Infelizmente, foi assassinado em 10 de outubro de 1917 e o crime chocou todo o sertão alagoano.



Fábrica da Pedra implantada por Delmiro Gouveia em 1914

CENÁRIO 4 | 1920-1939

O quarto cenário mantém as atividades têxtil e açucareira como bases da indústria em formação, ainda necessitando de maior amplitude mercadológica e investimentos para o avanço tecnológico que imperava na Europa e trazia reflexos e exigências de novos padrões de produção e gestão, bem como apoio financeiro do governo para garantir o fortalecimento dos setores. Corroborando com este quadro, é neste cenário que são registradas grandes conquistas. Órgãos de apoio ao desenvolvimento, fiscalização e controle da produção começam a tomar forma. Paralelamente, as necessidades de infraestrutura eram marcantes para viabilizar setores e atividades, levando em conta as distâncias, diferenças e desigualdades regionais, reconhecidas pelo próprio governo federal.

Mesmo assim, havia condições de negócios favoráveis para as duas atividades, que indicavam a presença industrial em Alagoas, diante de outros estados da região mais estruturados em seus aspectos geoeconômicos gerais. Neste cenário, são observadas providências governamentais para amparar os trabalhadores em sua relação com os patrões (relações trabalhistas).

A década de 1920 foi uma época promissora para a indústria têxtil, pois com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, muitas de suas fábricas obtiveram importantes lucros, triplicaram a produção, ampliaram as instalações e compraram novas máquinas.

Até 1920, instalaram-se, em Alagoas, 19 usinas de açúcar. Essas usinas estavam localizadas, em sua maioria, ao longo da ferrovia às margens do rio Mundaú a jusante até São José da Laje. Na região Norte ficaram cinco usinas e, na Sul, apenas uma. Dos anos 1920 a 1950 se contabilizam 29 novas usinas, algumas muito pequenas, como os banguês, que rapidamente foram absorvidas pelas maiores. O ato de montar uma pequena usina quase sempre arruinava o senhor de engenho.

Neste período, foram construídas duas hidrelétricas, uma em 1920 e a outra em 1924, que produzia energia para a usina e a cidade de São José da Laje, às margens do Rio Canhoto. A Usina Apolinário (depois Serra Grande) foi uma das primeiras do Nordeste a utilizar a irrigação por aspersão.

A gestão da família Machado fez com que a União Mercantil obti-

vesse medalha de melhor manufatura, na Exposição de Turin, Itália, em 1922, quando seu mostruário de toalhas felpudas, morins, bramantes, cambraias e zephiers agradou a muitos comerciantes e importadores do “Velho Continente”.

A Cia. Progresso Alagoano foi incorporada em março de 1924 pela Cia. Alagoana, que tinha como líder da diretoria o comendador Gustavo Paiva.

No dia 5 de janeiro de 1924 deu-se a inauguração da hidrelétrica do Granjeiro, de propriedade da Usina Serra Grande, sobre o Rio Canhoto, com 2 turbinas capazes de produzir 250 KVA, cada uma, fornecendo energia para a fábrica e iluminação pública e particular para a cidade de São José da Laje.

A Usina Leão é eletrificada, passando a ser a primeira do gênero na América do Sul, alterando então seu nome para Central Leão. A Usina Coruripe começa a funcionar na mesma época, em 1925.

A Fábrica de Tecidos Vera Cruz

Dados obtidos dos arquivos e pesquisas do professor e historiador Ernande Bezerra mostram que a Companhia Miguelense de Fiação e Tecelagem foi criada em 1925, por um grupo de acionistas, que tinha como presidente Miguel César Teixeira, numa propriedade conhecida como Sítio Vera Cruz, município de São Miguel dos Campos/AL.

Naquela época, alguns dos acionistas venderam suas ações para Antônio Leocadio da Rocha e Silva, médico de grande projeção no Rio de Janeiro, que tinha acabado de chegar ao município. O empreende-



Fábrica Vera Cruz em atividade nos anos 1930 - São Miguel dos Campos/AL

dor era dono da Fazenda Escuro, que ficava localizada na extremidade da Fazenda Coité.

Depois de ter comprado as demais ações, Leocádio negociou a indústria têxtil para um grupo de empreendedores de origem portuguesa formado por Antonio Nogueira Júnior, Carlos da Silva Nogueira, José da Silva Nogueira e Aloísio da Silva Nogueira, gestores da firma João Nogueira & Cia. Ltda., quando passou a contar com a denominação Fábrica de Fiação e Tecidos Vera Cruz.

José da Silva Nogueira foi escolhido, pelos companheiros sócios, para assumir os destinos da fábrica, oferecendo, durante muito tempo, grande contribuição para o desenvolvimento econômico do município de São Miguel dos Campos. Na sua gestão, criou a vila operária para os empregados da fábrica, onde não era cobrado aluguel, deu total liberdade para a criação do Sindicato de Fiação e Tecelagem, órgão destinado a defender os direitos e deveres da classe operária. Nesta fase, a Fábrica Vera Cruz produzia fustão, brim, morim, bramante, toalhas e outros produtos derivados do algodão.

Uma empresa de grande tradição no segmento têxtil de Alagoas, constituída inicialmente sob a forma de “sociedade por quotas de responsabilidade limitada”, girava em 30.09.1961 ainda com a razão social João Nogueira & Cia. Ltda., com contrato social atualizado arquivado na Junta Comercial em 09.10.1961, sob o comando do industrial João da Silva Nogueira Neto. Posteriormente, sofre transformação na sua forma jurídica, passando para sociedade anônima de capital fechado, recebendo a razão social Cotonifício João Nogueira S.A. – Fábrica Vera Cruz, permanecendo João da Silva Nogueira Neto como diretor-presidente até o encerramento de suas atividades.

A Usina Serra Grande, que fazia experiências desde 1921, objetivando descobrir um sucedâneo da gasolina que tivesse o álcool como base de composição, descobriu, em março de 1927, o tal combustível, cujo nome, USGA, registrado no mesmo ano, era constituído das iniciais da Usina Serra Grande – Alagoas. Assim, decidiu iniciar sua fabricação em escala industrial.

A Usina Serra Grande sob o comando de Salvador Lyra (filho, sucessor de Carlos Lyra), na década de 1930, lançou no mercado o álcool como combustível, com a marca USGA. Foram instaladas bombas em São José da Laje, Maceió e Recife. Um sucesso, que incomodou as mul-

tinacionais. Com o poder de pressão, esses estrangeiros exigiram do então presidente Getúlio Vargas que acabasse com esse projeto da usina alagoana. Foram atendidos. E o álcool deixou de ser combustível, para só retornar na década de 1970, com a criação do Proálcool (Programa Nacional do Alcool), pelo então presidente Ernesto Geisel.

Em 1926, outro grande evento, sem dúvida, foi a inauguração da Fábrica Marituba, uma das importantes unidades industriais do setor têxtil processando o algodão no município de Piaçabuçu.

Em 1927, os herdeiros de Delmiro Gouveia passam (vendem) a Cia. Agro Fabril Mercantil para o grupo empresarial pernambucano Menezes Irmãos & Companhia. Neste mesmo ano, os empreendedores da família Nogueira inauguram a Fábrica Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagoas, no distrito de Saúde, em Maceió, cujo funcionamento iniciou um processo de desenvolvimento econômico e social naquela região.

No âmbito da indústria têxtil, vale lembrar que a disputa entre a Machine Cotton e a Fábrica da Pedra se estendeu por longos anos, tendo seu ápice na década de 1920. Esta concorrência acirrada levou a Fábrica da Pedra a sucessivos prejuízos no tocante à fabricação de linhas de coser, parcialmente compensados pelos lucros decorrentes da produção de fios industriais.

Após haver tentado, sem sucesso, comprar Pedra a Delmiro, a Machine Cotton, em 1929 - 12 anos após a morte deste -, realizou seu intento de tirar a Fábrica da Pedra da produção de linhas. Para tanto, a Machine Cotton adquiriu dos então proprietários da Pedra (os irmãos Menezes, também donos da Fábrica Têxtil de Camaragibe, em Pernambuco) as marcas registradas das linhas e os maquinismos específicos para sua fabricação. Pelo acordo, Pedra permaneceria fabricando apenas fios industriais. Seus proprietários não poderiam, por dez anos, participar direta ou indiretamente de negócios relativos à fabricação de linhas ou venda de fios para a fabricação por terceiros.

Mesmo sofrendo um pouco com a depressão norte-americana, a indústria têxtil acabou sendo favorecida politicamente com o enfraquecimento da aristocracia do café, que perdeu muito mais com a crise de 1929, pois dependia, exclusivamente, de mercados externos. Desse modo, indústrias alagoanas, como a Progresso Alagoano, a União Mercantil, a Norte Alagoas e a Alexandria não apresentavam, em seus relatórios, graves consequências provocadas pela crise no mercado internacional.



UMA EMPRESA PROGRESSISTA

A ATIVIDADE DA COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS NORTE ALAGOAS

QUEM passa em revista o panorama industrial nordestino não pode deixar de colocar, logo no primeiro plano, a Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagoas. Fundada, em 1924, em Saude, no município de Macieiro, essa empresa é, de fato, uma organização cada vez mais próspera. O seu capital eleva-se, atualmente, à alta cifra de quatro milhões e quatrocentos mil cruzeiros. E, dispondo de dez mil quatrocentos e sessenta e

oito fusos, a sua produção encontra forma, diante dos seus módicos preços e sobretudo da sua excelente qualidade. Nem podia, aliás, ser de outra

ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

Presidente — Francisco de Assis Rodrigues de Vasconcellos.
Vice-Presidente — Carlos da Silva Nogueira.
Secretário — Herminio de Paula Castro Barroca.
Diretor-Gerente — Aloísio da Silva Nogueira.
Diretor-Auxiliar — José da Silva Nogueira.
Diretor-Auxiliar — Antonio Nogueira Junior.



Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagoas

Após um primeiro momento, vivido entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, a indústria têxtil alagoana chegou ao seu amadurecimento nos anos 1930, passando a apresentar uma configuração que a colocava como polo decisivo de alternativa econômica mais progressista. Pode-se verificar esta ascensão pelos números que possibilitaram, no período, a comparação entre o complexo têxtil e o setor açucareiro.

A década de 1930 representou para os industriais nordestinos um período de preocupação e retardamento na corrida da modernização e

do alto desenvolvimento do setor industrial, devido ao bloqueio da importação do maquinário estrangeiro, concretizado a partir do Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, que estabelecia *“Providências sobre a organização da estatística industrial e regula a importação de maquinismos e aparelhos para as indústrias em superprodução.”*

Neste período, foi criado com o Decreto nº 22.789, de 1º de junho de 1933, modificado pelo Decreto nº 22.981 de 25 de julho de 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), dando início a um primeiro processo com benefícios para a modernização da agroindústria sucroalcooleira.

Fábricas de Tecidos em Atividade - 1930

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO
Cia. de Fiação e Tecidos Santa Margarida	Jaraguá - Maceió
Cia. de Fiação e Tecidos Norte Alagoas	Saúde - Maceió
Cotonifício M. Lobo S.A Fábrica Alexandria	Bom Parto - Maceió
Companhia União Mercantil	Fernão Velho - Maceió
Fábrica Cachoeira Fiação e Tecidos*	S. Luzia do Norte
Fábrica Progresso Fiação e Tecidos*	S. Luzia do Norte
Cia. Pilarense de Fiação e Tecidos	Pilar
Cia. de Fiação e Tecidos São Miguel	S. Miguel dos Campos
Cia. Miguelense de Fiação e Tecelagem	S. Miguel dos Campos
Cia. Industrial Penedense	Penedo
Cia. Agro Fabril Mercantil	Delmiro Gouveia
*Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos	

Em 1932, o setor canavieiro alcançou um valor de produção de 52.388.580\$000 (em contos de réis), constituído pelos seguintes itens: açúcar (46.969.260\$000), álcool e aguardente (3.500.000\$000), cana exportada para outros estados (1.240.323\$000), cana consumida de outras formas (680.000\$000). No mesmo ano, a cadeia produtiva têxtil, (fábricas de fiação e tecidos), alcançou um valor de produção de (40.516.800\$000), a partir dos seguintes itens: tecidos (32.062.552\$000), algodão (3.696.800\$000) e caroço de algodão (1.620.000\$000).

Fato lamentável que repercutiu enormemente na comunidade sucroalcooleira em desenvolvimento foi o falecimento, em 1932, do barão Félix Vandesmet, fundador da Usina Brasileiro.

Nota da FIEA - Com a morte do barão, a usina passou a ser administrada por Paulo Decapot e o engenheiro Oscar Berardo, sendo dois dos seus seis filhos, Malembranche e Agenor Berard Carneiro da Cunha, os maiores mandantes.

Em 1933, Oscar Berardo, dono da Usina Rio Branco (União Agrícola Usina Rio Branco), conhecida por Usina Estrada Branca, por ficar situada no povoado Estrada Branca, município de Atalaia, comprou a Usina Brasileiro. Em 1941, Celso Piat e Carlos Piat compram a Usina Brasileiro. Não safrejou nenhuma vez nas mãos deste grupo; havia muitos credores e a negociação ficou pendente. Em 1942, entra em litígio. Em 1965, os Berardo requerem ação de sequestro e a justiça concede, nomeando um depositário judicial, Antonio Carlos de Moraes. O Banco do Brasil era um dos seus grandes credores depositários.

Em 1º de dezembro de 1933, passa a usina às mãos dos Berardo e a firma muda para Usina Brasileiro Oscar & Cia e, em 1941, já em poder do Grupo Piat, denominou-se “Usina Brasileiro de Açúcar e Álcool S.A.” com o qual chegou a seu fim em 1958 (dados da pesquisa Usina Brasileiro - Um exemplo de sucesso em terras atalaienses, do professor Carlos Tibúrcio de Araújo Abreu).

Em 1933, havia em funcionamento as seguintes bombas de USGA: três no Recife, uma em Caruaru, uma em Garanhuns, duas em Maceió, uma na Usina Serra Grande, uma em União dos Palmares e uma em Atalaia.

Conforme pesquisa de Araken Alves de Lima, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), estavam cadastradas, até 31 de março de 1935, na seção de estatísticas do IAA, na qualidade de fábricas de açúcar, álcool, aguardente e rapadura, o total de 538 engenhos e apenas 28 usinas (maioria de pequeno porte), sendo uma só



Publicidade do combustível USGA - 1933

com turbina e as demais com turbina a vácuo. Era evidente a superioridade da estrutura produtiva das usinas açucareiras, cuja produção havia superado, em grande escala, a capacidade dos engenhos.

Um fato interessante ligado à produção têxtil é que, depois dos anos 1930, não foram criadas mais fábricas e esse número só diminuiu, mesmo sendo um negócio altamente atrativo e que gerava mais lucro do que outros setores industriais no Estado.

De 3 a 7 de maio de 1937, realizou-se em Maceió o 1º Congresso dos Banguzeiros de Alagoas, que visou congregar a classe em torno do problema da sobrevivência do banguê.

A União Mercantil (Fábrica de Fernão Velho) em 1938, vive a crise da indústria têxtil nacional e divergências familiares entre os seus proprietários. Em decorrência, neste mesmo ano, é vendida à família Leão - Usina Utinga Leão, Rio Largo (*Dados de História de Alagoas - Edberto Ticianeli*).

Nota da FIEA - Como expõe Marcela Guimarães em seu livro “Entre Açúcares e Algodões - Série Algodão - Volume 2 (ACM - 2014)”, esta fábrica, inicialmente chamada de Companhia União Mercantil, fundada no bairro de Fernão Velho, em 1857, por José Antônio de Mendonça, o Barão de Jaraguá, teve sua inauguração em 1863, sendo a primeira indústria têxtil da região Nordeste do Brasil. Entre os anos de 1891 a 1911, o comando passou para as mãos do português José Teixeira Machado. A partir de 1911, essa administração passou para os seus filhos Antonio de Melo Machado e Arthur de Melo Machado, permanecendo até o ano de 1938. Neste ano, por conta de divergências familiares, a fábrica foi vendida à família Leão, que, devido às sucessivas crises, repassou o empreendimento para a Companhia Othon Bezerra de Mello. Sob nova direção, sua razão social foi alterada de Companhia União Mercantil para Othon Bezerra de Mello Fiação e Tecelagem S/A - Fábrica Carmen, permanecendo assim até o seu fechamento.

CENÁRIO 5 | 1940-1959

Cenário iniciado em 1940 mostra continuidade da predominância dos segmentos têxtil e açucareiro, com surgimento de estabelecimentos em outros setores, não interferindo no processo, nem agregando valor ao produto industrial do período em comento. Em 1940 contava-se, ainda, 500 engenhos.

No escopo deste contexto, cumpre registrar que, no início da década, alguns empreendedores se destacavam pela capacidade prática e rapidez de decisão para desenvolver atividades econômicas lucrativas, como é o caso de Tércio Wanderley, rico comerciante, nesta época dono de uma fábrica de sabão localizada em Maceió, acionista minoritário de fábricas têxteis e proprietário, desde 1936, da Companhia Antunes de Fiação e Tecelagem (Nova Aliança, Sergipe, atual cidade de Neópolis). Com sua capacidade empreendedora diferenciada, adquire a Usina Coruripe em 1941, como consta de estudos do professor Golbery Lessa.

Anuário Guia de Maceió

Alfredo Dacal Macias, comerciante e industrial espanhol, chegou a Alagoas em 1930 com muitas ideias e em busca de parcerias para desenvolver atividades produtivas. Com seu dinamismo, nos anos 1940 atuava intensamente e, em 1942, lançou o Anuário Guia de Maceió, documento importante para a época, facilitando o acesso dos consumidores aos produtos desses setores e fazendo chegar ao universo demandante informações básicas sobre as empresas e os produtos. Neste guia, organizado e distribuído por Dacal Macias, estavam disponíveis cerca de 1000 informações de todos os ramos de negócios da indústria, do comércio e de outros segmentos econômicos e sociais, servindo também como catálogo telefônico muito raro nos anos 1940, assentados os números nos “reclames” das empresas. Dacal frisava que o documento era um indicador profissional de grande importância para a economia em ascensão. Em seguida, com sua experiência, ao lado de outros empreendedores, nos anos 1950, enveredou pelos caminhos da indústria nos segmentos do café e derivados do milho e, finalmente, no setor da panificação onde foi um dos grandes líderes na década de 1960.

Como em todo núcleo urbano em expansão, aliado ao crescimento vegetativo da população, mudanças sociais e econômicas, influências

externas, havia natural tendência de concentração de atividades produtivas no “Centro”.

Como pode ser verificado no contexto do Guia de Maceió (1942), antes dos anos 1940 já funcionavam no centro de Maceió diversas fábricas de micro e pequeno porte com oferta eclética de produtos da indústria de transformação, mais concentradas na Avenida Moreira Lima, Rua do Comércio, derivando para Jaraguá.

Este cenário, muito interessante, denota a capacidade empreendedora dos líderes desses negócios, nesta época com influência europeia, mantendo movimentação constante no ciclo industrial, comercial e de serviços.

Nesta narrativa de Trajetória da Indústria, no cenário dos anos 1970, o modelo se repete com um importante e diversificado núcleo industrial no centro de Maceió e áreas adjacentes, que será mostrado adiante. As semelhanças são impressionantes.

Atividades Industriais - Centro de Maceió - Anos 1940

ESTABELECIMENTO	EMPREENDEDOR	PRODUTO	LOCAL
Fábrica de Sabão Triângulo	José Rabin	Sabão	Rua B. de Jaraguá, 594
A Sombrinha Moderna	José Moreira da Costa	Sombrinhas e g. chuva	Rua do Comércio, 211
Casa das Malas	Tito Lemos	Malas para viagem	Av. Moreira Lima, 369
Casa Portuguesa	José de Freitas	Moveis de vime e vassouras	Rua do Comércio, 440
Colchoaria Três de Março	Tito Lemos	Colchões e travesseiros	Av. Moreira Lima, 369
Estamparia de Metal	José Quilú	Latas e tampas metálicas	Parque Rio Branco, 244
Fábrica Alagoana		Gravatas, cintos e art. couro	Av. Moreira Lima, 342
Fábrica de Brinquedos São Paulo	Agenor S. Marques	Brinquedos de madeira	Rua do Comércio, 532
A Gravata Moderna	Atala Mansur	Gravatas e camisas	Rua do Comércio, 550
Fábrica de Sabão	José Soares & Irmãos	Sabão em geral	Rua General Hermes, 485
Fábrica de Massas Alimentícias	José Soares & Irmãos	Massas em geral	Rua General Hermes, 491
Fábrica Paulo Pedrosa	Paulo Pedrosa	Mosaicos e ladrilhos	Av. Duque de Caxias, 878
Fábrica de Sabão	Tércio Wanderley	Sabão em geral	Rua B. de Jaraguá, 428
Fábrica de Gelo	Gabriel Chalita	Gelo em barras	Av. Moreira Lima, 468
Refinaria e Torrefação Brasil	Anphilophio Remígio & Filhos	Café e derivados de milho	Av. Moreira Lima, 640

Fonte: Guia de Maceió - A. Dacal Macias/ 1942

Após amplos investimentos na fábrica e no núcleo fabril, com uma produção de quase 1 milhão de metros por mês, a família Leão vende a Companhia União Mercantil, também conhecida como Fábrica de Fernão Velho, a Othon Bezerra de Mello, industrial pernambucano, em 1946, quando recebeu a denominação de fantasia “Fábrica Carmen” (*Dados de História de Alagoas - Edberto Ticianeli*).

Fernão Velho, no período da instalação da fábrica (1857/60), era povoado pertencente aos municípios de Santa Luzia do Norte e Maceió. Devido à quantidade de capital que circulava na fábrica e aos impostos que pagava, houve disputas pelo povoado que, por certo período, pretendeu se emancipar. No entanto, foi anexado à capital.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os empresários têxteis brasileiros foram surpreendidos com a oportunidade de abastecer a América Latina, a Europa e o Oriente. Em 1943, o país exportou três vezes mais do que em 1941, principalmente para Argentina e África do Sul. Este *boom* industrial em plano nacional também ocorreu em Alagoas, onde houve significativo aumento na produtividade, ampliação das plantas fabris e aumento no contingente operário alagoano.

A Cooperativa dos Plantadores de Cana de São Miguel dos Campos foi responsável pela fundação, em setembro de 1943, da Usina Caeté, que moeu pela primeira vez quase três anos depois, em janeiro de 1946. Trata-se da primeira fábrica de açúcar a operar sob o sistema cooperativista.

A fábrica BRANDIM foi criada em 1945 com os primeiros empreendedores Brandão e Jardim, que aproveitaram seus nomes para denominar a nova fábrica, sendo “BRAN” de Brandão e “DIM” de Jardim, fabricando macarrão e biscoitos. No final da década de 1950 fechou, reabrindo nos anos 1960 com os empreendedores João Honorato de Paiva e Elpidio Estanislau da Silva, aproveitando projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Mesmo com a pujança da atividade têxtil na metade da década, é fato marcante que o setor sucroalcooleiro se transformou no mais importante da economia de Alagoas, sendo principal fonte de empregos e de desenvolvimento do Estado. Devido a tamanha grandeza, senhores de engenho, coronéis, usineiros e empresários uniram-se, ocasionando, em 1944, a fundação do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR-AL), entidade de defesa e representação dos produtores da cana, açúcar, álcool e energia.

O Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Alagoas (SINDIMEC) foi fundado em 1946, por iniciativa dos empresários do setor, amparados pela Associação Profissional das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Alagoas. Seu objetivo era buscar alternativas para a defesa de seus interesses. Assim, em 15 de outubro de 1947, foi outorgada a sua carta de reconhecimento como sindicato representativo da categoria econômica, base territorial do Estado de Alagoas.

A Fábrica Alexandria, em 1946, completa as obras no prédio para as secções de embalagem e almoxarifado, ampliação para uma nova turbina e tem um lucro considerado muito bom pela diretoria. Já no ano de 1947, além das adversidades do mercado, a fábrica enfrentou muitos problemas com energia elétrica, fornecida pela Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil (CFLNB), ocorrendo muitas interrupções ao longo do ano. A fábrica chegou a ficar paralisada por até quinze dias ao ter transformadores danificados.



Fábrica Alexandria – Bom Parto/Maceió

Constituída em 27 de setembro de 1947, através de assembleia presidida por Muniz Falcão, delegado regional do Ministério do Trabalho, à época, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), uma entidade sindical de grau superior, com a finalidade de realizar estudos, coordenar, proteger e representar legalmente as várias categorias econômicas da Indústria do Estado de Alagoas, teve sua carta sindical con-

cedida pelo Ministério do Trabalho em 11 de novembro de 1947, e em 29 de novembro de 1947, filiou-se à Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em um tempo em que predominavam as atividades de fiação e tecelagem e fabricação de açúcar, foram os sindicatos existentes, naquela ocasião, que se reuniram para fundar a FIEA: Sindicato da Indústria do Açúcar; Sindicato da Indústria do Açúcar de Engenho; Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral; Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria; e Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas.

A primeira diretoria, composta por Abelardo Lopes, presidente, Cristiano Alberto Andrade de Lyra, secretário e Flávio de Souza Luz, tesoureiro, tomou posse em 27 de novembro de 1947, permanecendo até 25 de maio de 1950.

A partir de 25 de maio de 1950, toma assento como presidente da FIEA o industrial Aristeu Remígio de Oliverira, que exerceu o mandato até 2 de setembro de 1952.

Neste período, com maior intensidade nos anos 1951 e 1952, sur-

gem novas usinas de açúcar em Alagoas, com destaque para a Usina Santa Clotilde, no município de Rio Largo, por intermédio do Grupo Oiticica, em 1951. Logo em seguida, registra-se o surgimento da Usina Taquara, no município de Colônia Leopoldina, em 1952, um empreendimento liderado por investidores da família Lessa.

Importante registrar que no caminho da década de 1950 esta, com efeito, foi de significativa expansão para a agroindústria canavieira nacional quando, devido à dinâmica da economia



Abelardo Lopes



Aristeu Remígio de Oliverira

brasileira, se concretizou a transferência da hegemonia produtiva das atividades canavieiras para São Paulo, que combinava um crescente mercado interno com um empresariado mais capitalizado e em busca de oportunidades de investimento.

Todavia, o desenvolvimento da indústria têxtil alagoana prosseguiu no período pós-Segunda Guerra, de acordo com os censos industriais de 1940 e 1950, referenciados por Golbery Lessa em seus estudos, onde o setor têxtil alagoano como um todo tinha, respectivamente, 6.721 e 10.998 indivíduos ocupados, com 96% desse contingente formado por operários.

A partir da década de 1950, no pós-guerra, toda a agroindústria canvieira nacional entra em processo de expansão. Em Alagoas, não é diferente. Com todos os fundos e programas criados para tentar viabilizar a expansão da agroindústria canvieira nacional e todo o mercado externo favorecendo a exportação do açúcar nordestino, o setor, que vinha cambaleante de uma crise, volta a crescer.

Nos anos 1950, o Nordeste já contava com a primeira usina hidrelétrica do complexo de Paulo Afonso, o que seria o ponto de partida para todo o esforço desenvolvimentista posterior.

O passo inicial da ação do governo federal no sentido de criar políticas para desenvolvimento da região Nordeste, de maneira a compen-

sar as diferenças econômicas e sociais, foi dado em 1952, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do seu escritório de estudos econômicos do Nordeste (ETENE), encarregado pelas pesquisas e avaliações socioeconômicas das repercussões das secas.

O industrial Antonio Arnaldo Bezerra Cansanção toma posse como presidente da FIEA em 2 de setembro de 1952, sucedendo Aristeu Remígio. Cansanção permaneceu no cargo até 20 de outubro de 1956.

Triunfo Companhia Agroindustrial Ltda (Usina Triunfo), teve seu registro na

Junta Comercial do Estado de Alagoas em 21 de setembro de 1950. Sua unidade industrial, situada no município de Boca da Mata, iniciou a fa-



Antonio Cansanção

bricação de açúcar na safra 1951/1952, alcançando a produção de 7.040 sacas.

No segmento de esquadrias de alumínio, Darcy Bartolomeu Brêda implantou, em março de 1953, na região de Jaraguá, seguindo com sucesso, a IRSAL – Industrias Reunidas S.A., bastante identificada no mercado neste cenário.

O sistema de Paulo Afonso I foi inaugurado em 1954, com duas máquinas geradoras, de 60.000 kW cada uma, referentes às linhas-tronco Norte, para o Recife, e Sul, para Salvador, assim como as estações intermediárias de Angelim e Itaparica, compreendendo um total de 860 km de linhas de transmissão de 220 kV.

A energia elétrica industrial somente chega a Alagoas por volta de 1955, com a instalação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso (BA), o que dificultou bastante o desenvolvimento industrial alagoano em competição com os grandes centros industriais brasileiros, pois Alagoas estava à mercê de conseguir fontes de energia mais vulneráveis às instabilidades naturais, tais como a fonte de energia a vapor ou energia hidráulica, utilizada nos primeiros cenários conhecidos na indústria.

O governo Muniz Falcão teve grande influência para alavancar o setor industrial neste cenário, com o Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico de Alagoas, contemplando o período 1956/1961, que recebeu apoio institucional da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas e, segundo o professor Luiz Antônio Cabral (UFAL), foi o primeiro conjunto de medidas com o objetivo de incentivar o desenvolvimento do Estado de forma planejada, antevendo a criação e atuação de organismos técnicos de promoção para o crescimento, diversificação e desenvolvimento da economia alagoana, com ênfase no setor industrial, os quais mais tarde comprovariam sua eficácia como SUDENE em 1959 e Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL), na sua forma definitiva de Companhia (Sociedade de Economia Mista), em 1963.

Importante destacar que o plano considerava a necessidade de investir na indústria de bens de capital e de consumo. Seria o primeiro passo para o surgimento da indústria metalmeccânica, em Alagoas, tendo em vista as diretrizes para a indústria:

- Estudos com vistas a detectar o potencial de Alagoas e incentivos à implantação de indústrias em áreas como: mecânica e metalurgia, petroquímica, mineração e cimento, papel e celulose, álcalis, butanol e acetona;

- *Apoio à modernização das indústrias de açúcar e têxtil de Alagoas;*
- *Apoio à indústria de laticínios no interior de Alagoas;*
- *Apoio ao desenvolvimento da indústria da pesca e do artesanato no Estado;*

- *Apoio à implantação de um moinho de trigo em Alagoas;*
- *Isenção fiscal para novas indústrias sem similar no Estado.*

Esse período marcou a segunda etapa do processo de industrialização de Alagoas, focada na diversidade, que seria consolidada a partir dos anos 1960, na tentativa do governo estadual de sair do eixo sucro-alcooleiro e têxtil criando novas alternativas no ambiente da indústria e da agroindústria.

No entanto, para que incentivos e apoio fossem, de fato, concretizados era necessário desenvolver toda a infraestrutura do Estado para dar o suporte, tanto à novas empresas, como às existentes. Assim, o governo priorizou investimentos em infraestrutura para poder comportar o nascimento de outras indústrias em território alagoano.

Para tanto, foram orçadas pavimentações de rodovias, como a BR-101, no trecho Maceió/Recife, ampliação das ferrovias, para dar suporte ao escoamento de produção, a construção da Estação Rodoviária de Maceió, a expansão do Porto de Maceió, para que o estado pudesse também receber navios de maior porte, incorporando-se às rotas comerciais e extensão dos depósitos de combustíveis líquidos para garantir o abastecimento do estado.

Em 20 de agosto de 1956, foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas e delegado representante junto à Confederação Nacional da Indústria (CNI), Napoleão Cavalcanti Lopes Barbosa, tomando posse no dia 6 de setembro do mesmo ano. Foi presidente da instituição por várias vezes, sempre reeleito por unanimidade.

Com Napoleão Barbosa à frente da instituição, foram feitos estudos e sugestões ao governo Muniz Falcão, destacando o Plano de Eletrificação do Estado com a criação da Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL),



Napoleão Barbosa

que sucedeu a CFLNB (Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil), o Conselho de Desenvolvimento de Alagoas, a Companhia Telefônica de Alagoas - CTA, depois transformada em Telecomunicações de Alagoas S/A - TELASA, que trouxeram grandes melhorias para o funcionamento das empresas industriais.

Denominado o Construtor do Progresso, Napoleão Barbosa teve uma participação marcante à frente dos destinos da FIEA. Seu espírito empreendedor e sua evidente capacidade de gestão o conduziram a diversos cargos públicos, em paralelo com a gestão da Federação, possibilitando-lhe deixar um legado imprescindível, não apenas para o setor produtivo, mas para toda a sociedade alagoana.

Em março de 1957, o Grupo Othon Bezerra de Melo, proprietário da Fábrica Carmen, em Fernão Velho, com direção de Alberto Brito Bezerra de Melo, intensificava a produção de fios e tecidos de algodão.

No documento elaborado em 1957 para a III Reunião Plenária da Indústria, promovida pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, publicado na série "Ensaio Econômico", nº 8, foram mencionados os problemas ainda existentes, da obsolescência e deficiência de maquinaria e dos processos industriais nas principais indústrias do Estado, na época a têxtil e a açucareira.

Dando continuidade ao processo de industrialização com o apoio do governo federal, em 1959 foi criado o DAE (Departamento de Águas e Energia), que desenvolveu o Plano de Eletrificação do Estado de Alagoas. Além de energia, o plano contemplava também o setor de transportes.

Um grupo de amigos, os empreendedores Gustavo Paiva Filho, Alfredo Dacal Macias e Abílio Belo iniciaram a produção de café, açúcar refinado e fubá em Rio Largo, por volta de 1959, com a marca CORINGA, criada por Dacal. Mais adiante, a fábrica foi adquirida por Djalma Rocha, empresário de Arapiraca. Finalmente, já na década de 1970, passou para o Grupo José Alexandre, de Arapiraca, mantida a marca CORINGA, conforme arquivos do empresário Alfredo Correia Dacal, do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria, Bolos, Bolachas, Biscoitos e Massas Alimentícias do Estado de Alagoas (SINDIPAN).

A Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, proposta pelo Poder Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), encerrando, assim, um

longo período em que as soluções para a região eram apenas episódicas. A principal força motriz dessa conquista foi a conscientização e mobilização da sociedade brasileira, conduzida sob a liderança legítima de suas forças sociais e políticas mais representativas, quanto à situação de abandono secular em que se encontrava a região, em relação às políticas nacionais de promoção do desenvolvimento, o que vinha resultando no seu atraso crescente, diante dos avanços realizados nas áreas mais desenvolvidas do País.

A SUDENE dava seus primeiros passos na tarefa de impulsionar o desenvolvimento da região Nordeste, proporcionando a criação de mecanismos de fomento.

De 1959 a 1964, o órgão foi regido pelo economista Celso Furtado, que coordenou ações em prol da formação de condições melhores de vida ao povo nordestino. Dos programas e entidades instituídos em favorecimento nordestino, podem ser citados: o GTDN, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, em 1952, que mais tarde seria transformado no CODENO, Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, o ETENE, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste, em 1954; o CETREDE, Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional (da SUDENE), que muito contribuíram com o segmento industrial e agroindustrial no Estado de Alagoas.

CENÁRIO 6 | 1960-1969

A década de 1960 foi marcada pela definição de uma nova postura por parte do Estado para o desenvolvimento, dando início à construção de instrumentos e de políticas públicas inspiradas no processo de desenvolvimento industrial que se desenhou no âmbito nacional.

O predomínio dos segmentos têxtil e açucareiro/alcooleiro estende-se até o final da década de 1960, mesmo com o início de um processo de diversificação produtiva. Distritos industriais organizados e com processo de gestão exercidos pelas Companhias de Desenvolvimento Estaduais ou Secretarias Estaduais de Indústria e Comércio, apoiadas pela SUDENE passaram a contribuir, de forma acentuada, com o crescimento e desenvolvimento do setor em Alagoas, como é o caso da área industrial do Tabuleiro do Martins, importante contribuição do Plano Trienal do Governo Luiz Cavalcante. Mais adiante, já com Plano Diretor Preliminar, foi denominada Área Industrial e, depois, Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante.

No início da década de 1960, mais precisamente entre os governos Muniz Falcão e Luiz Cavalcante, é desenhada toda uma infraestrutura econômica e administrativa em Alagoas, com a operacionalização de instrumentos que, até hoje, servem de parâmetro como fundamentos de desenvolvimento do Estado.

Vem dessa época, como resultado do 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico Estadual, iniciado no governo Muniz Falcão, a criação e operacionalização do Banco da Produção (PRODUBAN), da Companhia de Abastecimento d'Água e Saneamento (CASAL); Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL); ANCAR, que depois deu lugar à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL); Empresa de Pesquisa e Extensão (EPEAL); e Companhia Telefônica de Alagoas (CTA), entre outros equipamentos planejados como instrumentadores do desenvolvimento do Estado. O Banco da Produção transformou-se na base fundamental de apoio e financiamento do setor produtivo do Estado.

Em abril de 1960, o Conselho Deliberativo da Sudene, constituído à semelhança do extinto Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), iniciou a discussão de matéria sobre o planejamento das ações da SUDENE para o Nordeste. No mês seguinte, o presidente Juscelino

Kubitschek encaminhou ao Congresso Nacional o 1º Plano Diretor da SUDENE, contemplando projetos que abrangiam a ampliação da eletrificação, construção de rodovias, aproveitamento dos recursos minerais, levantamento cartográfico, reestruturação da economia rural, racionalização do abastecimento de água, acesso da população à educação de base e o oferecimento de incentivos fiscais para a consolidação da industrialização.

Em 1960, tendo em vista sua limitada capacidade técnica, ANGIQUINHO foi desativada pela direção da Fábrica da Pedra em função da impossibilidade de atender às necessidades do sistema produtivo ampliado da indústria e da comunidade, diante da nova Hidrelétrica de Xingó, implantada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) com 500 MW.

Nos anos 1961-1962, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas realizou o 1º Seminário Socioeconômico de Alagoas, do qual resultou o documento “Diagnóstico Socioeconômico do Estado de Alagoas”. Esse documento, constante de três volumes e mais de oitocentas páginas, analisava, de forma detalhada, a situação do Estado em todos os seus segmentos socioeconômicos e foi um importante subsídio à elaboração do Plano Trienal do Governo Luiz Cavalcante.

Trabalho do professor e economista Luiz Antonio Cabral, da UFAL, mostra fatos importantes para este cenário e sua correlação com o setor industrial.

Foi no governo de Muniz Falcão que Alagoas iniciou o planejamento científico, através da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoas, com a função de coordenar o processo de planejamento do desenvolvimento do Estado até o ano de 1966, quando foi criada a Secretaria de Planejamento no governo Lamemha Filho.

O Plano Diretor do governo Muniz Falcão ficou conhecido como fato histórico de coordenação e planejamento até então, trazendo um avanço na administração pública em Alagoas.

A criação de uma Comissão de Desenvolvimento (futura CODEAL), com o Decreto nº 803, de 4 de maio de 1959, foi o primeiro passo concreto para sistematizar o planejamento do Estado de Alagoas. A Comissão era um órgão de planejamento, que permitia a execução descentralizada dos planos estabelecidos. Foi concebida como uma espécie de máquina de pensar, montada para cuidar das necessidades do Estado, no complexo campo socioeconômico. De seu conselho, participavam

representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários.

O principal objetivo da Comissão, quando da sua criação, em 1959, era a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico do Estado, que tinha uma abrangência de cinco anos. A ausência de estudos sobre a realidade econômica e social de Alagoas e os percalços na formação de uma equipe técnica dificultaram a elaboração do plano. Entretanto, a Comissão conseguiu montar uma equipe de trabalho e reunir as informações necessárias à sua elaboração, o que significava, também, a implantação efetiva de uma estrutura de planejamento no Estado de Alagoas.

Em janeiro de 1961, assumiu o governo do estadual Luiz de Souza Cavalcante (Major Luiz). No cenário nacional, o Brasil vivia a euforia do Plano de Metas de Juscelino e consolidava-se a filosofia de desenvolvimento e planejamento regional que teve grande impulso com a implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Dois anos após assumir o cargo, o Major apresentou o Plano Trienal de Governo, 1963-1965, que destacava “a industrialização como via de desenvolvimento”. Os grandes objetivos alcançados com a implementação do Plano Trienal estavam divididos em três grandes áreas: melhoria das condições do homem, infraestrutura e expansão agrícola e industrial.

O Plano Trienal de Governo teve avaliação positiva quanto à sua implementação. O período foi de vital importância para a montagem da infraestrutura econômica necessária ao crescimento do Estado.

O governo Luiz Cavalcante conseguiu dar uma estruturação ao Estado, com a criação de órgãos importantes, assumindo um novo papel no desenvolvimento estadual, ampliando suas responsabilidades com o planejamento e a criação de projetos, análise de concessão de incentivos fiscais e a administração de uma área onde seria implantado, definitivamente, o Distrito Industrial de Maceió.

A CODEAL, criada pelo governador Muniz Falcão como uma Comissão para o Desenvolvimento de Alagoas em todos os setores produtivos, no planejamento do governo Luiz Cavalcante foi transformada numa sociedade de economia mista, ampliando seus objetivos e funções, com ênfase para a industrialização, tendo como primeiro presidente o professor Afrânio Salgado Lages.

Através da lei estadual nº 2618 de Agosto de 1963 surgia a CODEAL- Companhia de Desenvolvimento de Alagoas, sociedade de economia mis-

ta, com a missão de executar programas de desenvolvimento em Alagoas. Desempenhando importante papel no desenvolvimento do setor industrial, atraiu importantes grupos empresariais do país para investir em Alagoas, contando com uma eficiente e qualificada equipe técnica, preparada para realizar trabalhos de assistência e orientação às empresas locais e de outros estados, oferecendo incentivos fiscais, organizando áreas industriais, projetando e implantando a necessária infraestrutura para o perfeito funcionamento de diversos ramos de atividade industrial.

O professor Afrânio Lages, após a criação da CODEAL na condição de primeiro presidente do órgão de desenvolvimento estadual, concedeu entrevista ao jornal Correio da Manhã (RJ), em 19 de abril de 1964, destacando os projetos e planos para diversificação e crescimento do setor industrial em Alagoas. Informou o presidente sobre a instalação de novas indústrias como a metalúrgica COMESA em Atalaia, a fábrica de papel CODEPAL em Santa Luzia do Norte, a beneficiadora da fibra do coco NORFIBRA, em Maceió, as fabricantes de alimentos derivados do coco CODESA, em Maceió e COCAL, no município de Pilar. Na mesma época, estavam em vias de implantação a indústria de confecções de vestuário, cama e mesa INCAL, em Maceió e o Laticínio do Nordeste, em Batalha, iniciando o processo de exploração industrial na Bacia Leiteira Alagoana. A equipe técnica da CODEAL concluía estudos para instalação de duas fábricas de meias em Maceió, uma indústria de rações balanceadas para frangos, em Maceió (Rações CARB), a Companhia Industrializadora do Leite de Alagoas – CILA, a primeira a distribuir leite pasteurizado embalado automaticamente em sacos plásticos em Maceió, precursora das futuras CAMIL e CAMILA dentro dos melhores projetos para beneficiamento do leite, a partir de Batalha e Major Izidoro, os mais destacados centros produtores da matéria prima no período. A CODEAL também realizava estudos finais para instalação da Companhia Beneficiadora do Lixo de Maceió- COBEL, com o objetivo de fabricação de adubo orgânico para a agricultura e iniciava estudos para aquisição de área para implantar o primeiro distrito industrial multissetorial de Maceió na região do Tabuleiro do Martins, a futura área e, depois, o Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante.

Em 1964, foi instalada em Santa Luzia do Norte a CODEPAL - Companhia de Papel de Alagoas - trazendo a capacidade empreendedora do industrial Aloísio Pedrosa Pontes, do Grupo ONDUNORTE/PE. A empresa

absorvia no projeto 150 empregados, na fabricação de papel kraft e assemelhados. Razões logísticas e de mercado levaram à sua desativação mais adiante, na década de 1970.

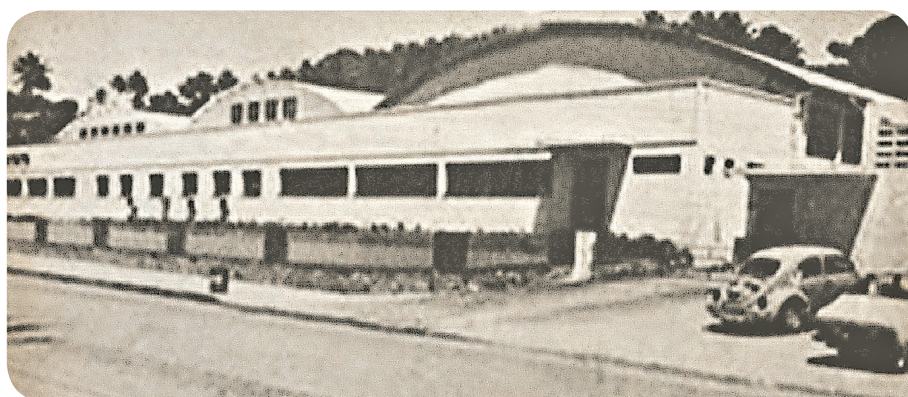
Embora já existissem núcleos de industrialização, desde o início do século XX, os distritos loteados para receber unidades industriais de gêneros diversificados somente tiveram sua definição com a participação e apoio do governo a partir de 1963, com a instalação, em 1964, da Área Industrial de Maceió, no Tabuleiro do Martins, denominado posteriormente Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante.

O distrito foi o primeiro núcleo industrial espacialmente organizado que deu início a um processo de diversificação industrial no Estado de Alagoas, tendo em vista a extensão de atividades da indústria para diversos tipos de serviços de apoio situada na margem da rodovia BR-101, extensão da Avenida Durval de Góes Monteiro, a 12 km do centro de Maceió, com área de 2.240.450 m² (220 ha.).

No início dos anos 1960, a Fábrica Alexandria foi vendida pela família Lôbo ao Cotonifício Torre de Pernambuco. Pouco tempo depois foi fechada, em 1966.

O cenário 1960/1969 marca de maneira positiva o ciclo da industrialização do coco em escala econômica, iniciado por João Athayde nos anos 1930.

Instalada em 22 de Julho de 1966, por iniciativa do industrial Manuel Tavares, surgiu a SOCOCO S/A Indústrias Alimentícias, que seria a maior empresa de derivados de coco do mundo, com a ousada proposta de produção, processamento e distribuição de derivados de coco tanto



Fábrica da SOCOCO - Indústrias Alimentícias no final dos anos 1960

no país como no exterior, buscando ampliar os horizontes e modernizando a própria concepção da indústria do coco. No ano seguinte, estreava no mercado o primeiro produto da nova empresa: o coco ralado. Na mesma época, com o coco em ascensão, surgiram em Alagoas outras plantas industriais direcionadas ao beneficiamento da oleaginosa, permanecendo João Athayde com o Coco INDIANO (Fábrica Apolo) e chegando a CODESA em Maceió, COCAL no município do Pilar, a NOR-FIBRA industrializando a fibra do coco em Maceió e a IRJASA/Textifício Santo Antônio em Japaratinga, também com o beneficiamento da fibra do coco.

No município do Pilar, região do tabuleiro da Chã do Pilar, Irmãos Couto & Wanderley era referência, fabricando produtos de metalurgia desde agosto de 1967, com firme gestão do empresário José de Lima, absorvendo 24 empregados.

Em 1967, já estavam instalados no Distrito Industrial a Companhia Alagoana de Rações Balanceadas – CARB e o Moinho Vitalis. Estavam em instalação a Cajú Industrial de Alagoas S.A. – CIASA. Planejadas para a implantação estavam a Indústria Metalúrgica de Alagoas – IMA – e a Metalúrgica de Alagoas – METAL. A abertura da empresa Cajú Industrial de Alagoas S/A - CIASA foi concretizada em 1969.

Neste período, a produção geral dos cotonifícios alagoanos inclui tricoline, brim, bramante, morim, tecidos fantasia, opala, toalhas, popeline, cretone, “packing” e outros. A produção de tecidos de algodão, em 1968, foi de cerca de 27 milhões de metros lineares, com um valor de 25 milhões de cruzeiros. A de fios de algodão alcançou pouco mais de 338 mil metros lineares com um valor de, aproximadamente, 840 mil cruzeiros (inclusive a produção da Cia. Fiação e Tecidos São Miguel).

O segmento metalmeccânico, diretamente associado ao progresso industrial, por ser responsável pela introdução de bens de capital na produção, tomou vulto a partir da década de 1960. Neste período, tem início um processo de diversificação industrial, com gêneros e produtos até então não tradicionais em Alagoas, mas com direcionamento para o setor sucroalcooleiro, atendido por empresas de outros estados, no apontamento industrial, a exemplo de Dedini e Zanini, do Estado de São Paulo.

O novo ambiente industrial, propiciado pela Área Industrial Governador Luiz Cavalcante (AIGLC), a partir de 1964, contribuiu para reforçar

este processo e possibilitou nova concepção de arranjo industrial em espaço próprio e adequado, modelo inclusive apoiado e incentivado pela SUDENE, com forte atuação à época, através dos incentivos fiscais (artigos 34 e 18), resultando na instalação e funcionamento das empresas Fives Lille, Mecânica Continental e COMESA.

Já no ano 1968, em área adjacente ao Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, foi lançada a pedra fundamental de uma empresa metalúrgica, a Fives Lille Industrial do Nordeste S.A. (FLINOR), subsidiária da Fives Lille-Cail, francesa, com setores de produção para fundição, mecânica e montagem de equipamentos destinados à instalação e modernização das destilarias de álcool e usinas de açúcar.



Fives Lille Industrial do Nordeste S.A. (FLINOR) - Maceió, Tabuleiro 1968

A FORENE Móveis do Nordeste, que sucedeu a antiga GOBBINOR, com 100 empregados em abril de 1968, foi o primeiro empreendimento do dinâmico industrial Eugene Gordon, com apoio da SUDENE, instalada no Tabuleiro do Martins, limites com o município de Rio Largo, rece-

bendo também apoio da CODEAL e do PRODUBAN.

Integrante de família de empreendedores natos, liderada pelo industrial Oscar Cunha, do segmento de café, Flávio de Souza Cunha instalou, em julho de 1968, a EMEL–Estruturas Metálicas e Esquadrias Ltda., uma das primeiras empresas a trabalhar em Alagoas com estruturas metálicas e divisórias moduladas, empregando 34 pessoas.

Neste importante cenário de diversificação industrial, no final dos anos 1960, duas empresas de beneficiamento de trigo despontavam como grandes empregadores em Maceió, contribuindo com outro importante setor produtivo alagoano, o da panificação: Moinho de Trigo Indígena – MOTRISA, localizado na Avenida Comendador Leão - Poço, fundado em maio de 1956 pelo grupo Gobbi e o Moinho NORDESTE S.A. na Rua Zeferino Rodrigues – Jaraguá, fundado em setembro de 1960.

CENÁRIO 7 | 1970-1979

O início dos anos 1970 marca intenso processo de realocização industrial para a região do Tabuleiro do Martins, constituindo forte agregado produtivo na época, onde já existiam empresas conhecidas em operação normal. A influência do Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, a atuação da CODEAL e do PRODUBAN tornou a região do Tabuleiro um novo polo de atratividade industrial. As primeiras indústrias do Tabuleiro, fora do DIGLC, instaladas em áreas estratégicas no seu entorno, enriquecem a trajetória da indústria em Alagoas com a firme atuação de seus líderes: Madeiras do Brasil (José Bezerra Calheiros), Doces Dalila (Waldomiro Breda), Cerâmica Santa Luzia (Hélio Vasconcelos), Indústria de Mármore Santa Terezinha (Lauro Nogueira), Rações CARB e IFRIL (Edmond Le Champion), Cerâmica Alagoas (Júlio Cesar Uchôa), CIA-SA (Afrânio Lages Filho), as mais conhecidas (décadas 1960 e 1970).

No segmento das serrarias, do tipo Madeiras do Brasil, na mesma época a IMALUSA Indústria Madeireira São Luiz Ltda. - Av. Durval de Góes Monteiro, 2550, com o empresário Luiz Nicácio, se destacava na região, diante de concorrentes de maior porte, assistida pela CODEAL e PRODUBAN.

A Indústria de Meias IARA Ltda., instalada na Rua Cônego Costa, 3906, em Bebedouro, por José Vasconcelos Costa em julho de 1967, contava também com assistência da CODEAL e PRODUBAN.

A CODEAL realizou, no início dos anos 1970, estudo de viabilidade para implantação de uma moderna metalúrgica, destinada basicamente à produção de equipamentos e de peças para substituição e reparo das usinas de Alagoas, surgindo então, instalada no povoado Jenipapeiro, município de Atalaia/AL, em 1974, a COMESA-Companhia Metalúrgica de Alagoas, iniciativa do empreendedor Benicio Monte.

Neste mesmo cenário, nota-se um ciclo onde muitas empresas tradicionais e instaladas há bastante tempo encerraram suas atividades. No final da década de 1960 e início de 1970, muitas empresas, embora sem informação oficial sobre os respectivos desempenhos, não sobreviveram à medida em que foi se acentuando o processo de integração econômica das regiões ou, então, tornaram-se produtores para mercados marginais. Vale destacar também a influência de uma fase onde cresceu muito o quadro de importações de produtos industrializados.



Companhia Metalúrgica de Alagoas - COMESA, Atalaia - 1974

Em razão direta da estruturação social e econômica montada em favor do setor agrícola e de tradicionais desdobramentos industriais, ainda no início dos anos 1970, uma nova fase industrial alagoana, movida por forte apelo creditício do Estado, mostrou características absolutamente distintas daquela nascente indústria da região. Além disso, considerando os incentivos governamentais, grande parte desses novos investimentos foi oriunda da expansão do capital de unidades já formadas no Sul e Sudeste do país. Esse último aspecto, por seu turno, justificaria o elevado padrão tecnológico das unidades que aqui se instalaram.

Nesse contexto, dois foram os fatores de atração desses novos empreendimentos: a disponibilidade de recursos naturais e o crescimento dos mercados urbanos, amparados pelo aumento vegetativo da população. Nessa década de 1970, portanto, inaugura-se o ciclo da indústria química e a nova fase da indústria de bens de consumo – notadamente a alimentícia, destacando a industrialização do leite, metalmecânica e do vestuário, a partir da instalação de filiais de outras regiões do país.

Durante os anos 1970, a pauta de exportação do Estado de Alagoas era bastante limitada, em se falando de diversidade, não obstante sua grande importância para o setor exportador. Ela representava a base da agroindústria canavieira, da qual derivam o açúcar demerara e o me-

laço não comestível, principais responsáveis pela formação da receita cambial. Apesar da renovação e implementação de novas indústrias no Estado, ainda eram os produtos básicos (o fumo em folha, o açúcar e o melaço não comestível) os detentores de quase 100% do valor total das exportações.

Foi nos anos 1970 que Alagoas viveu o seu “boom” econômico, marcado pelo surgimento de um novo eixo dinamizador, com a implantação da SALGEMA (hoje BRASKEM), CINAL e ALCLOR, entre outros equipamentos industriais que incrementaram o setor químico-plástico em



Obra de instalação da Salgema Indústrias Químicas S.A. / Maceió - Pontal da Barra - 1974

Alagoas, em uma primeira fase.

Em 29 de outubro de 1970, a FIEA, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fundou o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/AL), objetivando estabelecer uma relação exitosa entre a indústria e as instituições geradoras de conhecimento, dando início ao processo de inovação nas empresas alagoanas.

Com a extinção da Fábrica de Tecidos São Miguel, em 1971, a família Lopes vendeu a fábrica e as suas ações para o grupo Mendo Sampaio S/A de Pernambuco, que em Alagoas operava a Usina Roçadinho. O complexo industrial da Usina Roçadinho montado no vale de São Miguel dos Campos, Alagoas, iniciou sua primeira experiência em 1974.

A fábrica de óleo de caroço de algodão, que pertencia à Fábrica São Miguel, foi transformada em garagem para acomodar os caminhões

e máquinas da referida usina, mantendo a antiga vila industrial para os seus empregados (*Dados do professor Ernande Bezerra com adaptação*).

A partir de 1971, com a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar (PLANALSUCAR) e do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira - que mais tarde, em 1973, viria a se transformar no Programa de Apoio à Agroindústria Canavieira - e depois, em 1975, com a criação do Programa Nacional do Alcool (PRO-ÁLCOOL), toma impulso a nova reestruturação produtiva da economia local. Esses programas propiciaram pesquisas em inovação tecnológica, aumento da escala de produção das plantas industriais. Mesmo não apresentando uma política de planejamento econômico estruturante, o Estado de Alagoas foi beneficiado pelas diversas medidas adotadas pelo governo federal, no setor sucroalcooleiro, bem como em outros setores emergentes da sua economia.

No governo Afrânio Lages, foi elaborado o Plano Estadual de Desenvolvimento 1972-1975. Nesse período, o planejamento em âmbito estadual passava a ser realizado em maior subordinação às grandes diretrizes nacionais, cabendo aos Estados a adaptação de suas realidades e pretensões aos grandes objetivos nacionais.

Em 1971, dentro do plano do governo Afrânio Lages, foi instituído o primeiro Programa de Incentivos Fiscais de Alagoas, com a CODEAL responsável pela gestão e aprovação dos pedidos de incentivos das empresas industriais interessadas. O PRODUBAN era o agente financeiro indicado para abertura e manutenção das contas vinculadas das indústrias beneficiadas, para utilização futura dos recursos do ICMS incentivado, inicialmente, para máquinas e equipamentos e, mais adiante, no suporte de capital de giro, com a devida autorização da SEFAZ. A partir dos anos 1980, este programa ficou sem efeito, até a aprovação do novo programa, em 1995.

O Processo de Concentração Industrial no Centro de Maceió e Localidades Próximas

No final da década de 1950, crescendo nos anos 1960 e início dos anos 1970, nota-se expressiva concentração industrial no centro de Maceió e bairros mais próximos da região. O fluxo de veículos e pessoas era pequeno, facilitando a logística mínima das fábricas, formando o primeiro centro de concentração industrial urbano diversificado em

Maceió, onde predominava a indústria da panificação.

Este modelo está seguramente atrelado à relação direta com a função consumo, atraindo centros de produção e comercialização de novos produtos, em área de intensa movimentação de consumidores, notadamente no setor de alimentos.

Nesta época (ciclo), havia ainda dificuldade para localização afastada do Centro e bairros populares, pela falta de infraestrutura da cidade. A opção era estar nas áreas mais dotadas de infraestrutura, a exemplo de Jaraguá, Ponta Grossa, Prado, Farol (bairros mais antigos), além do próprio Centro, a área preferencial.

A partir da primeira metade dos anos 1970, verifica-se um processo (ou movimento) de mudança desses empreendimentos para o bairro do Tabuleiro do Martins, por dispor de áreas disponíveis, infraestrutura e mão de obra nativa. Nesta fase já sentiam, as empresas instaladas no Centro, os efeitos do crescimento urbano e populacional e dificuldades com a logística geral, podendo-se citar deficiências no suprimento de energia em alta tensão, água, telefonia, transportes, estacionamento e áreas para movimentação de veículos de grande porte, acesso congestionado, novas construções (verticais), novos costumes e rejeição da própria população à presença de indústrias em áreas urbanas com as primeiras manifestações de conscientização sobre o controle ambiental.

O Parque Industrial do Café

Registro importante e memorável dos anos 1970 é, sem dúvidas, o parque industrial do café, bastante ativo e dinâmico no período e com evolução histórica, mais concentrado em Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios, podendo citar AFA (Antunes & Cia), EMECÊ (Moinho Cruzeiro – Oscar Cunha), Café KRAKE (Antonio Celestino), Serbin - Moagem SOBERANO (Aleksei Serbin), Café NEGUINHO (Carlos Antonio Oliveira), Café PAJUÇARA (Milton Alves); no interior, Café XUCURUS - Palmeira dos Índios (José Correia Pimentel), Café CORINGA - Arapiraca (José Alexandre dos Santos), os mais importantes.

Na década de 1970, a partir de 1972/73, tem-se a implantação de importantes plantas como IMPLETEC, SANTAL, MOTOCANA e CIMEG indicando um novo quadro metalmeccânico, todas instaladas no DIGLC, em Maceió, com a administração da CODEAL, que iniciava, através de sua Divisão de Planejamento Industrial, o Plano Diretor do local. Neste

âmbito, a SUDENE traz grande contribuição com a instalação, através de convênio com a CODEAL, do NAI – Núcleo de Assistência Industrial, precursor do CEBRAE e Sistema SEBRAE, nas ações em favor da micro, pequena e média empresa em Alagoas, que se destacava nas áreas de consultoria técnica especializada e elaboração de projetos em parceria com o PRODUBAN. O convênio SUDENE/CODEAL conseguiu atrair para seu contingente os melhores profissionais de economia, engenharia, arquitetura e direito.

No decorrer dos anos 1970, nota-se a decadência do parque têxtil do Estado, um dos mais significativos e tradicionais do Nordeste, com o fechamento de fábricas ainda em operação, mas com muitos problemas estruturais (custo e escassez da matéria-prima), qualidade do produto, falta de capacidade para investimentos para atualizar a tecnologia e a forte concorrência de produtos derivados da nafta (fios sintéticos), lide-rados por multinacionais, investidores da China e Taiwan (Alagoas tinha por base o algodão) e novas unidades mais modernas e com estrutura financeira superior, a partir do Ceará, Sergipe, Paraíba e Pernambuco.

Francisco Araújo Silva, que iniciou sua atividade na indústria dos termoplásticos no centro de Maceió (ARASIL) promoveu realocização e ampliação do negócio, intensificando atividade desde outubro de 1973, no DIGLC, construindo uma das primeiras plantas industriais a produzir sacos de polietileno em Alagoas.

O engenheiro mecânico José Luzo dos Santos ao instalar, em outubro de 1973, no DIGLC, a CIMEG- Comércio e Indústria de Mecânica em Geral Ltda., empresa de fabricação, usinagem e recondicionamento de peças de material rodante, é pioneiro em Alagoas, na contribuição com o setor do agronegócio em geral e dos sistemas de terraplanagem na construção civil.

A TRAMAG, desde fevereiro de 1974, já emprestava sua contribuição fora dos limites do DIGLC, no fornecimento de carretas, engates e peças para tratores, com supervisão de Osman Loureiro Farias Neto.

O ano de 1974 apresenta importantes registros de instalação industrial em Alagoas, como o início das atividades da Usina GUAXUMA, do Grupo João Lyra, no município de Coruripe; a implantação do MA-FRIAL, com Zoraide e Luiz Beltrão, no município de Satuba, trazendo impacto positivo no setor de processamento de carnes (matadouro industrial), que na época era incipiente; e a Fábrica de Cimento ATOL, em

São Miguel dos Campos, um investimento do Grupo Brenand, do Estado de Pernambuco, sob a liderança do industrial pernambucano Ricardo Coimbra de Almeida Brenand.

Aliado ao segmento metalmecânico, como apoio à atividade das usinas, o setor de adubos e fertilizantes crescia nos anos 70, desde a LA-GENSE, do Grupo Carlos Lyra, no Pontal da Barra, a AGROFÉRTIL no DILC, a PROFERTIL, no município de Santa Luzia do Norte, até a COBEL - Companhia Beneficiadora do Lixo, em Jacarecica, primeira empresa de compostagem de lixo em Alagoas, sob a gestão de Walter Ananias de Barros.

O empreendedor Joaquim Feliciano deu início, na região do Tabuleiro, fora do DILC, em 1975, à produção de peças e componentes para o setor metalmecânico como palhetas, turbinas, jatos de turbinas, buchas para turbinas, hastes e outros, contribuindo para o apontamento industrial do setor sucroalcooleiro, dependente ainda de empresas de Pernambuco com a INCOPEÇAS Ltda.

Dentro da visão de atendimento local ao setor sucroalcooleiro, é instalada no DILC, em julho de 1975, a MOTOCANA, fazendo parte do processo de diversificação industrial metalmecânica em Alagoas, com destaque neste cenário.

Reforça o cenário no período a IMPLETEC - Implementos e Técnica Ltda., fornecendo carrocerias, carretas, reboques e tanques de aço para o mesmo setor após a desativação da FIVES LILLE, com gestão de Otacílio Filgueira, a partir de julho de 1975.

Inclui-se neste cenário positivo de 1975, a MAGRASA, fabricando caçambas, engates automatizados e carregadeiras de cana e a SANTAL Equipamentos, instalando, em 1974, filial de sua base em São Paulo na área do DIGLC, sob o comando do executivo paulista Edgar Schwenk.

A indústria COFRES HÉLIO LTDA., única do gênero no Estado, fundada pelo técnico alagoano João Araújo Wanderley em 1976, sob seu comando e com seus sucessores no município de Palmeira dos Índios, contribuiu para a diversificação da produção do segmento metalmecânico tradicional.

A EMPAL, do industrial Ítalo Mello, instalada desde abril de 1976, no DIGLC, produzindo filmes de polietileno, sacos plásticos e eletrodutos reforçou, durante muito tempo, a cadeia produtiva da indústria química e do plástico, contribuindo para redução de importações desses produtos.

Diferenciada no segmento de sacos para embalagem, a CELOPLÁS,

tendo à frente o industrial Marcílio Wanderley, produzia sacos de papel celofane, papel em bobinas e outros tipos de embalagens, iniciando no centro urbano de Maceió (Poço) e, na década de 1970, funcionando na área do Canaã, que passou a constituir, no final dos anos 1960, opção para instalação de indústrias pelas grandes áreas disponíveis sem aglomerações residenciais.

SOGECONE - Sociedade de Gelatinas e Colágenos do Nordeste, instalada ao lado da SOMONE - DIVERGEL Indústria e Comércio S/A, na área da “Estrada da Serraria”, atual Menino Marcelo, indústria química especializada, produzindo ortofosfato bicálcico, gelatinas comestíveis e colágenos, conduzida pelo engenheiro civil José Carlos Lyra de Andrade, representava a multinacional inglesa LEINER e emprestou grande colaboração a diversos setores da indústria regional, até sua desativação no ano de 1986.

SOMONE DIVERGEL, referência do segmento metalmeccânico que crescia, no atendimento à demanda de peças e componentes para o apontamento industrial do setor do açúcar e álcool nas décadas de 1970 até 1980, com as linhas de misturadores, peneiras, e outros equipamentos, com gestão da produção a cargo do engenheiro civil José Carlos Lyra de Andrade, instalada na localidade “Estrada da Serraria”, atual Menino Marcelo, bairro da Serraria em Maceió, permaneceu em atividade até os anos 1985/86.

WHITE MARTINS, com sua filial de distribuição fundada em 1950, funcionava ativamente na Avenida Fernandes Lima, bairro do Farol em Maceió, no cenário dos anos 1970, como a maior empresa fornecedora de oxigênio e acetileno para todo o setor industrial e hospitalar de Alagoas, sob o comando local do executivo José Cavalcante Santos. Nos anos 1980, passou a operar uma planta no Polo Industrial de Marechal Deodoro.

No centro de Maceió, vale lembrar a indústria de sombrinhas e guarda-chuvas, remanescente do setor, conduzida por LEITE BASTOS Indústria e Comércio Ltda., fundada em 1958, que produziu até o final dos anos 1970 com a liderança do empresário Fernando Ramos.

Com efeito, a década de 1970 reveste-se de grande importância para a economia alagoana, ficando conhecida como a fase dos grandes projetos, onde o ritmo dos investimentos e dos efeitos multiplicadores modificou o cenário da indústria alagoana. No período, um dos desta-

ques, sem dúvidas, a criação da Secretaria da Indústria e do Comércio - SEIC, a partir da visão desenvolvimentista do então governador Divaldo Suruagy em 1975, tendo como primeiro secretário de Estado da Pasta o empresário Carlos Gonzaga Brêda.

Antes da SEIC, conforme o industrial Alfredo Correia Dacal, o trabalho para a indústria no âmbito do Governo Estadual era realizado pela Secretaria de Agricultura (Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio) que, evidentemente, realizava mais ações dirigidas ao setor primário, pelas suas características e necessidades.

A criação da Secretaria da Indústria e do Comércio e sua contribuição para desenvolvimento de Alagoas

Comentários de Carlos Gonzaga Brêda - primeiro secretário de Indústria e Comércio do Estado de Alagoas, especialmente para a Trajetória da Indústria em Alagoas

"Reportamo-nos ao período de 1975 a 1977, Governo do Excelentíssimo Governador Sr. Divaldo Suruagy data da reformulação do organograma funcional do Governo do Estado, período marcado pela criação, implantação e operacionalização da Secretaria da Indústria e do Comércio do Estado de Alagoas.

O critério que fundamentou a criação e consequente implantação da Secretaria de Indústria e do Comércio se baseou no princípio da descentralização de atividades até então desempenhadas pela Secretaria de Planejamento do Estado, perdendo foco de atuação e de apoio aos principais e fundamentais setores da economia do nosso Estado, quais sejam o Turismo, Agroindústria Canavieira, Agroindústria Leiteira, bem como o próprio fortalecimento das atividades da Junta Comercial e das atividades correlatas do Comércio.

É oportuno destacar que a implantação da Secretaria da Indústria e Comércio do nosso estado surge num período em que o próprio Governo Federal através do Ministério da Indústria e do Comércio cria e determina a Política de Reformulação de todo o Parque Sucroalcooleiro do País com foco principal na Produção de Álcool com fins automotivos. Surge assim o PROÁLCOOL configurado como o maior Programa Agroindustrial das Américas; e posicionamento no ranking Nacional da Produção de Açúcar e Álcool do Estado de Alagoas como o segundo maior produtor do país, perdendo apenas para o Estado de São Paulo. A presença da Secretaria da

Indústria e Comércio cumpre nesse período elevado papel da importância. Justamente com esse advento do PROÁLCOOL, a Secretaria dinamiza ações para o setor Químico ao dar os primeiros passos na concepção de um Polo Industrial baseado na matriz do Álcool, fabricação do ETENO a partir do Álcool, haja vista a presença de elevados volumes de Jazidas de Salgema, fatos que possibilitariam a geração de uma matriz conjugada dessas matérias-primas no primeiro polo-cloro-álcool químico da América Latina.

Referido projeto desdobrou-se dada a sua importância para nossa economia em sua unidade gestora específica vinculada ao gabinete do Governador denominada Coordenação do Polo Cloro-álcool-químico, transformando-se posteriormente numa Unidade Gestora Autônoma.

Surge ainda como ação importante desempenhada pela Secretaria de Indústria e Comércio o apoio ao Setor Turismo, base de sustentação econômica do nosso Estado. Nesse contexto projetos posteriores foram complementados ou implantados resultantes de ações preliminares da secretaria, por órgãos públicos criados posteriormente para dar maior foco e ênfase às questões do desenvolvimento econômico do nosso Estado, quais sejam a CODEAL – Companhia do Desenvolvimento de Alagoas, a qual criou, implantou a operacionalização de incentivos fiscais, aprimorou estudos geológicos e hidrográficos do Estado, gás natural dentre outros. Em idêntica ação surge também a EMATUR – Empresa Alagoana de Turismo, responsável pela divulgação e colocação do Estado como um dos principais destinos turísticos do país.

“Enfim a criação da Secretaria da Indústria e Comércio de Alagoas foi o marco referencial para a descentralização das atividades Administrativas do Estado para que através da sua criação fosse dado foco específico nas ações e atividades que viessem promover o Desenvolvimento Socioeconômico do nosso Estado.”

Em 14 de novembro de 1975, com o Decreto nº 76.593, é criado o PROÁLCOOL, com a contribuição efetiva dos engenheiros Lamartine Navarro Júnior e Cícero Junqueira Franco, juntamente com o empresário Maurílio Biagi. O programa de motores a álcool foi idealizado pelo físico José Walter Bautista Vidal e pelo engenheiro Urbano Ernesto Stumpf, este último conhecido como o pai do motor a álcool, entre outros. O programa substituiu, por álcool, a gasolina, o que gerou 10 milhões de automóveis a gasolina a menos rodando no Brasil, diminuindo a dependência do país ao petróleo importado.

O Programa Nacional do Álcool promoveu a substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo brasileiro a partir de 1975, devido à crise mundial do petróleo em 1973.

A existência de um parque industrial recém modernizado, voltado para o aproveitamento da cana-de-açúcar e a experiência na produção de álcool anidro para ser adicionado à gasolina, destacam-se entre as razões que levaram o governo à criação do programa. O propósito do governo federal era estabelecer condições para o país continuar crescendo, em detrimento da necessidade de se reduzir as importações de petróleo, dando prioridade à produção de energia alternativa (o álcool em substituição à gasolina). Em Alagoas, a modernização do parque industrial canavieiro aumentou sua participação no setor agroindustrial nos primeiros anos de existência do PROÁLCOOL.

A evolução das destilarias em Alagoas era evidente. Em 1975, existiam duas unidades produzindo 27 mil metros cúbicos de álcool. Em 1977 e 1978, mais duas destilarias começaram a funcionar. Até a safra de 1979/80, ao fim da primeira fase do Programa Nacional do Álcool, Alagoas já dispunha de 19 destilarias, entre autônomas e anexas.

As consequências dessa nova organização produtiva do setor se refletiram de múltiplas formas: na construção do terminal açucareiro de Maceió; no crescimento do número de usinas com destilarias no Estado; e no aumento da produção de cana moída, que passou de 321.470 toneladas/média para 380.080 toneladas/média, entre os anos de 1970 a 1974.

Em Palmeira dos Índios, em meados dos anos 1970, Liberalino Fernandes atuava positivamente no segmento da moda, com sua Indústria de Confecções PALMEIRA, estendendo atividades de distribuição e comercialização em Maceió.

A INCAL- Indústria de Confecções de Alagoas, absorvia grande contingente de mão de obra, com sua fábrica no Pontal da Barra, em Maceió, na linha de roupas populares, em 1974.

Em funcionamento desde 1964, com problemas acumulados, somente em 1975 o Distrito Industrial Luiz Cavalcante recebeu um projeto de reestruturação, precedido de um diagnóstico executado pela CODE-AL, definindo sua planta básica.

A confirmação da implantação do projeto SALGEMA como unidade

germinadora de um Polo Cloroquímico surgiu como atenuante pela perda significativa da Região de Produção do Nordeste da Petrobras - RPNE, transferida de Alagoas para o Estado de Sergipe, que causou grande impacto no desenvolvimento em todos os aspectos.

A aprovação do Polo Cloroquímico de Alagoas, por decisão do presidente da República Ernesto Geisel, consolidou a entrada do Estado no segmento químico e petroquímico ainda em 1975.

A implantação da SALGEMA Indústrias Químicas abre, invariavelmente, outro eixo para o desenvolvimento do Estado, diminuindo a dependência do setor sucroalcooleiro. Mais que isso, o Polo Cloro-Álcool-Químico promove a diversificação industrial com inclusão do químico e do plástico na economia local. Uma nova vertente para o desenvolvimento de Alagoas, que experimentou o *boom* dos anos 1970, a chamada “era dourada” da economia alagoana.

Com a implantação do projeto SALGEMA bastante adiantada, em 27 de julho de 1976 o governo do Estado, através do Decreto nº 2.826, definiu como de interesse para o desenvolvimento econômico de Alagoas, especialmente com vistas à implantação de um Complexo Químico, uma área de 8.567 ha. próxima à cidade de Maceió, abrangendo parte do Tabuleiro de Marechal Deodoro, a Ilha de Santa Rita e uma área litorânea ao sul do Pontal da Barra, conforme histórico da localização do projeto publicado no documento CQA - Complexo Químico de Alagoas, editado pela CODEAL e CINAL - Companhia Alagoas Industrial, em 1982.

A SALGEMA entrou em operação em 23 de fevereiro de 1977, com um suprimento de energia elétrica feito diretamente pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) em 230kv, contando com um terminal marítimo próprio capaz de receber navios de até 20.000 TPB, e um emissário submarino de cerca de 4 km de extensão para o lançamento de efluentes, a maior planta do cloro/soda do Brasil e, em seguida (em 1979), consolidando a Unidade de Dicloroetano.

Antecede o projeto DCE uma reunião em 27 de agosto de 1975 do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que definiu a localização no Rio Grande do Sul do III Polo Petroquímico do País, estabelecendo também que deveria ser construída no Nordeste, preferencialmente em Alagoas, uma grande unidade de Dicloroetano, e recomendou o estudo do aproveitamento do álcool na complementação de oferta de produtos químicos.

Nota da FIEA - Vale lembrar que a potencial existência de Salgema no subsolo de Maceió foi percebida no início da década de 1940, mas a confirmação só veio em 1966, quando o Estado resolveu autorizar a pesquisa e a exploração do recurso mineral.

Estas jazidas foram descobertas em 1943 quando a equipe técnica do Conselho Nacional do Petróleo iniciava as prospecções de petróleo na região de Maceió, ocasião em que o empresário Euvaldo Luz, responsável pela manutenção das máquinas operatrizes, notara fragmentos de salgema nos equipamentos e decidira requerer ao governo federal a concessão da jazida. A concessão, entretanto, já havia sido confirmada para um grupo internacional por 22 anos. A jazida não foi explorada no período concedido e a caducidade da permissão beneficiou o empresário nacional em 1964. No ano seguinte, foram iniciados os estudos geológicos, os quais apontaram uma reserva recuperável da ordem de 125 milhões de toneladas de cloreto de sódio de elevada pureza. (cf. FIPLAN, 1982; LUSTOSA, 1997). O projeto de criação da Salgema foi aprovado em 1967, com previsão de produção de 250kta de soda cáustica.

Em decorrência destas decisões, a SALGEMA expandiu suas atividades, agregando às instalações produtoras de soda/cloro, uma unidade de dicloroetano e uma unidade para a produção de etano a partir do álcool.

O Decreto Federal nº 80.402, de 26 de fevereiro de 1977, cedeu ao Estado de Alagoas, sob o regime de aforamento, uma área de 53 ha, no Pontal da Barra, ao sul da SALGEMA, para desapropriação do domínio útil, conforme histórico da localização do projeto publicado no documento CQA - Complexo Químico de Alagoas.

A Companhia de Cimento ATOL, instalada pelo grupo BRENNAND no município de São Miguel dos Campos, a 60 km de Maceió, iniciou a atividade produtiva em 1977, com capacidade instalada de 300 mil toneladas/ano de clínquer, em um só forno, com tecnologia francesa e reservas das principais matérias-primas utilizadas (calcário e argila) num espaço de 400 ha e 60.000 m² de área construída (*Pesquisas do prof. Ernande Bezerra com adaptação*).

Em maio de 1978, surge o Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, colegiado instituído pela Lei 3.859, de 3 de maio de 1978, com sua estrutura e atribuições definidas pela Lei nº 3.989, de 13 de dezembro de 1978, no âmbito estadual, sendo órgão promotor e coordenador das atividades de proteção ambiental, trazendo grande contribuição para o desenvolvimento do novo polo industrial no tocante

às medidas preventivas para a intervenção em áreas não antropizadas, instituindo o sistema de licenciamento ambiental em três etapas: pré-
via, instalação e operação.

No ano de 1978, houve um incremento expressivo na receita de exportação devido, não somente, ao bom desempenho da pauta tradicional, mas também pela entrada de novos produtos quando, em julho de 1978, a SALGEMA iniciou sua comercialização no mercado internacional.

A Companhia de Refrigerantes do São Francisco - CIRESF, constituída em julho de 1977, inicia atividade em 1978, com a fabricação de coca-cola e outros da mesma linha de concessão no DIGLC, com direção de Eduardo Martins, empresa do grupo Constancio Vieira, do Estado de Sergipe.

Em relação à infraestrutura, em 1978, foi inaugurado em Maceió o mais moderno terminal açucareiro do Brasil enquanto a Estação Experimental de Cana-de-açúcar de Alagoas desenvolvia importantes pesquisas sobre melhoramento genético.

Com o crescimento de iniciativas empreendedoras de grupos locais e de outros Estados e com a saída progressiva das indústrias do centro de Maceió e entorno, em busca de melhores espaços para desenvolver seus projetos, o Tabuleiro do Martins, no período 1970/79, passou a concentrar um importante, diversificado e amplo parque industrial, em função de possuir áreas adequadas para a atividade industrial dentro e fora do distrito existente, livres de aglomerações habitacionais à sua volta.

Às empresas que vieram do Centro e as que já existiam desde os anos 1950, se juntaram as novas que foram surgindo, no distrito e fora deste, em pontos distintos do Tabuleiro, inicialmente chamado Tabuleiro Velho e, em seguida, no Canaã, Avenida Durval de Góes Monteiro, Santa Lúcia, Clima Bom, dentre outros.

Em 6 de dezembro de 1979, através do Decreto nº 4.111, o Governo do Estado de Alagoas declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 1.019 ha do Tabuleiro de Marechal Deodoro, tendo sido ampliados os limites da área a ser desapropriada, no início de 1982, passando a abranger 2.960 ha para instalação do futuro Polo Industrial, conforme histórico da localização do projeto publicado no documento CQA - Complexo Químico de Alagoas.

O Cadastro das Indústrias começou a ser estruturado pela FIEA em 1979, com o primeiro produto lançado impresso como edição 1979/80,

contendo 2.583 estabelecimentos cadastrados. Em 1978, a SEIC editou um Cadastro Industrial, mas não prosseguiu com o produto nos anos seguintes, ficando a FIEA, definitivamente, com a iniciativa. A partir daí, seguem as edições 1984, 1987, 1988, 1994 (edição impressa) e, a partir de 2003, apresentação em CD mantido o formato nos guias da indústria seguintes: 2007, 2013 e 2017, já dispondo a FIEA de um banco de dados com atualização permanente, ajustado por pesquisa de campo, com acesso a diversos arquivos de dados das indústrias.

Totalmente consolidado, o Guia da Indústria reúne, num banco de dados, o Cadastro Industrial de Alagoas, elaborado pela FIEA, podendo ser encontradas as empresas industriais instaladas e em funcionamento em Alagoas e informações relevantes como razão social, fantasia, linha de produção, matérias-primas, número de empregados, endereço completo, meios de contato, principal executivo, fornecendo listagens por ordem alfabética, por gênero industrial e por municípios.



▲
Cadastro Industrial
Secretaria da Indústria e do
Comércio - SEIC 1978 (edição impressa)

▲
Guia da Indústria
(Cadastro Industrial FIEA) - 1979/1980
(primeira edição impressa)

As indústrias instaladas no centro de Maceió foram paulatinamente cedendo prédios para o comércio e serviços, já no final dos anos 1970. Entrando na década de 1980, não havia mais indústrias no Centro. Com o crescimento e mudanças urbanas, surgiram dificuldades para o funcionamento dessas fábricas, determinando um processo de transferência para regiões mais afastadas do núcleo urbano, levando as empresas, principalmente, para o Tabuleiro, onde havia grande disponibilidade de áreas. Mas a *Trajatória da Indústria* registra a ocorrência de um núcleo industrial no centro de Maceió e áreas próximas.

No final da década de 1970, Palmeira dos Índios, além das torrefações de café e derivados de milho, concentrava pequenos produtores de doces, com as fábricas Kidoces, a Fábrica de Caramelos e os Produtos Alimentícios Magupi.

Antunes & Cia, em 1979/80, já contava com a fábrica de massas e biscoitos, no Tabuleiro - Avenida Durval de Góes Monteiro, 4481, com a extensão da produção após a saída do Centro. O cadastro FIEA 1979/80 registrava a continuidade das operações do Café AFA, não paralisando a atividade, pelo contrário, crescendo, com linhas de massas que não existiam na antiga "Refinaria Leão do Norte", no centro de Maceió.

Um dos grandes grupos do setor de alimentos, através da família Antunes, o café AFA, criado em julho de 1925, precede a Fábrica BRAN-DIM (que seria instalada em 1945) e, neste cenário (anos 1970), era dirigido por Domingos Antunes dos Santos.

A partir do Censo Industrial de 1960, podemos confirmar que a indústria têxtil esteve ao lado da indústria sucroalcooleira como as principais atividades econômicas do Estado. A produção têxtil perdurou como importante setor dentro de Alagoas até meados dos anos 1970, mas com diminuição da produção e lucratividade, iniciada ainda na década de 1950, comprometendo sua continuidade, numa projeção futura.

Fernando e Alberto Nogueira trabalharam incansavelmente no final da



Publicidade do Café AFA nos anos 1940

década de 1970 para o equilíbrio e continuidade de operações da Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagoas, em Saúde/Maceió, mas não suportando como tantas outras do setor, as mudanças tecnológicas, concorrência desleal e acirrada de produtores asiáticos, a falta de capacidade de investimento para expansão e modernização da fábrica e outros fatores adversos de mercado, encerraram suas atividades, deixando um legado urbano-social inestimável, até hoje ocupado por famílias, no distrito de Saúde, incorporando o valioso polo têxtil à paisagem de Maceió.

No centro de Maceió e entorno vale registrar os estabelecimentos mais antigos, mais importantes ou mais conhecidos da população e seus intrépidos empreendedores destacados no final da década de 1970.

**Indústrias mais antigas do Centro e entorno na
década 1970, cadastradas no Guia Industrial da FIEA**

ESTABELECIMENTO	PRODUTO	LOCAL
A.C. Celestino - Fábrica Sabor	Café/Colorau/Macarrão	Centro
Moinho Cruzeiro	Café EMECÊ	Centro
Ind. Alimentos Corôa	Colorau/Temperos	Ponta Grossa
Hildebrando Oliveira	Mosaicos	Ponta Grossa
João Athayde - Fábrica Apolo	Produtos de coco	Jaraguá
Nova Fundação Alagoana	Fundição	Centro
Fabrica de Moveis Avenida	Moveis	Pajuçara
Antunes & Cia	Café AFA	Centro
Bellus Móveis	Móveis	Prado
Confecções Delfino	Confecções	Centro
A. Serbim - Moagem Soberano	Café	Ponta Grossa
Indústria de Massas Pajuçara	Massas Alimentícias	Levada
Doces Lorena	Doces em Geral	Jaraguá
Produtos Brandini (Brandim 1945)	Biscoitos, Massas	Cambona
SICAL Soc. Ind. e Com. de AL	Café, Biscoitos, Massas	Jaraguá
J. Peixoto & Cia	Vinagre, bebidas	Levada
ARASIL – Araújo Silva	Emb. Papel e Plástico	Centro
Moinho IATA	Café	Levada
Fábrica IRSAL	Artef. de metal, esquadrias	Jaraguá
Condimentos Prediletos	Condimentos e especiarias	Jaraguá
Antônio Pontes	Fábrica de Gelo	Centro
Fábrica FAMA	Mosaicos	Jaraguá
Ind. e Com. de Confecções PLA	Confecções	Levada
J. Galvão Com. e Ind. de Bebidas	Refrigerantes	Levada
CIPESA	Artefatos de Concreto	Jaraguá
Piatti & Cia.	Produtos Gráficos	Jaraguá

CENÁRIO 8 | 1980-1989

A análise da década de 1980 mostra um período de dificuldades para a economia e, consequentemente para a indústria, apesar de algumas iniciativas governamentais e esforço do setor produtivo para superá-las.

Num paradoxo, apesar de registrar intensa queda no ritmo dos negócios, foi neste período que grandes projetos começaram a tomar forma, como a concepção do Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA).

Na década de 1980, ocorreu um processo de realocação de empresas tradicionais instaladas no centro de Maceió, com forte demanda de seus produtos para o bairro do Tabuleiro, onde já existiam outras fábricas e um distrito industrial. Assim, poderiam dispor de melhores condições para crescer e diversificar a produção.

Ainda neste âmbito, vale comentar sobre os motivos da desativação de indústrias importantes, antes bem estruturadas no emprego, diversidade de produção, renda e impostos. Talvez pela concorrência, custos elevados, falta de avanço tecnológico, baixa capacidade de investimentos para ampliação e modernização das plantas, dificuldade de acesso ao crédito de longo prazo compatível com suas capacidades de endividamento e amortização, falta de garantias reais e inexistência de um programa atraente de incentivos fiscais. Acrescente-se, ainda, a influência de um crescente quadro de importações de produtos manufaturados, principalmente, da Ásia.

É o caso de empresas como a IRANIL, sacos de papel e celofane (Pedro Guimarães); Fábrica de Meias Alagoana (Vinicius Cansanção) e Indústria de Meias Iara (José Vasconcelos da Costa), que produziam meias de nylon; Laticínios do Nordeste, produtora de leite em pó; a Companhia Industrializadora do Leite de Alagoas (CILA), a pioneira na pasteurização de leite para o mercado da capital; a Indústria de Confecções de Alagoas (INCAL), dentre outras.

Concebido nos anos 1980 para ser a redenção da economia alagoana e dotado da infraestrutura necessária para atrair empresas do setor, o Polo Cloroquímico de Marechal Deodoro não logrou, a princípio, o sucesso esperado. Muitos foram os motivos, mas o principal fator apontado pelos especialistas foi a inexistência, no Estado, de uma política capaz de atrair empreendimentos industriais. Bem mais sedimentado

nesse quesito, o Polo de Camaçari, na Bahia, acabou atraindo para si praticamente todas as empresas do setor que tinham, nesse período, a intenção de investir no Nordeste. Portanto, a década de 1980 ficou marcada como aquela cujos efeitos dos fatores antes mencionados trouxeram retrocesso econômico, impedindo o crescimento do setor industrial.

Dando continuidade à dinâmica do beneficiamento do leite na bacia leiteira e municípios adjacentes, tem-se a instalação da Unidade Industrial da CAMIL, Cooperativa Agropecuária de Major Izidoro Ltda., que iniciou atividades sob o comando do pecuarista Luiz Dantas.

Em 1980, a Odebrecht adquire participação no capital da Salgema, de Alagoas, fabricante de cloro-soda, e em outras empresas: Poliolefinas (produtora de polietilenos), PPH (fabricante de polipropileno) e Unipar (*holding* de empresas petroquímicas). Nasce a Odebrecht Química S.A., com a missão de administrar as participações e os investimentos do grupo no setor.

Em Penedo, que se destacava nos cenários mais antigos como um dos primeiros municípios de Alagoas a instalar sistemas e processos de produtos em escala industrial, com equipamentos, neste cenário de 1980 ainda estava presente um empreendimento bastante conhecido do público, inclusive de Maceió: Dalmo Peixoto S.A. Indústria e Comércio, criado em outubro de 1953 com a produção de sabão e correlatos, a conhecida marca ZATUR, sob a gestão do próprio Dalmo Martins Peixoto, empreendedor atuante em diversos setores da economia alagoana.

Em União dos Palmares, a Cia. Comercial e Industrial de Correntes, sob a gestão de Valdir Monteiro, se destacava em 1981, na produção de correntes industriais de ferro para diversos setores, com 32 empregados.

Em novembro de 1981, o empresário Joaquim Feliciano ampliava sua atividade industrial no setor metalmeccânico com a instalação da TURBIPEÇAS Ltda., na linha de palhetas mecânicas, região do Clima Bom – Tabuleiro, em Maceió.

Em 1982, a BELLUS MÓVEIS, com o esforço do empresário Roberto Lira Belo, procurava expandir a indústria de móveis laqueados no Estado de Alagoas, no bairro do Prado, adjacente ao centro de Maceió.

No início dos anos 1980, o empreendedor Edvan de Moraes, especialista em projetos náuticos, que trabalhava com fabricação de embarcações para uso profissional de lagosteiros, barcos de apoio a plataformas de petróleo e móveis em fibra de vidro, instalou em Jaraguá, na Rua

Santa Leopoldina, nº 317, o primeiro estaleiro de barcos e lanchas de pequeno e médio porte, no Estado de Alagoas, seguindo padrão tecnológico avançado. O Estaleiro FLIPPER, como foi denominado, exerceu grande contribuição no segmento de embarcações para lazer e competição náutica, sob o comando do seu titular. Com seu precoce falecimento, no final dos anos 1990, o estaleiro continuou em operação sob o comando de seus filhos, que já trabalhavam na fábrica, tinham domínio sobre o processo produtivo e se tornariam grandes gestores de um novo estaleiro que viria a surgir no início dos anos 2000, adotando a marca Phoenix.

Decreto Federal nº 87.103, de 19 de abril de 1982, cria o Polo Cloroquímico de Alagoas, estabelece normas para sua implantação e dá outras providências:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso 2º, do artigo 10 da Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Polo Cloroquímico de Alagoas, localizado no Município de Marechal Deodoro, no Estado de Alagoas.

João Figueiredo

João Camilo Penna

Mário David Andreazza

A CODEAL foi encarregada pelo governador para realizar todos os estudos relacionados ao novo polo industrial e seu plano diretor, com a participação de diversos órgãos da estrutura governamental do Estado, consultores e técnicos locais e de outros estados com elevado grau de especialização em projetos similares como Camaçari e Aratu, no Estado da Bahia. Oficialmente, remonta a 1976 a criação do Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA) pelo Governo do Estado de Alagoas.

Em seguida, o Governo de Alagoas define áreas e cria a Coordenação do Polo Cloroquímico de Alagoas - CPCA (com o Decreto nº 2.826/76) que inicia atividade com apoio da SEPLAN - Secretaria do Planejamento. CODEAL continua atuando no Projeto.

As crises registradas no cenário nacional mudaram o curso do modelo de desenvolvimento implantado em Alagoas. Uma crise sem precedentes atingiu a economia sucroalcooleira, obrigando o setor a um processo de redefinição e realocização das usinas e destilarias de açúcar. Em busca de melhor produtividade, o setor se desloca para a região

Sul do Estado. Algumas unidades são fechadas na região Norte.

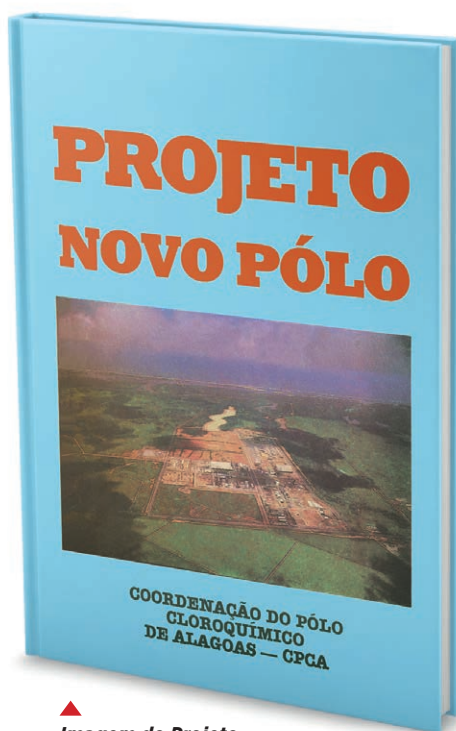
As dificuldades enfrentadas pela atividade sucroalcooleira, com o fechamento de usinas e destilarias anexas e autônomas, provocou inchaço nas áreas urbanas, evidenciando problemas de ordem social não suportados pela logística governamental.

Mais agravante, como consequência dessa instabilidade macroeconômica, tem-se o registro do fechamento de empresas de porte e o desemprego. Neste cenário, observa-se, com bastante ênfase, transferência de capitais do setor industrial e/ou novos aportes de capital para o setor do turismo e atividades vinculadas - fase do *boom* turístico que tomou forma em Alagoas a partir de 1982, suplantando os investimentos para empreendimentos industriais. O PRODUBAN e EMATUR exerceram papel preponderante neste ciclo, apoiando tanto os projetos industriais como da hotelaria e atividades vinculadas.

Os produtos derivados do setor químico começavam a constar mais efetivamente na pauta de exportação do Estado, no início da década de 1980.

Foi constituída em 12 de Março de 1982, a CIA. ALAGOAS INDUSTRIAL – CINAL, com a incumbência de projetar e executar as obras de infraestrutura dentro dos limites do Núcleo Industrial Básico do Polo Cloroquímico, e de projetar, construir e operar um sistema centralizado de utilidades, visando ao desenvolvimento de soluções ambientais e harmonização do Polo com o meio ambiente, procurando sempre a preservação do ecossistema local.

Nesta fase, o governo do Estado, preocupado com o futuro do setor industrial, numa visão desenvolvimentista e já pensando na evolução tecnológica do novo agregado industrial com possibilidade de



▲
*Imagem do Projeto
Novo Polo (edição impressa)*

inserção de outros setores multifabris, dotando de infraestrutura mais avançada, apresentou o projeto do novo Polo Cloroquímico de Alagoas em 1982, elaborado pela equipe da Coordenação do Polo, instalada na Secretaria de Planejamento.

O Nordeste atravessava uma fase de quase estagnação. Em 1982, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) recebeu mais uma letra em sua sigla, passando a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dado ao fraco desempenho dos índices sociais não apenas no Nordeste, mas em todo o Brasil.

A produção de leite da região de Batalha, Major Izidoro e municípios adjacentes, sem correspondente em demanda industrial no Estado, dependia dos mercados potenciais de Pernambuco, Bahia e Sergipe, trazendo grandes transtornos para os produtores. A situação, considerando a expressiva qualidade do produto e de plantel bovino, levou o empreendedor José de Azevedo Amaral, pecuarista da região apesar de pernambucano, integrante de uma família de agropecuaristas e industriais, a implantar, no final de 1984, uma Unidade de Beneficiamento do Leite no município de Palmeira dos Índios. A ideia era equacionar os problemas entre produção e industrialização. A iniciativa abriu mercado para os produtores de leite da Microrregião de Palmeira dos Índios.

A atitude do industrial resultou num projeto que recebeu total apoio da SUDENE, por meio do FINOR, para implantação da Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S.A - ILPISA, que seria a maior e mais moderna indústria de lácteos do Estado de Alagoas.

Inaugurada em 1987, na cidade de Palmeira dos Índios, manteve-se sob o comando acionário de José de Azevedo Amaral até o ano de 1990, quando, então, foi adquirida pelo empresário Ricardo de Souza



Fábrica da ILPISA no município de Palmeira dos Índios/AL

Leão Sampaio. Ele inseriu a marca Valedourado nos produtos beneficiados pela fábrica.

Coincidentemente, Ricardo Sampaio, advindo da Zona da Mata e tradicionalmente comprometido com a cultura da cana-de-açúcar e sua industrialização, já se encontrava inserido na industrialização de leite em Alagoas quando comprara, no final da década de oitenta, o Laticínio Alapenha Amaral, na cidade de Major Izidoro, que pertencia ao empreendedor Luiz Amaral, fábrica que passou a ser denominada de Laticínios RS.

Com a estabilização da crise petrolífera a partir de 1986, os programas de energia alternativa perderam força, principalmente, pela escassez de recursos públicos para mantê-los. Os baixos preços pagos pelo álcool produzido pelas destilarias e o descompasso da oferta em relação à crescente demanda desestruturaram o setor sucroalcooleiro, tanto pelo desestímulo à produção de álcool quanto pela exportação de açúcar. Em Alagoas, esse cenário culminou no conhecido Acordo dos Usineiros, em 1988, durante o governo Collor. Esse acordo previa, como contrapartida, a isenção do pagamento de ICMS da indústria sucroalcooleira de Alagoas da cana-de-açúcar produzida em suas terras.

Na indústria, era intenção, novamente, investir na alternativa de diversificação de produção por meio do Polo Cloroquímico e revitalização do Distrito Industrial Luiz Cavalcante. Como novidade, surgiu a apresentação do projeto de implantação de um distrito industrial em Arapiraca, para diversificar a produção no interior do Estado.

Em seu segundo ano de mandato, Collor apresentou o Plano de Governo (1988). Na indústria, o plano não apresentava algo realmente inovador, exceto a proposta da construção de um distrito industrial em Rio Largo, um dos municípios-berço da indústria alagoana. Assim como os anteriores, esse Plano ainda apostava no Polo Cloroquímico, no intuito de ocupar uma maior parte de sua área. Os destaques para o setor industrial:

- Implantação de obras de infraestrutura do Polo Cloroquímico de Alagoas;
- Ocupação da Área "B" do Polo Cloroquímico de Alagoas;
- Implantação de um Distrito Industrial em Rio Largo;
- Implantação de um sistema de infraestrutura para o Distrito Industrial de Arapiraca;

- Melhoramento do sistema de infraestrutura para o Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante;
- Estruturação da Coordenação do Polo Cloroquímico a fim de permitir o desenvolvimento da promoção, divulgação e apoio junto às empresas.

Retardamento de decisões, queda nos investimentos, dificuldades de financiamento, falta de novos projetos e um quadro de estagnação levam setor produtivo e governo de Alagoas ao fortalecimento de parcerias, considerando dificuldades nas expectativas para viabilizar as indústrias de 2ª e 3ª geração no PCA.

Após anos de estímulos com a expansão do PROÁLCOOL, desde o início da década de 1980, um freio impõe parada brusca e retrocesso na economia do Estado. A partir de meados dos anos 1980, começam a ser retirados os estímulos do álcool, cria-se um quadro de dificuldades, desencadeando uma crise no setor sucroalcooleiro, que se acentuou profundamente na década de 1990, quando foi extinto o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e desativados o PROÁLCOOL e o PLANALSUCAR.

Em 16 de maio de 1988, por meio da Lei Estadual nº 4.986, a Coordenação do Meio Ambiente toma forma de Autarquia Estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia patrimonial, financeira e operacional, passando a denominar-se Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL, com a finalidade de executar a política ambiental do Estado vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, tendo como primeiro presidente José Roberto da Fonseca e Silva. Com a saída de José Roberto, assumiu a presidência o professor e engenheiro Fernando Gama.

LEI Nº 4.986, DE 16 DE MAIO DE 1988. Cria o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA e adota outras providências:

Art. 1º - Fica criado o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA, autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional, vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas.

Art. 3º - O Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas tem por finalidade executar a política ambiental do Estado, com o objetivo de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente, mediante a racionalização do uso dos recursos ambientais, a preservação e recuperação do meio ambiente e o controle da poluição e degradação

ambiental, na conformidade das diretrizes estabelecidas na Constituição do Estado de Alagoas.

Em 1989, com a ampliação da capacidade de produção para 450 mil toneladas/ano de soda cáustica, a Salgema era a maior planta de cloro-soda da América Latina.

No entanto, fatores econômicos e políticos provocaram certa estagnação no processo de instalação de novas indústrias no Polo. Dificuldades financeiras no âmbito do governo federal (financiamento), influência de diversos e subsequentes planos econômicos do governo federal, mudanças nas regras da política industrial, alterações no padrão e na base monetária do país e efetiva descapitalização do setor contribuíram para o quadro adverso visualizado para o Polo e projetos previstos, retardando um novo ciclo de diversificação e avanço tecnológico para a indústria.

Em 1986, Menezes Irmãos & Companhia com dificuldades financeiras, passa o controle da Companhia Agro Fabril Mercantil para o grupo mineiro Cataguazes Leopoldina e a fábrica recebe a denominação de Multifábrica Nordeste. Essas crises voltaram a se repetir periodicamente, levando a fábrica a ter a sua produção radicalmente reduzida, com o risco de ter as suas portas fechadas.

A COMESA, que chegou a empregar quase 300 pessoas, em 1984, passa para o controle do Grupo GERDAU no final dos anos 1980. Depois, foi desativada para integrar, com seus equipamentos transferidos, o parque da AÇONORTE (do mesmo grupo) no distrito industrial do Curado em Recife /PE, causando um forte impacto na economia local e de Alagoas.

Oscar Cunha Indústria e Comércio Ltda., antigo MOINHO CRUZEIRO, dos anos 1960, em 1988, havia sido realocado para a região do Canaã (Rua Belo Monte) com Oscar Cunha Júnior na gestão e 51 empregos gerados, ainda resistindo na produção de café, com muitas dificuldades que marcavam o setor.

Produtos Alimentícios Del Rey Ltda., com 128 empregados, na BR-316, km 13 -Tabuleiro em direção a Satuba, foi instalado por Carlos Antônio de Oliveira, que investiu em qualidade com o “Café Neguinho”, estendendo a linha de produtos para fubá, colorau e xerém, aproveitando sua capacidade empreendedora.

Instalada desde os anos 1970 em Jaraguá, a SICAL (café, macarrão,

biscoitos), com gestão dos irmãos empreendedores pernambucanos Ricardo Jorge G. Pimenta e Maurício Jorge G. Pimenta, continuava em atividade com 61 empregados em 1988, constando do Cadastro Industrial- FIEA).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo setor na década de 1980, outras empresas cresciam na área do DIGLC e áreas adjacentes do Tabuleiro, mesmo sem incentivos fiscais, contando com auxílio técnico da CODEAL, como:

Indústria e Comércio de Óleos Vegetais, com produção de óleo, farelo e sabão, iniciativa do empresário João Rodrigues Filho.

Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios ROSSET, com as linhas de conservas, molhos, extratos concentrados, geleias e catchup.

Indústria Tropical de Sucos – INTROSUC, de Arnaldo Pina Ferreira.

Mecânica Felix, com José Felix e Cristóvão Félix, na área de fundição, caldeiraria e usinagem, à margem da Avenida Durval de Góes Monteiro.

Línea Indústria de Móveis, com os gestores Luiz Eugênio e Guido Santos Júnior, filhos do conhecido empreendedor do setor do mobiliário e do comércio Guido Santos, que sucedeu seu pai, Antonio Faustino dos Santos, no mesmo ramo.

Metalúrgica LUMIART, na linha de postes, luminárias e outros acessórios para iluminação, que empregava 34 operários no DIGLC.

NBC Nordeste reforçava o segmento metalmeccânico no Distrito Industrial, com Gerson Pontes seguindo tecnologia da matriz em São Paulo, com desenvoltura, na fabricação de peças para caminhões e ônibus.

SERPEÇAS, do industrial Waldemar Grigoletto, empregava 80 pessoas, fabricando extensa lista de implementos e peças de reposição para diversos setores da indústria.

USIFERTIL, ao lado de outras empresas de adubos e fertilizantes que se concentravam na área do DIGLC e entorno desde os anos 1970, atuava sob gestão do industrial Luiz Walter Torres, no suprimento do insumo para a agroindústria açucareira/alcooleira.

O PRODUBAN é liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central do Brasil em 16 de novembro de 1988, com base no artigo 15, inciso I, alíneas a, b e c, da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, atingindo também a PRODUBAN - Crédito Imobiliário S/A e PRODUBAN - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. Após o fato seus servidores, principais credores, as empresas do setor sucroalcooleiro, o governo do Esta-

do de Alagoas -seu acionista majoritário- e toda a classe política alagoana mobilizaram-se para encontrar, com a presteza necessária, solução para recuperar a instituição financeira. O Banco do Estado de Alagoas S/A, até a data de sua liquidação, foi o principal suporte e financiador dos projetos mais importantes de infraestrutura básica do Estado. No setor privado, 45% de suas aplicações foram direcionadas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, sublinhando-se seu destacado papel na fase de instalação do Polo Cloroquímico de Alagoas.

Duas foram as razões apontadas pelo Banco Central para a liquidação do Produban: a) ter feito saques a descoberto na conta Reservas Bancárias; b), estar realizando elevada e crescente captação de recursos financeiros, através da venda de papéis diversos de sua emissão (CDB, RDB e CDO), para atender suas necessidades de caixa, em grande parte decorrentes da inadimplência de dezoito empresas do setor sucroalcooleiro do Estado de Alagoas.

CENÁRIO 9 | 1990-1999

A década de 1990 foi marcada por diversos acontecimentos que afetaram, seguramente, o setor industrial. O ápice desta crise foi em 1997, cujos reflexos de problemas nacional e internacional trouxeram grandes reflexos para o setor, com o fechamento de unidades industriais de setores importantes para a formação do nosso produto interno bruto.

Neste período, unidades industriais de médio porte que encerraram atividades tiveram seus espaços preenchidos por unidades de micro e pequeno portes com geração de emprego insignificante em relação às empresas desativadas. Na realidade, tivemos uma recessão relativa no setor e uma estagnação no nível de emprego, até mesmo com redução de postos de trabalho.

A TOGA NORDESTE S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO foi um empreendimento aguardado com expectativa, pela grande possibilidade de contribuir com o desenvolvimento da cadeia produtiva de plásticos que tomava impulso, logo após a consolidação do projeto Salgema. Uma das primeiras a fabricar filmes de polietileno, constituída em 11.12.1980, não deu continuidade ao projeto, tendo sido desativada no início dos anos 1990.

Ainda no começo da década de 1990, algumas iniciativas do governo e de lideranças do setor para retomar a atividade da indústria têxtil foram infrutíferas; mesmo assim, surgiram a SUMMER COTTON, FIASA e outras que não conseguiram afirmação no mercado, enquanto que o COTONIFÍCIO JOÃO NOGUEIRA (Fábrica Vera Cruz/São Miguel dos Campos) resistiu até 1992, sucumbindo diante dos problemas tecnológicos, mercadológicos e financeiros mesmo com a resistência heroica do seu titular, João da Silva Nogueira Neto.

No entanto, esta década tem registro importante da criação de distritos e núcleos industriais, num modelo proposto de interiorização industrial preconizado pelo governo do Estado, além de outras ações para reverter quadro econômico adverso dos anos 1980.

O Distrito Industrial de Rio Largo (Barnabé Elias da Rosa Oiticica) foi criado em 21 de fevereiro de 1990, através do Decreto nº 2.352/90, como núcleo industrial, posteriormente transformado em distrito industrial, localizado à margem da rodovia BR-104.

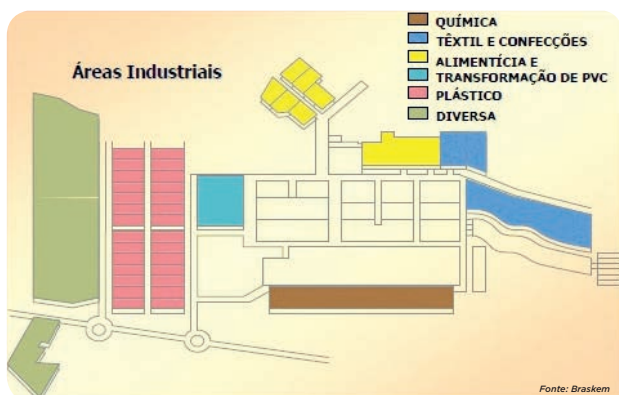
Em 1990, o governo federal inicia o processo de privatização do setor petroquímico. A Odebrecht passa a integrar o grupo de controle da

Central de Matérias-Primas do Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul – Copesul. A partir daí, novas aquisições, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), foram alargando a estatura da Odebrecht na petroquímica. A empresa compra o controle da PPH, da Poliolefinas, da Salgema e da CPC. A Odebrecht integra a PPH e a Poliolefinas, criando a OPP Petroquímica S.A. Integra, também, a SALGEMA e a CPC, criando a TRIKEM S.A., a primeira integração vertical do setor no País.

A partir de 1990, tem início um processo de reestruturação produtiva que atingiu 27 usinas e 33 destilarias (22 anexas e 11 autônomas) então existentes no Estado. Nesse período, essas empresas empregavam mais de 100 mil trabalhadores e representavam a principal atividade agroindustrial de 57 dos 102 municípios alagoanos. Mesmo não configurando uma situação de crise econômico-financeira, ainda assim, tal processo levou à desativação das indústrias menos competitivas e à concentração da produção de cana, álcool e açúcar nas mãos de um conjunto reduzido de grupos empresariais. Conjunto este que levou adiante o processo de modernização setorial.

No início da década de 1990, enquanto a maioria dos estados busca recuperação econômica, estabelecendo entre si uma concorrência de incentivos para atrair investimentos, que ficou conhecida como “guerra fiscal”, Alagoas foi privada desse processo. Na contramão do ciclo de recuperação nacional, o baixo desempenho das receitas e a saturação da capacidade de endividamento levaram o Estado a uma crise fiscal sem precedentes e, com isso, a uma incapacidade de manter os seus principais ativos de políticas públicas implantados ainda nos anos 1960. Em decorrência dessa crise, perdeu-se o PRODUBAN, que foi liquidado, a CEAL, que foi federalizada para pagar dívidas trabalhistas, a EMATER, CODEAL e EPEAL, que foram fechadas. A crise e a estagnação econômica, entre meados dos anos 1980 até o final da década de 1990, colocaram o Estado num dos piores quadros de desequilíbrio econômico e social.

Diante da crise que insistia em atingir o próximo ciclo, a resposta do governo foi imediata a partir dos anos 1990, destacando a criação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado (PRODESIN), reforço na atuação da SEIC, novas ações para dinamizar a atividade industrial, como a estruturação e reestruturação de distritos e polos industriais, a interiorização industrial, a criação de diversos conselhos deliberativos voltados para o desenvolvimento econômico e gestão ambiental. Tam-



Plano Diretor do Polo Multifabril de Marechal Deodoro

bém foram iniciados contatos e esforços no sistema SEIC para atração de novos projetos.

A transformação do espaço do Polo Cloroquímico em Polo Multifabril visando agilizar o processo de im-



Visão Geral do Polo Multifabril de Marechal Deodoro/AL

plantação de novas plantas industriais não necessariamente do segmento cloroquímico e petroquímico, aproveitando a infraestrutura disponível e consolidada, reforça a iniciativa de definição de um quadro favorável para a indústria.

O Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, veio regularizar a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que alterou a legislação do IR, relativo a incentivos fiscais, estabelecendo novas condições operacionais para os fundos de investimentos regionais (SUDENE) no âmbito do (no nosso caso) FINOR, criado pelo Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e alterações com o Decreto nº 1.478, de 26 de agosto de 1976.

No artigo 5º, o decreto-lei estabeleceu que, a partir do orçamento de 1991, o FINOR aplicaria seus recursos na subscrição de debêntures,

convertíveis ou não em ações, emitidas pelas pessoas jurídicas, titulares de projetos aprovados pela SUDENE.

A FÁBRICA DA PEDRA, que chegou a cerrar temporariamente suas portas no início dos anos 1990, foi revitalizada em 1992, pelo grupo empresarial Carlos Lyra, do segmento da agroindústria de açúcar, álcool e de fertilizantes, com forte participação na economia local, que aceitou o desafio de não deixar fechar a única indústria têxtil da região do Sertão, investindo no projeto, colocando a fábrica em condições de competitividade e escala de produção de volta ao mercado.

TEXAS TURBINAS E EXAUSTORES LTDA., com gestão de Sergio Luis Feliciano, ao lado de Joaquim Feliciano, com 81 empregados em 1993 operava na área do Clima Bom - Tabuleiro uma planta para fabricação de turbinas a vapor, voltada ao atendimento do parque açucareiro de Alagoas.

GRAFITEX Indústria e Editora Ltda, criada em setembro de 1975, uma das primeiras em offset no parque gráfico alagoano, permanecia em atividade no centro de Maceió, com Carlos Antonio de Oliveira e Maurício de Albuquerque Lopes inovando no setor, com mudança no padrão de qualidade gráfica, impressão diferenciada à época.

Neste cenário dos anos 1990, PIMENTEL LOPES ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., fabricando móveis e esquadrias, com administração de José Roberto Pimentel Lopes, era destaque num segmento que iniciava inovação em projetos arquitetônicos.

Com a Lei nº 279 é criado, em 1993, o Núcleo Industrial de Murici, idealizado para promover o desenvolvimento da região do Vale do Mundaú, localizado na Zona da Mata alagoana.

Em fevereiro de 1995, após intensos estudos na Secretaria da Indústria e do Comércio, fica consolidado o PRODESIN (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas), instituído pela Lei nº 5.519, de 20 de julho de 1993, visando à promoção de meios e ao oferecimento de estímulos voltados para a expansão, o desenvolvimento e a modernização das indústrias alagoanas, inclusive as de base tecnológica e as de micro e de pequeno porte. O programa oferecia as modalidades de incentivos financeiros, fiscais, creditícios, locacionais, técnico-administrativo, infraestruturais e à interiorização, a partir da Lei nº 5.671, de 01 de fevereiro de 1995, restabelecendo, definitivamente, o Programa de Incentivos Governamentais dos anos 1970, reformulando e aperfeiçoando o mecanismo dos incentivos pré-existentes.

O LATICÍNIO BATALHA, inaugurado em 1995 com o nome em homenagem à cidade que o acolheu, localizado estrategicamente no centro da Bacia Leiteira alagoana, tornou-se uma empresa com excelente aceitação do mercado, haja vista os investimentos em qualidade e diversificação dos produtos.

Em 1996, o LATICÍNIO BOA SORTE iniciou suas atividades no município de Viçosa, com o propósito de oferecer ao mercado produtos de qualidade, inovando tanto em seus produtos quanto na logística. Com esse objetivo, tornou-se a única produtora de leite tipo “A” do Nordeste.

Constituída desde março de 1987, a IBRATIN Nordeste iniciou suas atividades em escala econômica em 1996, no DIGLC, definindo, em seguida, um ajuste em sua estrutura operacional e financeira diante do cenário mercadológico que tomou forma logo após a implantação e operação do projeto, com gestão direta do sócio empreendedor Giuseppe Cartisano, fabricando produtos nas linhas de tintas, texturas, massas, e outros da mesma aplicação na construção civil empregando, diretamente, 52 trabalhadores.

A empresa DUCAMP, iniciativa do empresário Álvaro Vasconcelos, colocou em operação, em 1997, uma estrutura de pequeno porte em Maceió com o objetivo de fazer queijo coalho do leite obtido em sua fazenda. Este projeto estava focado no aprimoramento tecnológico produtivo e pela alta qualidade dos alimentos.

Ainda em 1997, no município de União dos Palmares, o LATICÍNIO SÃO DOMINGOS passou a beneficiar um mix diversificado de lácteos, incluindo leite longa vida. Além disso, iniciou uma parceria com a Quaker para envasamento de seus produtos, com destaque para o “Toddynho”.

Othon Bezerra de Melo Fiação e Tecelagem promove a reabertura, em 1997, da antiga Fábrica Carmen, de Fernão Velho/Maceió, depois de um acordo com o Grupo Vasconcelos de Pernambuco, sob o comando de Paulo José Vasconcelos, seu diretor-presidente; a fábrica superou a crise no Estado, ampliando os investimentos com recursos próprios e financiamento do Banco do Nordeste.

Sucedendo Napoleão Barbosa, o industrial José Carlos Lyra de Andrade assume a presidência da FIEA, em janeiro de 1999, iniciando um processo de expansão da base industrial, reestruturando a Unidade Sindical, criando 14 novos sindicatos, promovendo a interiorização das atividades do Sesi, Senai e IEL, construindo e equipando unidades

operacionais destas entidades em diversos municípios do Estado, passando a disponibilizar serviços educacionais, técnicos e tecnológicos às empresas de regiões que até então não tinham acesso.

Tendo como um dos objetivos da sua gestão desenvolver uma cultura empreendedora no Estado de Alagoas, José Carlos Lyra promoveu, por meio do IEL, a implantação do empreendedorismo em todos os cursos das instituições de ensino superior alagoanas, durante o período de 2000 a 2005, usando a metodologia oficina empreendedora, implantada pelo professor Fernando Dolabela, o maior ícone do país na formação empreendedora, e deu suporte à criação de incubadoras de empresas, inclusive de base tecnológica.

José Carlos Lyra também foi o mentor do Fórum de Integração do Setor Produtivo, um mecanismo permanente, com reuniões mensais, de identificação, articulação e coordenação de uma agenda de interesses dos segmentos econômicos. Liderado e coordenado pela FIEA este fórum passou a contar com a participação de todas as entidades do setor produtivo e mais as secretarias de governo das áreas econômica, social e do trabalho, incluindo especialistas e políticos convidados para discutir propostas e soluções para os temas e questões relevantes do setor e do Estado, aglutinando e fortalecendo as vontades e interesses da indústria, comércio e agricultura.

Reconhecido pela liderança e capacidade de integração, José Carlos Lyra trouxe mais dinamismo institucional, estreitando as relações com os diversos atores da sociedade, consolidando laços com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), fortalecendo, assim, a marca FIEA e tornando-a referência na representação e defesa dos interesses de todo o setor produtivo.

Após algumas empresas saírem do Distrito Industrial Luiz Cavalcante, este entrou em decadência, da qual só viria a se recuperar nos anos 2000, com o empenho do governo e de parceiros importantes como a Associação dos Empresários do Distrito Industrial (ADEDI), quando seria iniciado um importante projeto de revitalização da área.



José Carlos Lyra de Andrade

CENÁRIO 10 | 2000-2009

O cenário que se inicia nos anos 2000 reveste-se de grande importância para a trajetória do setor industrial, observando união de esforços dos líderes dos setores produtivos, junto com o governo do Estado, para permitir recuperação econômica e financeira, crescimento e ampliação das perspectivas de negócios com aumento da oferta de empregos, diante dos problemas conjunturais e estruturais vividos na década de 1980 com grandes reflexos sobre a atividade nos anos 1990. Assim, neste cenário, muitas foram as iniciativas para soerguimento da indústria e suas atividades vinculadas, revertendo em parte a situação crítica enfrentada, destacando a recriação da SUDENE, o lançamento das Agendas da Indústria pela FIEA, a criação do CONEDES, ajustes na legislação do PRODESIN, reestruturação do Distrito Industrial Luiz Cavalcante.

O decreto regulamentador dos incentivos do PRODESIN somente teve sua publicação no Diário Oficial/AL em 2000, fato curioso pelo prazo decorrido, cinco anos depois da instituição do programa com a Lei nº 5.671, de fevereiro/1995 - Decreto nº 38.394/2000 de 24.05.2000, publicado no Diário Oficial/AL em 25.05.2000. Mesmo assim, muitas empresas aderiram ao programa e solicitaram os incentivos com base na lei, não ocorrendo solução de continuidade quanto ao benefício e seu trâmite normal aprovado pelo CONDIN (Conselho de Desenvolvimento Industrial), que antecede o CONEDES.

No ano 2000, a ILPISA adquiriu duas unidades industriais que pertenciam à multinacional Fleischmann, sediada na Bahia, e Royal, sediada em Minas Gerais, tornando-se a primeira indústria de laticínios do Nordeste que adquiriu unidades estratégicas de empresas multinacionais.

A SUDENE foi extinta em 2001 (MP nº 2145 /2001 – Governo FHC), deixando um legado de empreendimentos concretizados por meio do FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste 1974 – benefícios fiscais), oferecido pelo governo federal como forma de capitalização desses investimentos através de participação acionária e depois com o FINOR/Debêntures (Decreto nº 101, de 17.04.1991), que buscava dar apoio a empreendimentos já instalados ou que viessem a se instalar (Indústria e Agroindústria) na área de atuação da SUDENE.

A mesma medida provisória que extinguiu a SUDENE criou a ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste); a ADENE, criada para

substituir a SUDENE, não teve autonomia, nem instrumentos políticos, administrativos e financeiros para a promoção do desenvolvimento. A característica da entidade foi de natureza exclusivamente técnica, pois foi retirado dela o Conselho Deliberativo, que vinha funcionando na SUDENE.

Na prática, os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste não foram utilizados porque a administração teve dificuldades na normatização e, sobretudo, no processo decisório pelo elevado grau de dependência da ADENE em relação ao Ministério da Integração Nacional. Todavia, pode-se afirmar que a agência cumpriu uma etapa do processo na expectativa de algo novo vir a acontecer com a perspectiva de recriação da SUDENE.

É iniciado, em 2002, um processo de captação de investimentos com base nos incentivos fiscais e locacionais, nas potencialidades do Estado, principalmente na disponibilidade de matéria-prima, com a cadeia produtiva da indústria química e do plástico em crescimento e intensificado um trabalho conjunto entre setor produtivo e governo do Estado.

Em 2002, nasce a BRASKEM, então petroquímica líder na América Latina, com unidades industriais e escritórios no Brasil, além de bases comerciais nos Estados Unidos e Argentina, com a fusão de seis empresas: COPPENE, OPP, TRIKEM, NITROCARBONO, PROPPET e POLIALDEN.

Em dezembro de 2002, a FIEA, em parceria com o SEBRAE, realizou uma extensa pesquisa e elaborou o Guia de Informação Empresarial destinado àqueles interessados em se engajar no processo de desenvolvimento industrial de Alagoas, contendo: 1. Dados gerais sobre o Estado de Alagoas; dados gerais sobre o setor industrial em Alagoas; orientação para levantamento de dados; pesquisas; licenças; solicitação de serviços; registros; apresentação de projetos. 2. Programas e linhas de financiamento dos bancos oficiais. 3. Indicação de publicações técnicas do sistema CNI/FIEA, SEBRAE e outros órgãos para consulta, como ponto de apoio a pesquisas, projetos e trabalhos técnicos no dia a dia da administração e do relacionamento das empresas com os diversos segmentos institucionais e de mercado.

Com a crise político-institucional do final dos anos 1990, que trouxe reflexos negativos para a indústria e para a economia alagoana em geral, o setor produtivo, liderado pela FIEA, reage e intensifica ações para

recuperação da atividade econômica, com ênfase na industrialização.

Surgem as *Agendas do Setor Produtivo para o Desenvolvimento de Alagoas*, instrumento permanente de proposições do setor à classe política. Foi construída após um extenso processo de elaboração, com base em consultas aos dirigentes dos principais segmentos industriais e agentes produtivos dos demais setores, seguida de discussão técnica para ajustes e entregues aos candidatos antes da eleição.

AGENDA 01 – JULHO/2002

A *Agenda da Indústria para o Crescimento de Alagoas*, em sua primeira edição (julho/2002), foi elaborada dentro da missão da FIEA de promover o desenvolvimento da indústria alagoana, representando e defendendo seus interesses, de forma a contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas de Alagoas. O documento que pressupunha a amplitude dos problemas a serem enfrentados, foi entregue aos candidatos ao governo com as mais importantes proposições dos setores produtivos consultados e sem pretensão de esgotar os anseios da sociedade, ao reunir o pensamento da indústria alagoana. Enfatizava a mensagem do presidente a contribuição da FIEA para “que sejam uníformes as iniciativas destinadas a alavancar o desenvolvimento político, social e econômico de Alagoas, irrigando os canais de participação da Entidade junto aos poderes públicos, confiando na implantação de sua proposta e na união de todos os alagoanos para o alcance do objetivo maior do Estado, o crescimento”.

A partir da edição da Lei Delegada nº 32 de 23 de abril de 2003, que criou e disciplinou a estrutura da Secretaria Executiva do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais - SEMARH, o IMA/AL passou a ter vinculação com esta nova secretaria, mantendo entretanto, as suas características originais de autarquia, com autonomia administrativa es-



▲
**Primeira Agenda
elaborada pela FIEA - 2002**

tabelecida pela Lei nº 4.986, de 16 de maio de 1988.

Em 28 de novembro de 2003, tem-se como importante registro a inauguração da Usina de Açúcar da Cooperativa Pindorama, na área adjacente ao complexo agroindustrial cooperativado, um investimento com recursos próprios de R\$ 13 milhões, primeira usina de açúcar de Alagoas a operar sob controle de pequenos produtores na safra 2003/2004. A Pindorama já dispunha, desde os anos 1980, de uma destilaria para produzir 50 milhões de litros de álcool anidro e hidratado. A usina de açúcar foi instalada com capacidade para esmagar 3,8 mil toneladas de cana/safra.

Em janeiro de 2003, a FIEA apresentou aos empresários, órgãos e entidades de pesquisas, segmentos ativos do comércio internacional e à sociedade o Perfil do Comércio Exterior em Alagoas, com o objetivo de contribuir para o crescimento e diversificação da pauta exportadora alagoana, bem como fornecer subsídios para o desenvolvimento de atividades de apoio ao referido segmento. Este perfil, elaborado originalmente em 1998, foi reestruturado e finalizado a partir de pesquisa apoiada pelo convênio FIEA/SEBRAE, utilizando dados do MDIC, banco de dados da FIEA e questionário de pesquisa de campo contando com participação de técnicos da Federação das Indústrias, Prospecto Júnior Empresa Júnior de Economia da UFAL e colaboração do Centro Internacional de Negócios de Alagoas CIN/FIEA.

Desenvolvido originalmente em 1988 e atualizado em 1994, a FIEA editou e lançou em 2003, com base no banco de dados do Cadastro Industrial 2002, o Zoneamento Industrial em Alagoas, um perfil geral da vocação industrial do Estado, evidenciando as atividades mais importantes e a integração entre diversos setores e fatores de produção, com informações disponíveis em forma de relatórios detalhados por municípios e microrregiões, mostrando os destaques, as atividades predominantes e complementares do setor industrial, localizados sobre áreas e



▲ **Guia da Indústria**
(Cadastro Industrial FIEA) - 2002/2003
(primeira edição em CD)

núcleos econômicos dos municípios de Alagoas.

Em 2003 a FIEA editou e lançou, com base no banco de dados do Cadastro Industrial e do Zoneamento Industrial, a Matriz Insumo Produto, fornecendo uma visão detalhada sobre a diversidade de produtos fabricados no Estado de Alagoas e os principais insumos utilizados, quantificando o número de produtores e consumidores, bem como o movimento destes em função dos destinos da produção e origem das matérias-primas, materiais secundários e componentes diversos por municípios e microrregiões.

O Decreto nº 1.753, de 29 de janeiro de 2004, publicado no DOE em 30 de janeiro de 2004, regulamentou a concessão dos incentivos do PRO-DESIN para as indústrias do setor químico e plástico, instituindo procedimento próprio, considerado o segmento como importante fornecedor de insumos para diversos setores e a captação de empresas de transformação inserida dentre as metas prioritárias para o desenvolvimento industrial do Estado de Alagoas; criando e reforçando as possibilidades do Arranjo Produtivo Local (APL) de Química e Plástico, assegurado pelos incisos VI, VII, e XII da Lei 5.671/1995, Lei 5.901/1997 e Lei 6.404/2003, consignando, principalmente, contribuir na recuperação de empresas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado, incentivando a descentralização econômica das atividades produtivas e outras ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Alagoas.

GOVERNO DE ALAGOAS

SECRETARIA EXECUTIVA DE FAZENDA

DECRETO Nº 1.753, DE 29 DE JANEIRO DE 2004.

Publicado no DOE em 30 de janeiro de 2004

REGULAMENTA A CONCESSÃO DOS INCENTIVOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO ESTADO DE ALAGOAS – PRODESIN, PARA AS INDÚSTRIAS DO SETOR QUÍMICO E PLÁSTICO INSTITUINDO PROCEDIMENTO PRÓPRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO os objetivos específicos de que tratam os incisos VI, VII, e XII da Lei 5.671/95, Lei 5.901/97 e Lei 6.404/03, que consignam, respectivamente: contribuir na recuperação de empresas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado; incentivar a descentralização econômica, especialmente das atividades produtivas; conceber e executar outras ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Alagoas;

CONSIDERANDO que o setor de transformação de químico e plástico é importante fornecedor de insumos para diversos setores, e que a captação de empresas de transformação se insere dentre as metas prioritárias para o desenvolvimento industrial do Estado de Alagoas;

CONSIDERANDO, finalmente, os reflexos positivos que advirão do desenvolvimento do setor de transformação de resinas, no que tange à geração de empregos, aumento da renda familiar e incremento da arrecadação tributária, criando e reforçando as possibilidades do APL de Plástico e Química.

No ano de 2004, surge o LATICÍNIO TIMBAÚBA, no município de Cacimbinhas/AL, utilizando como princípios a criatividade e a inovação na produção de alimentos, oferecendo lácteos orgânicos saudáveis e de qualidade para os consumidores, preocupado com o bem-estar, saúde e conservação do meio ambiente.

A FIEA, em 2005, com apoio do Instituto Euvaldo Lodi - IEL Núcleo Central, SEBRAE Nacional e participação da Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo e Instituto Cubano de Investigação dos Derivados da Cana de Açúcar -ICIDCA, apresentou a publicação do *O Novo Ciclo da Cana: Estudo sobre a Competitividade do Sistema Agroindustrial da Cana de Açúcar e Prospecção de Novos Empreendimentos*. A publicação destacava, aproximadamente, 100 (cem) tecnologias para diversificação produtiva a partir da cana do mel do bagaço e do álcool apresentando para cada uma as características mercadológicas.

O Distrito Industrial de Messias/AL é instalado em 2005, através da Lei Municipal nº 71/2001, de 20.09.2001, situado na zona urbana do município, distando 28 km de Maceió, com acesso pelas rodovias BR-101Norte e BR-104.

Por questões financeiras, o LATICÍNIO BOA SORTE anuncia, em 2005, a sua saída do mercado, visto que a manutenção de produto tipo "A" implicava em alto custo, levando a um preço diferenciado, num extrato mercadológico onde 95% da população optava pelo menor preço, independentemente da qualidade do produto.

Nesse período, agregando valor à criação de gado leiteiro utilizando o sistema de pastejo rotacionado, considerado como a mais eficiente tecnologia no manejo do pasto, os associados da COOPERATIVA PINDO-

RAMA decidiram implantar um laticínio com capacidade produtiva para 5.000 litros/dia de leite, destinada, inicialmente, para atender ao Programa Fome Zero do governo federal e ao Programa Balde Cheio, do governo do Estado; em seguida, passou a fabricar manteiga, com capacidade produtiva de 3.000 potes/mês.

AGENDA 02 – AGOSTO/2006

A *Agenda do Setor Produtivo para Desenvolvimento Sustentável de Alagoas 2006* foi elaborada pela FIEA e entregue aos candidatos ao governo de Alagoas em setembro daquele ano, contendo proposições importantes e de interesse econômico-social da indústria, do comércio, da agricultura/pecuária e da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), com a defesa das propostas formuladas pelos dirigentes das entidades, em sessão técnica no auditório da FIEA. Na oportunidade, os dirigentes defenderam a Agenda como “um elenco de ações na busca de um clima que proporcione competitividade à economia e seus agentes, através de melhora da gestão e parceria construtiva e eficiente entre o Setor Produtivo e o Poder Público”. Nesta Agenda foi incluído o Mapa Estratégico da Indústria (CNI), para ajustar às prioridades nacionais e regionais.

Em 2006, o LATICÍNIO SÃO DOMINGOS passou a ser administrado pela empresa pernambucana Bom Leite Indústria Ltda, arrendamento acordado via contrato por 20 anos.

Projeto de Lei Complementar de recriação da SUDENE foi aprovado e, no dia 3 de janeiro de 2007, sancionado pelo presidente da República (governo Lula), transformando-se na Lei Complementar de nº 125. O Projeto de Lei da SUDENE, aprovado no Congresso Nacional para sanção do presidente da República, não foi aprovado integralmente pelo presidente, que decidiu vetar nove itens, deixando a SUDENE recriada frágil,



▲
Agenda elaborada
pela FIEA - 2006

não somente em termos institucionais, mas também no que se refere a recursos financeiros.

Em 2007, a FIEA editou e lançou, com base no banco de dados do Cadastro Industrial 2006, uma nova edição do Zoneamento Industrial em Alagoas com conteúdo revisado, atualizado e em novo layout, com edição impressa.

No mesmo ano, num trabalho liderado pela FIEA, foi realizada ampla discussão com a participação de representantes do governo (SEFAZ e SEDEC) e dos setores industriais, resultando em ajustamento da legislação do PRODESIN a partir da edição do Decreto nº 3.668, de 27 de julho de 2007, publicado no DOE em 30 de julho de 2007, alterando o Decreto nº 38.394, de 24 de maio de 2000, que regulamenta a concessão do Programa de Incentivos Estaduais, com base nas constatações de necessidades decorrentes dos estudos. Foram identificadas:

- Necessidade de consolidar, num único diploma normativo, a regulamentação da Lei nº 5.671, de 1º de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas - PRODESIN.
- Necessidade da integração ao Decreto nº 38.394, de 24 de maio de 2000, das disposições do Decreto nº 1.753, de 20 de janeiro de 2004, que trata dos incentivos para o setor químico e plástico.
- Necessidade de uniformizar procedimentos e a aplicação das normas ora consolidadas, bem como de efetuar adequação das nomenclaturas constantes das normas.

Em 18 de dezembro de 2007, com a Lei nº 6.897, o governo de Alagoas cria o CONEDES (Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social), tendo como uma de suas atribuições, além de outras competências, o julgamento e aprovação dos pleitos de incentivos governamentais do PRODESIN para empreendimentos do setor industrial e da hotelaria, tendo como presidente o governador do Estado, evidenciando sua importância para a economia alagoana. O CONEDES absorveu as atribuições do CONDIN (Conselho de Desenvolvimento Industrial), que surgiu com a Lei nº 5.671/1995 do PRODESIN.

A partir do Decreto nº 3.668/2007, o PRODESIN passa a ser administrado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), denominação consignada com o novo governo.

Em 2008, a FIEA apresentou aos setores produtivos, órgãos e en-

tidades ligadas à indústria, pesquisadores e à comunidade em geral uma nova edição da *Matriz Insumo Produto*, com o objetivo de apoiar o aproveitamento econômico de insumos e produtos, auxiliando, diretamente, o desenvolvimento de projetos de implantação, ampliação e diversificação no setor industrial, bem como procurando o desenvolvimento e adensamento de cadeiras produtivas a partir de aglomerações industriais com a consequente integração intermunicipal numa mesma região ou entre regiões distintas (Edição Impressa).

Ainda em 2008, atendendo à ADEDI, num trabalho conjunto entre a FIEA e Governo do Estado, através da SEDEC, da SEFAZ e a própria ADEDI, foi possível conseguir recursos para iniciar um trabalho de revitalização da infraestrutura do Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, com pavimentação de todas as avenidas e vias secundárias, microdrenagem, implantação de ciclovia, recuperação da rede elétrica, limpeza geral, dentre outros.

Em seguida, com a instalação de dois pórticos de identificação, o distrito, tendo em vista a extensão de atividades da indústria para diversos serviços complementares e de apoio, recebeu denominação adequada à sua nova configuração - Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante.

Fundada em 1984, a Associação das Empresas do Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante surgiu com a finalidade de identificar problemas e buscar soluções para permitir o perfeito funcionamento da referida área, buscando parcerias com a FIEA através do SESI/SENAI, SEBRAE, BRASKEM e também com os governos federal, estadual e municipal de modo a qualificá-la para a implantação de novos empreendimentos.



Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante após a revitalização

Neste mesmo ano de 2008, a FIEA definiu e implantou o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), um instrumento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das Federações de Indústria, lançado em 2007 com o intuito de ampliar a representatividade e a sustentabilidade dos sindicatos filiados, fortalecer a representação sindical empresarial, a fim de aprimorar sua atuação na defesa de um ambiente de negócios favorável à competitividade da Indústria e ao crescimento sustentado do país. Sua atuação e ações são embasadas em cinco eixos: Relacionamento Sindical, Formação de Líderes e Executivos Sindicais, Gestão e Comunicação Sindical, Inteligência Sindical e Serviços dos Sindicatos, em consonância com as diretrizes do Mapa Estratégico da Indústria, e baseado em iniciativas bem sucedidas no âmbito de diversas federações.

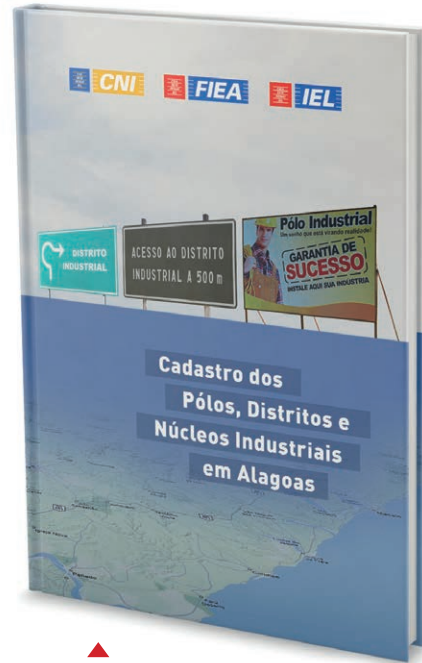
Nota da FIEA - *O PDA procura consolidar um conjunto de ações de reforço da representatividade e da arrecadação dos sindicatos, criando uma estrutura mais atuante, contribuindo para o surgimento lideranças de destaque e, principalmente, buscando atrair novas empresas para a base sindical.*

Ainda em 2008, o grupo francês ROULLIER reorganizou sua atividade agropecuária em nível mundial sob o nome TIMAC AGRO e, em consequência de seu crescimento, fez a incorporação do acervo cindido da empresa alagoana PROFERTIL - Produtos Químicos e Fertilizantes Ltda., tradicional empresa do ramo de fertilizantes, constituída em abril de 1975 pelo Grupo Lundgren com grande atuação nas regiões Norte/Nordeste do Brasil, e que, em 1991, havia sido adquirida pelo Grupo Carlos Lyra, criando a TIMAC AGRO, filial Alagoas, no município de Santa Luzia do Norte/AL, como nova sociedade sucessora da PROFERTIL, nos direitos e obrigações sobre o acervo cindido. Assim, foi mantida a fábrica em pleno funcionamento e com expansão nos anos seguintes, obtendo incentivos fiscais do PRODESIN.

No início de 2009, após agravamento de problemas financeiros, que afetaram sua sustentabilidade, depois de décadas de sustentação para centenas de famílias da bacia leiteira, a CAMILA encerra suas atividades.

No segundo semestre de 2009, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA, após estudos e pesquisas executados pelo IEL, publicou o *Cadastro dos Polos, Distritos e Núcleos Industriais em Alagoas*, um

manual de orientação aos investidores sobre as melhores opções para instalação, ampliação ou relocação de seus empreendimentos. O documento indica as áreas já implantadas, em implantação e em projeto, oferecendo possibilidades de avaliação da logística dos espaços para assentamento industrial e outras condicionantes para viabilização de projetos, observando, principalmente, a proposta de interiorização industrial, defendida pela Entidade, elevando o nível tecnológico, incrementando o emprego e contribuindo para promover o desenvolvimento em Alagoas.



▲ **O Cadastro que orienta a localização industrial em Alagoas.**

CENÁRIO 11 | 2010-2017

O cenário para o ciclo econômico a partir de 2010 traz grandes acontecimentos, melhorando as condições para a continuidade das parcerias visando ao crescimento e ao desenvolvimento industrial em ritmo acelerado e com efeitos multiplicadores. Neste cenário, além dos novos empreendimentos que afluíram para Alagoas, destaque para a ampliação de empresas de grande porte como a BRASKEM, instalação de novos polos e núcleos industriais, esforço concentrado para modificação, extensão e melhoria no mecanismo dos benefícios fiscais do PRODESIN, maior aproximação com o governo do Estado, através da SEDETUR e desenvolvimento de novos estudos visando à energia de biomassa e à criação de novos polos de desenvolvimento setorial.

O Grupo Constancio Vieira, de Sergipe, grande referência no segmento de bebidas na região, inaugura mais uma indústria em Alagoas em 16 de abril de 2010, com Ruy Vieira, responsável pelo funcionamento da nova unidade fabril do Sistema Empresarial Constancio Vieira/CONVIVER, localizada na via de acesso ao habitacional Benedito Bentes,

em Maceió, podendo gerar até 400 empregos diretos e dinamizando a região.

O grupo com tradição em Alagoas, franqueado da Coca-Cola Brasil, na época era responsável pelo funcionamento das fábricas similares em Maceió - Companhia de Refrigerantes do São Francisco - CIRESF (DIGLC - 1978) e Coca Cola (Arapiraca), inaugurada em 1995, no Distrito Industrial de Arapiraca - AL-115, Guaribas.

Em 2010, a ILPISA anunciou investimentos de R\$ 7,4 milhões no Estado, levando a um aumento de 66% na capacidade de processamento de iogurte. Além desses investimentos em Alagoas, em maio do mesmo ano a ILPISA arrendou a fábrica de chocolates DUFFY, de Salvador/BA, intensificando as atividades produtivas do empreendimento. Com a aquisição do direito de uso das marcas ALIMBA e PARMALAT, segundo a AC Nielsen, a marca VALEDOURADO torna-se líder em vendas do leite longa vida no Nordeste e a terceira na venda de achocolatados.

Em 2010, mais um novo empreendimento é inaugurado em solo alagoano, a indústria de laticínios BONA SORTE. Inicia suas atividades no mês de julho no município de Palmeira dos Índios, numa planta industrial com capacidade de produção de 100 mil litros/dia e 130 empregos diretos.

Ainda em 2010, a BRASKEM cria sua primeira *joint venture* com o grupo mexicano IDESA, integrando-se ao projeto Etileno XXI, prevendo investimentos de US\$ 2,5 bilhões para produzir 1 milhão de toneladas de polietileno a partir de etano, matéria-prima derivada do gás natural.

AGENDA 03 - AGOSTO/2010

A *Agenda do Setor Produtivo para o Desenvolvimento Sustentável de Alagoas*, concluída em agosto de 2010 com proposições dos dirigentes da Indústria, Comércio, Agronegócios, Associação Comercial de Maceió, Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL e ABIH/AL, com propostas específicas do trade turístico, de forma conjunta, após reuniões para alinhamento de temas e prioridades, foi entregue pelo presidente da FIEA aos candidatos a postos eletivos em todos os níveis em setembro de 2010, “visando reduzir os obstáculos redutores do potencial de crescimento de Alagoas, identificando competências necessárias para promover o desenvolvimento, construindo uma moderna economia, com inclusão social e sustentabilidade ambiental”.



▲
**Agenda elaborada
pela FIEA - 2010**

Em 18 de outubro de 2010 é instalado no Centro de Educação Profissional Napoleão Barbosa, Unidade do SENAI localizada no Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante, no Tabuleiro do Martins, o Núcleo de Tecnologia do Plástico (NTPlás). A unidade profissionalizante conta com ampla estrutura para atender à Cadeia Produtiva da Química e do Plástico, oferecendo formação para técnico em plástico, operador de injeção e extrusão de plásticos, moldador plástico por extrusão, operador de injetoras para termoplásticos e reciclagem de termoplásticos.

Apesar dos esforços do Grupo Vasconcelos (PE), que havia adquirido a Fábrica Carmen, do Grupo Othon, em 2010, com máquinas obsoletas e investimentos insuficientes para a modernização, o tradicional estabelecimento fechou as portas definitivamente.

Inaugurado em 2011, o Polo de Madeira e Móveis Nascimento Leão em Arapiraca, iniciativa do governo do Estado de Alagoas, com participação da FIEA, fica localizado às margens da rodovia AL-220 na comunidade Lagoa do Capim, com 45 lotes distribuídos em 96.000 m², prevenindo a concentração das suas atividades no fortalecimento dos arranjos produtivos locais (APL) de móveis e madeira do Agreste, incluindo galpão comunitário destinado aos microempreendedores individuais.

O Governo de Alagoas, dentro da proposta de atração industrial, com o apoio dos incentivos do PRODESIN, cria o Núcleo Industrial Bernardo Oiticica (NIBO), através do Decreto nº 5.880, de 22 de abril de 2010, localizado no bairro do Tabuleiro do Martins, com uma área de 86 mil m² dentro da área do Complexo Prisional do Estado. Como extensão da localização industrial incentivada cria o Núcleo Industrial Bernardo Oiticica (NIBO) 2, na Avenida Frei Damião, com uma área de 170 mil m² para instalação de novas indústrias.

Em 2012, com a inauguração da duplicação da planta de PVC da BRASKEM no Polo Multifábrica de Marechal Deodoro, Alagoas a indústria assume a posição de maior produtor de PVC da América Latina.

Em abril de 2012, a inauguração da KRONA TUBOS E CONEXÕES, instalada no Polo Multifabril de Marechal Deodoro, demonstra o fortalecimento da cadeia produtiva de química e plástico que tem como âncora a Braskem.

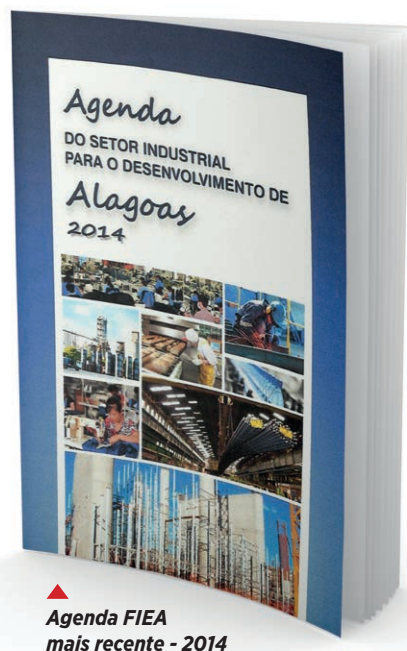
Guia da Indústria ▶
(Cadastro Industrial FIEA) - 2013/2014
Edição mais recente em CD



AGENDA 04 - AGOSTO/2014

A *Agenda do Setor Industrial para o Desenvolvimento de Alagoas*, finalizada em agosto de 2014, com propostas decorrentes de estudos setoriais e consultas no meio empresarial vinculado à FIEA, esperando o aproveitamento no novo governo daquelas mais identificadas com as necessidades socioeconômicas do Estado, foi entregue aos candidatos durante evento realizado em setembro de 2014 no auditório da FIEA. Na oportunidade, o líder da indústria alagoana, afirmou em nome de todos os empreendedores que contribuíram para geração do documento, “esperar a união de esforços de toda a sociedade para conquistar um novo ciclo de desenvolvimento do Estado, mais sustentável com oportunidades para todos, considerando o setor industrial indutor de grande potencial para a incorporação de novas tecnologias e seus efeitos sobre outras atividades”.

Em 2014, a FIEA apresentou, com base no banco de dados do Cadastro Industrial 2013, uma nova edição do *Zoneamento Industrial em Alagoas*, uma ferramenta de apoio à realização de estudos, pesquisas e projetos voltados para o desenvolvimento da indústria local, com o objetivo de direcionar novos investimentos, qualificar mão de obra e



▲
Agenda FIEA
mais recente - 2014

incrementar oportunidades de emprego utilizando a mesma estrutura do programa desenvolvido nas edições 1994, 2002 e 2006, com um novo layout. Nesta edição, foi lançado o CD do mesmo produto.

O Polo Multissetorial de Limoeiro de Anadia foi inaugurado em dezembro de 2014, numa área com 150.000 m², no distrito Pé Leve, a 4 km do centro urbano do município, rodovia AL-220, uma das principais vias logísticas para a circulação de cargas e pessoas a 9 km do município de Arapiraca, permitindo integração industrial na região do Agreste alagoano e podendo abrigar empresas de diferentes segmentos.

Em 2014, a FIEA apresentou, com base no banco de dados do *Cadastro Industrial 2013*, uma nova edição da *Matriz Insumo Produto*, uma ferramenta de apoio à realização de estudos pesquisas e projetos voltados para o desenvolvimento da indústria local, com as mesmas características das edições anteriores, mas com grande melhoria no layout e nível de impressão. Nesta edição, foi lançado o CD do mesmo produto.

Em 10 de setembro 2015, a inauguração da PORTOBELLO DO NORDESTE destinada à produção de pisos, cerâmicas e porcelanatos, no Polo Multifabril de Marechal Deodoro, traz novas perspectivas para o parque ceramista alagoano, inclusive com a extensão dos incentivos do PRODESIN.

Em março de 2015, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo apresentou ao presidente da FIEA proposta para a realização de reuniões de trabalho com os principais setores produtivos de Alagoas, com vistas a coletar diferenciais competitivos e desafios junto aos líderes desses segmentos para construção de uma agenda imediata e também visando à agenda estratégica do governo para o ano de 2015 e Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

A FIEA concordou de pronto com a proposta, visualizando uma oportunidade de entregar ao governador um relatório completo de reivindicações e compromissos dos industriais, para com apoio do setor público, viabilizar projetos e ações importantes para o desenvolvimento do setor.

Cada segmento empresarial com acompanhamento da Presidência da FIEA realizou reuniões prévias com seus integrantes para discutir e formalizar propostas de modo a vencer desafios superando gargalos, juntando sugestões para inovação e novos programas para o desenvolvimento econômico de Alagoas.

Na etapa final (abril/2015), com a presença do governador Renan Filho, na sede da FIEA, cada segmento industrial apresentou um resumo de suas propostas com justificativas e, ao finalizar o quadro de apresentações, o presidente da FIEA entregou ao governador uma agenda contendo as “Propostas do Setor Industrial para o Governo de Alagoas”, representando 19 sindicatos patronais da indústria, ressaltando que a FIEA, ao longo de toda a sua história, atuou nas esferas municipal, estadual e federal para defender questões que impactam diretamente na competitividade da indústria alagoana.

Em agosto de 2015, a FIEA liderou grupo de trabalho para revisão e introdução de mecanismos mais atraentes e simplificados no Programa de Incentivos Governamentais para o setor industrial, iniciando pela realização de reuniões com empresários, contadores, assessores tributários e financeiros, técnicos da FIEA, SEDETUR, SEFAZ, dirigentes e consultores da FIEA, BRASKEM e SEFAZ. Numa segunda etapa, com propostas de alteração na Lei nº 5.671/95 do PRODESIN, foram intensificadas rodadas de negociação com o secretário da Fazenda, seus assessores e diretores de tributação da SEFAZ, com vistas ao alinhamento técnico-jurídico da legislação, ampliando os benefícios para empreendimentos novos ou já implantados no âmbito do PRODESIN, o que foi concluído com sucesso a partir da publicação, no Diário Oficial do Estado, da Lei nº 7.770, de 30 de dezembro de 2015, concedendo os novos incentivos.

Ainda como resultado do trabalho de parceria FIEA/SEDETUR/SEFAZ, após a publicação da Lei nº 7.770, de 30 de dezembro de 2015, com novas modalidades e condicionantes de incentivos do PRODESIN, a FIEA, através de seus representantes identificados com as questões tributárias e de benefícios fiscais, prosseguiu com os estudos e entendimentos com os referidos parceiros, com vistas à regulamentação das novas regras do programa e com a harmonização de algumas questões. O trabalho foi recompensado com a edição do Decreto nº 48.020, de 14.04.2016, publicado no Diário Oficial de 15.04.2016, regulamentando os incentivos do programa como previstos na Lei nº 7.770/2015, ampliando as possibilidades de competitividade para empreendimentos novos ou beneficiados por expansão e modernização no Estado de Alagoas, ratificando a nova configuração do PRODESIN.

A combinação de preços baixos do açúcar e do etanol no Brasil entre 2010 e 2014 causou estragos no setor sucroalcooleiro, levando ao

fechamento de dezenas de usinas e forçando outras a buscar em recuperação judicial.

Ao mesmo tempo, queda nos preços do petróleo levou a Petrobras a reduzir os preços da gasolina repetidamente no mercado interno, fazendo com que usinas também reduzissem os valores do etanol.

A pressão de valores menores para açúcar e etanol prejudica a recuperação financeira de muitas usinas brasileiras iniciada durante o déficit global de açúcar entre 2015 e 2016, desacelerando negociações e provocando o fechamento de empresas endividadas no setor sucroalcooleiro.

Em Alagoas, com várias usinas já fechadas ou em busca de recuperação judicial, das 27 unidades industriais preexistentes, aproximadamente 15 usinas estavam em condições de operar na safra 2016/17.

Depois de um período de grandes dificuldades financeiras e sem sustentabilidade comercial, a FÁBRICA DA PEDRA, a cada dia sem conseguir superar seus custos, culminando com o corte no suprimento da energia elétrica decorrente de uma dívida acumulada de elevado valor, paralisou suas atividades em fevereiro de 2017.

Os desequilíbrios mercadológicos, econômicos e financeiros que haviam marcado o setor sucroenergético nos primeiros anos da década de 2010 voltaram com força em 2017, levando grande parte das empresas do setor à insolvência, quando, de uma só vez, sete usinas (Sinimbu, Capricho, Porto Alegre, Seresta, Sumaúma, Penedo e Porto Rico), todas cooperadas, entraram com pedido de recuperação judicial esperando, com reescalonamento de dívidas, voltar à sua operação normal. A medida levou junto outras coligadas da CRPAAA, como a Mecânica Pesada Continental e Copertrading.

Cenários Prospectivos para a Indústria

Como cenários desejados na visão da FIEA tem-se a expectativa dos efeitos dos grandes projetos instalados, em implantação a partir de 2015 e em início de operação nos polos industriais ou outras áreas do Estado;

Reformulação no mecanismo do PRODESIN (FIEA/Governo de Alagoas 2015/2016) amplia as vantagens competitivas de Alagoas na captação de novos investimentos no setor industrial;

No quadro da indústria atual, setores tradicionais permanecem;

destaque para setores emergentes; grandes projetos começam a funcionar (crise reduz resultados mas mantém atividades); perspectivas para avançar com o modelo bioenergético são animadoras.

A era da biomassa e novas tecnologias no âmbito da cana de açúcar, a partir da GRANBIO e do eucalipto e seus desdobramentos como alternativa para ocupar os espaços da cana; parcerias positivas e os primeiros resultados encorajam os empreendedores.

Setores em perspectiva para o desenvolvimento com as cadeias produtivas: Química e Plásticos, Sucroalcooleiro, Alimentos, Madeira e Móveis, Cerâmica, Construção Civil, Confecções e Acessórios de Moda apontam para recuperação econômica em todos os sentidos, como esperam os líderes destes setores com a força da FIEA em suas decisões.

A Importância da Secretaria da Indústria e do Comércio

A FIEA reconhece que a criação da Secretaria da Indústria e do Comércio, pelo governador Divaldo Suruagy, em 1975, trouxe novas possibilidades de parcerias público/privadas em benefício do setor industrial, pois sempre manteve diálogo positivo com seus gestores. Com a extinção da CODEAL, a SEIC passou a executar todas as ações antes a cargo da Companhia de Desenvolvimento, como a gestão dos núcleos e distritos industriais, os incentivos governamentais, bem como de projetos, estudos e pesquisas com o objetivo de promover e ampliar a integração do governo com os setores produtivos. Contando com diversas denominações ao longo de sua existência, a partir de 2015, após reestruturação promovida pelo governo, absorveu todas as atribuições do importante e dinâmico segmento do turismo, recebendo a titulação de Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e do Turismo (SEDETUR).

Galeria dos Secretários de Indústria e Comércio de Alagoas a partir de 1975

SECRETÁRIO	PERÍODO
Secretaria da Indústria e do Comércio	
Carlos Gonzaga Brêda	1975/1976
Guilherme Palmeira	1977/1978
Lincoln de Souza Cavalcante	1978/1979

SECRETÁRIO	PERÍODO
Luiz Eustáquio Toledo	1979/1981
Cândido Ribeiro Toledo	1982/1983
Noé Simplício do Nascimento	1983/1987
Francisco Hélio Jatobá	1987/1988
Francisco Porcino	1988/1990
Silvio Arruda	1990/1991
Elionaldo Magalhães	1991/1991
Eraldo Malta	1991/1992
José Barbosa	1993/1994
Rui Guerra	1995/1997
Daniel Berard Filho	1997/1998
Newton Silva	1999/2002
Nadja Martins Lessa	2002/2003
Célula de Desenvolvimento Econômico	
Arnóbio Cavalcante Filho	2003/2006
Marcondes Aurélio	2003/2003
José Geminiano Jurema	2003/2004
Alberto Cabús	2004/2006
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento	
Luiz Otávio Gomes	2007/2014
Iásnaia Poliana Lemos Santana	2014/2014
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	
Jeanine Pires	2015/2016
Helder Gonçalves Lima	2016/2017
Rafael de Góes Brito	2017/...

Nota da FIEA - Em 2003, no governo Ronaldo Lessa, foram criadas as Células de Gestão Governamental, tendo o professor Arnóbio Cavalcante sido designado secretário da Célula de Desenvolvimento Econômico e os secretários atuantes no mesmo período, em sucessão, exerceram funções de secretários executivos na área de Indústria e Comércio da referida Célula até dezembro de 2006.



SEÇÃO 3

Tópicos Especiais

**3.1. COOPERATIVISMO NA INDÚSTRIA -
CONTRIBUIÇÃO EFETIVA PARA A INDÚSTRIA**

**3.2. O LEGADO DA INDÚSTRIA DA
PANIFICAÇÃO**

3.3. INDUSTRIALIZAÇÃO EM ARAPIRACA

3.4. CRONOLOGIA DO ESTALEIRO

3.5. CADEIA PRODUTIVA DO EUCALIPTO

3.1. Cooperativismo na Indústria - Contribuição Efetiva para a Indústria



*René Bertholet no
início de sua gestão*

O Caso Pindorama – Modelo de Gestão e seus Efeitos

René Bertholet nasceu no dia 24 de abril de 1907, em Genebra/Suíça, de uma família de trabalhadores militantes socialistas. Estudou em Genebra e, em seguida, vai trabalhar numa casa comercial em Mulhouse. Mas seu espírito independente o leva a participar de uma escola de quadros para militantes socialistas e entra na luta contra o totalitarismo na Alemanha, participando da Liga Socialista Internacional (Internationale Sozialistische Kampfbund). Mi-

litou em organizações políticos-sindiais em vários países da Europa. Na década de 1930, chegou a ser preso pelo governo nazista, na Alemanha, onde ficou encarcerado por vinte meses.

Em 1949, vem ao Brasil para recolher víveres para refugiados europeus. Encantou-se pelo país e ficou por aqui, ajudando na criação de uma colônia para 500 famílias de refugiados da Europa no Estado do Paraná. Em Guarapuava, eles podiam plantar trigo para ajudar as vítimas da fome naquele pós-guerra. Percebendo a grande quantidade de nordestinos que chegava ao Paraná em busca de trabalho, resolveu conhecer o Nordeste e entender as razões da não fixação do homem à sua terra.

Convidado pelo Ministério da Agricultura, participa do Projeto de Colonização do Nordeste. Em 1952, assume a direção da Companhia Progresso Rural – CPR, mas ainda mora no Rio de Janeiro, onde lê autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Celso Furtado. Deles, Bertholet conhece os principais estudos sobre os problemas do Nordeste e as razões da sua pobreza.

Em 1953, desembarca em Coruripe, Alagoas, para a instalação de uma cooperativa que iria beneficiar agricultores pobres e sem-terra em Pindorama. Foi convencendo a todo mundo que o cooperativismo era a solução. Com determinação e carisma, inspirava confiança nos trabalhadores, sempre acenando para a possibilidade de mudança.

Surge então, em 1956, a maior cooperativa agroindustrial do Nordeste, a Companhia Progresso Rural (CPR). O início não foi fácil e o projeto começou a ter problemas financeiros.

Sem recursos e com fracos resultados no campo agrícola, a CPR ameaçou abandonar as atividades de colonização. Diante desta situação, Bertholet pede demissão da CPR e, com o apoio do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), propõe transformar a pequena Cooperativa de Consumo que existia como parte da Colônia, na Cooperativa de Colonização Agrícola Pindorama Ltda. Negociou com a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e com a SUDENE e comprou o patrimônio da CPR, assumindo controle do assentamento e da comercialização dos produtos agrícolas.

No dia 28 de abril de 1969, em meio a uma assembleia da cooperativa, teve uma congestão cerebral. Não recuperou mais a consciência, vindo a falecer no dia 1º de maio de 1969.

Quando morreu, aos 62 anos, houve muita inquietação entre os colonos quanto ao futuro do projeto PINDORAMA, mas os ensinamentos de Bertholet ajudaram a transformar o que era um sonho para pequenos agricultores em um empreendimento de sucesso.

Localizada na região Sul do Estado, a Pindorama, que possui uma área de 32 mil hectares entre os municípios de Feliz Deserto, Penedo e Coruripe, é um projeto iniciado a partir de um assentamento de agricultores com êxito desde a sua fundação. O pioneirismo de Renê Bertholet ajudou a transformar a antiga Cia. Progresso Rural na maior Cooperativa Agroindustrial do Nordeste.

3.1.1. Importância do Cooperativismo para o Desenvolvimento da Indústria em Alagoas

Comentários de Klécio José dos Santos – Presidente da Cooperativa Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda especialmente para a Trajetória da Indústria em Alagoas:

“O desenvolvimento da atividade industrial em Alagoas tem em seu conteúdo um componente muito importante que é o cooperativismo. Cooperativismo que embora tenha a mesma base legal na formação das diversas entidades cooperativas no Brasil, em Alagoas tem um aspecto diferenciado, através da Cooperativa Pindorama. Este aspecto reside no fato

de se aliar o uso de tecnologias avançadas e prática de gestão ao trabalho coletivo, envolvendo grande quantidade de pequenos produtores rurais, que jamais teriam alcançado o seu desempenho econômico e social, se não fosse através do cooperativismo.

A Cooperativa Pindorama quando foi constituída em dezembro de 1956, já continha no seu projeto uma visão voltada para o fechamento de toda a cadeia produtiva, incluindo a industrialização dos produtos agrícolas que seriam produzidos por seus associados.



Pindorama nos anos 1960

Assim, já na década de 1960, a produção de maracujá passou a ser processada e transformada em suco, sendo a primeira de uma série de produtos que compõem sua linha de produção.



Pindorama - Higienização dos maracujás em 1960

Vieram em seguida os sucos de outros sabores, cuja matéria prima era também produzida em terras da cooperativa, tais como abacaxi e acerola.

Na década de 1980, um fato relevante foi à instalação da Destilaria Pindorama, que atendeu um grande anseio dos associados, que passaram a produzir a cana de açúcar com a certeza de uma venda justa para a cooperativa, que por sua vez se fortaleceu com mais uma importante fonte de receitas, em grande parte garantia da sua sustentabilidade econômico-financeira.

Na década de 1990 novos produtos foram incluídos, tais como o leite de coco e o coco ralado, cuja matéria-prima é também produzida em terras da Pindorama ou adquirida na própria região. Além desses produtos, a cooperativa passou também a produzir sucos de uva, caju e manga, com matéria-prima adquirida de parceiros de outros Estados.

Na década de 1990 novos produtos foram incluídos, tais como o leite de coco e o coco ralado, cuja matéria-prima é também produzida em terras da Pindorama ou adquirida na própria região. Além desses produtos, a cooperativa passou também a produzir sucos de uva, caju e manga, com matéria-prima adquirida de parceiros de outros Estados.

O laticínio é outra atividade que apresenta grande importância, não

só porque diversificou e ampliou o portfólio de produtos, mas porque garante a comercialização do leite dos associados e de outros pequenos produtores dos municípios vizinhos.

Em 2003 mais uma etapa foi vencida na caminhada da cooperativa para a industrialização: a instalação da fabricação de açúcar, tornando realidade um grande desejo de todos os associados e completando o processo de industrialização da usina Pindorama.

Mas, o processo de crescimento da atividade industrial não parou, de modo que nos últimos anos foram lançados mais cinco produtos: balas mastigáveis, refrescos e molhos de pimenta, de alho e inglês.

Nesse contexto podemos dizer que todas essas atividades produzem efeitos bastante positivos, considerando os diversos benefícios gerados pelo complexo Pindorama, tais como: aproveitamento do potencial existente na região, transformando-o em riquezas para as pessoas que o exploram e também para o Estado de Alagoas, através da geração de impostos; geração de oportunidades diretas de trabalho; geração de oportunidades indiretas de trabalho para prestadores de serviços; geração de diversas oportunidades de negócios em diversas áreas do comércio, estimuladas pelas riquezas circulantes em Pindorama, em função da cooperativa; melhoria da qualidade de vida dos associados e seus familiares.

Por fim, vale ressaltar a forma democrática e transparente com que é feita a administração da cooperativa, em consonância com o que preceitua o sistema cooperativista, fazendo com que a Pindorama tenha convivido com todos os momentos difíceis, enfrentados pela economia do País, mantendo-se ativa, contribuindo para o seu desenvolvimento, o desenvolvimento do setor industrial e também do Estado de Alagoas”.

3.1.2. Cooperativismo na Indústria Sucroalcooleira

Outro exemplo de sucesso e boas práticas de produção e comercialização surgiu com a Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e do Alcool de Alagoas (CRPAAA), uma das mais antigas e representativas entidades econômicas alagoanas, pioneira na inserção coletiva dos produtores sucroalcooleiros do Estado no mercado nacional e internacional dos derivados da cana de açúcar.

A CRPAAA, pela importância socioeconômica, estabeleceu como missão alcançar, no setor sucroenergético, objetivos e metas por meio da interação com suas unidades produtoras associadas, promovendo a

maximização de resultados de forma sustentável através da produção, comercialização diferenciada, profissionalismo e excelência na estrutura.

E ainda com o compromisso de respeitar a legislação vigente, obedecendo a normas e procedimentos internos, com profissionalismo e transparência de modo a garantir um produto seguro e com qualidade por meio de certificações internacionais, legislações e especificações técnicas.

A história da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas (CRPAAA) tem início em 6 de outubro de 1933, quando foi constituída a Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas. A Comissão de Vendas foi fundada através de um acordo firmado entre os usineiros alagoanos e os usineiros do Estado de Pernambuco, com o apoio do Instituto do Açúcar e do Alcool.

A Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas teve sua primeira diretoria formada por Alfredo de Maya, como presidente, Carlos Lyra Filho, vice-presidente, e Manoel Dubeux Leão, tesoureiro. A eleição desta diretoria foi realizada na presença das 16 usinas alagoanas: Cansanção de Sinimbú, Peixe Grande, Campo Verde, Brasileiro, Santo Antônio, Central Leão, Serra Grande, Uruba, Alegria/Mucuri, São Semião, Santa Ana, Terra Nova, João de Deus, Água Comprida, Ouricuri e Camaragibe.

Com o Decreto-lei 5.893, de 19 de outubro de 1943, do governo federal, regulamentando o funcionamento das cooperativas no país, a Comissão de Vendas foi substituída, em 17 de dezembro de 1943, pela Cooperativa dos Usineiros de Alagoas.

Com a criação da cooperativa – que iniciou suas atividades em 10 de março de 1944 – os produtores passam para um novo patamar dispondo de uma estrutura mais organizada, com um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, para organizar a produção de seus associados da maneira mais transparente possível.

Em 29 de novembro de 1974, a Cooperativa dos Usineiros de Alagoas passa a se chamar Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar de Alagoas.

Ainda na década de 1970, durante a crise mundial do petróleo, o governo brasileiro instituiu o Programa Nacional do Alcool, um programa de incentivos para a produção de combustível alternativo à gasolina. Com essa oportunidade, as unidades cooperadas investiram maciçamente na construção de destilarias anexas às usinas de açúcar.

Em 6 de outubro de 1986, passa a ser denominada Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Álcool de Alagoas (CRPAAA).

Em 1981, é fundada a COOPERTRADING, com o objetivo de viabilizar as operações das exportações do açúcar e álcool produzidos por suas unidades cooperadas, tendo como sua principal acionista a Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Álcool de Alagoas, que detém 95,57% de seu capital; 2,86% pertencentes às unidades associadas e 1,57% pertencentes a outros acionistas.

Desde então, graças ao seu profissionalismo, visão de negócio e pelos elevados volumes exportados anualmente, a CRPAAA tornou-se referência no mercado mundial de açúcar e etanol.

3.1.3. Cooperativismo na Indústria dos Laticínios

O Caso da CPLA

Em 4 de abril de 2001, a CPLA (Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas) surgiu com o objetivo de fortalecer e organizar a cadeia produtiva do leite do Estado de Alagoas e atender a uma grande necessidade: atrair os pequenos laticínios do Estado e pequenos e médios produtores, que estavam excluídos, oferecendo remuneração mais justa e a valorização do seu trabalho com critérios e seriedade.

Preocupação constante da CPLA é o controle na produção leiteira e o investimento constante na modernização dos processos industriais, sempre buscando pequenos e médios produtores de leite do Estado para formar um setor cada vez mais forte.

O Polo da Bacia Leiteira de Alagoas é considerado o mais abrangente na produção de leite *in natura* da região Nordeste, formada por aproximadamente, 2.500 produtores rurais, os quais geram 25 mil empregos diretos e indiretos. Sua produção abastece todas as capitais do Nordeste e algumas capitais do Sudeste do Brasil.

Pensando na qualidade de vida e na segurança alimentar da população, a CPLA trabalha para solucionar grave problema que atinge o setor, a venda de leite clandestino, procurando conscientizar o produtor para que ele venha a adequar sua produção à realidade legal, reforçando a importância do consumo do leite pasteurizado.

A CPLA também tem parceria com entidades ligadas ao desenvolvimento do setor produtivo do Brasil como o SEBRAE/AL e o SENAI/AL,

responsável por um dos maiores eventos da cadeia produtiva do leite no Nordeste, o PROLEITE.

Os laticínios parceiros da CPLA estão, em sua maioria, presentes nos municípios que integram a Bacia Leiteira de Alagoas, como Belo Monte, Cacimbinhas, Batalha, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Igaci, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Izidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores, Olivença, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Santana do Ipanema e São José da Tapera.

Com efeito, a Cooperativa tornou-se uma das maiores do ramo, procurando elevar a qualidade de vida das famílias rurais, promover melhorias na produção, investindo continuamente no pequeno produtor.

A CPLA é a principal fornecedora do Programa do Leite em Alagoas, uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Seu objetivo é propiciar o consumo do leite às famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a agricultura familiar, o que estende as atividades da cooperativa, como também valoriza a cadeia produtiva.

3.2. O Legado da Indústria da Panificação

Vale registrar, neste último cenário, a perenidade da indústria da panificação e confeitaria como destaque na trajetória da indústria, conseguindo, com a capacidade de seus gestores, conviver no sistema tradicional com a panificação moderna e, ainda, pela elevada contribuição e efeito social na garantia de alimentação a preço acessível para a população de baixa renda, geração de empregos diretos e indiretos e efeito multiplicador nas atividades do comércio.

A importância da indústria da panificação no contexto da *Trajatória da Indústria em Alagoas* traz, no esforço de seus líderes históricos desde os anos 1940, os resultados dessa perenidade e evolução com a lembrança de nomes que foram possíveis resgatar nas informações disponíveis, com seus empreendimentos mais conhecidos em Maceió que floresceram em diversos pontos da capital, atraindo para si outros segmentos do setor industrial quando o centro de Maceió e localidades

mais próximas formavam um apreciável parque industrial, seguindo a trilha dos bravos panificadores destacando o café, derivados de milho, condimentos, macarrão, doces, ladrilhos e mosaicos, papel e plástico, biscoitos, móveis, confecções, produtos tipográficos, calçados, produtos de fundição e metalurgia, derivados do coco, bebidas, refrigerantes e outros desde os anos 1940 e seu apogeu nos anos 1970. Com a mudança de cenário no perfil industrial no final dessa década, quando empreendimentos tradicionais que marcaram época no Centro e proximidades começaram o processo de realocização (como relatado no Cenário VIII - 1980-1989 desta publicação), o núcleo panificador foi junto, mas deixando a lembrança e o espírito empreendedor dos seus líderes, muitos com seus sucessores ou parceiros, como pode ser visualizado com a galeria histórica da panificação, sem ordem cronológica, mas visando, sobretudo, consolidar o papel destes intrépidos industriais. O setor, que reúne o maior número de estabelecimentos no âmbito do Cadastro Industrial da FIEA, presente em todos os municípios alagoanos, traz grande contribuição no atendimento à demanda de alimentação básica para as classes de menor poder aquisitivo, pelo baixo valor agregado dos produtos que entrega à sociedade, principal característica do setor, lembrando que o Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria foi um dos fundadores da FIEA.

SINDIPAN

O Sindicato da Indústria de Panificação, Confeitaria, Bolos, Bolachas, Biscoitos e Massas Alimentícias do Estado de Alagoas, fundado em maio de 1944, originalmente como Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Maceió, é uma instituição não governamental, sem fins econômicos, constituído com prazo e duração indeterminado, criado para representar e coordenar os interesses das categorias econômicas das Indústrias de Panificação, Confeitaria, Bolos Bolachas, Biscoitos e Massas Alimentícias do Estado de Alagoas, vinculado à Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), representando um dos mais significativos e importantes segmentos econômicos do Estado de Alagoas, com mais de 2.000 empresas, presentes em todos os municípios do Estado.

Em agosto de 1994, para se adequar ao novo cenário com a diver-

sificação e modernização do setor, imposta pelo mercado, introduzindo novos produtos e processos, promoveu mudança de denominação passando a contar com a denominação de Sindicato da Indústria de Panificação, Confeitaria, Bolos, Bolachas, Biscoitos e Massas Alimentícias do Estado de Alagoas.

APEA

A Associação dos Panificadores do Estado de Alagoas, fundada em 30 de Junho de 1960, é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, tendo a Assembleia Geral como órgão máximo, administrada por uma diretoria executiva eleita para um período de quatro anos, composta por 16 membros.

Seguindo seus estatutos, a Associação exerce suas atividades promovendo a coordenação e a defesa dos interesses dos industriais das empresas de panificação, confeitaria, bolos, bolachas, biscoitos e massas alimentícias do Estado de Alagoas, observando os princípios legais, morais, éticos e deveres cívicos, visando atender às reivindicações de seus associados.



*Dacal Macias - grande
visão empreendedora, no
comércio e na indústria*

Alfredo Dacal Macias, referenciado no Cenário 1940/1959 desta publicação, quando lançou o Anuário Guia de Maceió (1942), em seguida o primeiro Catálogo Telefônico de Maceió, além de criar a marca Coringa (1959), e com isto, ingressado no segmento industrial do café e derivados de milho no município de Rio Largo, desponta como grande incentivador e colaborador da indústria da panificação em Alagoas. Com sua experiência e liderança, contribuiu para o crescimento e modernização do setor, formando seguidores.

Galeria Histórica da Panificação (Centro de Maceió e Entorno)

EMPREENDEDOR	ESTABELECIMENTO
Alfredo Dacal Macias	Panificação Alvorada
João de Farias Lobo	Panificação São João
José Soares de Mendonça	Panificação Glória
Pedro Mota	Panificação Três Coroas
Edburgo Fontan Pedrosa	Panificação Rio Branco
João Sampaio	Panificação N. Senhora da Guia
Manoel Roberto	Panificação São Vicente
José Nunes	Panificação Pirangy
José Paes da Costa	Panificação São José
Edvaldo de Oliveira Macedo	Panificação Santa Rita
Eládio de Oliveira Macedo	Panificação Central
Bráulio Zeferino dos Santos	Panificação São Paulo
Rosendo Ramos Rocha	Panificação Maceió
Nilo Costa	Panificação São Jorge
Agamenon Fontan	Panificação Jaraguá
Nelson Costa	Panificação São Miguel
Cupertino	Panificação Leão Branco
Aloísio Bezerra	Panificação Boa Vista
Valfrido Barbosa Rocha	Panificação N.S. das Graças
Luiz Duarte de Freitas	Panificação São João Batista
Oséas Costa	Panificação Capricho
Antonio Xavier	Panificação Formosa
Abrante Fontan Pedrosa	Panificação Confiança
Valdomiro Feitosa	Panificação Santa Fernanda
Elias Bonfim	Panificação Bonfim
José Alves Pinheiro	Panificação Francesa
Geraldo Vasconcelos	Panificação São Geraldo
José Wanderley	Panificação Ideal
José Soares de Menezes	Panificação Alvorada II
Franklin Marinho Amorim	Panificação São Sebastião
Romildo Ramos	Panificação Formosa
Zezé Pontes	Panificação São Benedicto
Antenor de Gusmão	Panificação Maravilha
José Carlos de M. Pedrosa	Panificação Elétrica de Maceió

3.3. Industrialização em Arapiraca

“Um Resumo sobre a Trajetória Industrial de Arapiraca”

Com influência na Microrregião, em todos os segmentos econômicos, mais de 220 mil habitantes, bem localizado geograficamente (no centro do mapa), interligado a todos os municípios e regiões do Estado, o município de Arapiraca é o segundo maior e mais diversificado núcleo de concentração industrial fora da capital.

O processo de industrialização incipiente é intensificado pelo fumo, através de produtores locais e empresas de outros estados a partir dos anos 1960, avançando em 1970/80, o primeiro ciclo industrial.

Paralelamente, surgiam outros empreendimentos na década de 70 nas áreas de madeira e móveis, couros e calçados e alimentos. Na década de 90, os derivados do PVC dão origem a um agregado de indústrias de artefatos de material plástico de micro e médio porte.

A indústria de alimentos, além da panificação, desde 1960, vem contribuindo de forma marcante com a economia do município, destacando-se os derivados do milho, café, doces, bebidas, sucos e outros produtos alimentares.

O fortalecimento da industrialização em Arapiraca tem dois ciclos distintos. O primeiro, a partir dos anos 1960/70 até os anos 1980 e o segundo iniciando em 1990, avançando nos anos 2000 em diante, com a indústria tradicional e a indústria diversificada com estágio tecnológico mais avançado, convivendo e competindo em todos os segmentos industriais da micro, pequena e média empresa. O primeiro ciclo tem registros mais importantes nos segmentos do fumo, calçados e outros artefatos de couro, alimentos e cerâmica.

Embora em outros municípios haja registro de processo industrial, Arapiraca, emancipada em 1924 do município de Limoeiro de Anadia, é destaque como a maior concentração industrial depois de Maceió, reforçando o processo de interiorização industrial a partir dos anos 70, uma política do governo com iniciativa antecipada dos empreendedores da região. A cultura do fumo e seu beneficiamento exerceu papel primordial no desenvolvimento da região, até o início dos anos 80, quando foi intensificado processo de diversificação de sua vocação industrial.

O município e seu entorno traz grande contribuição na trajetória da

indústria em Alagoas desde os anos 1960, a partir do beneficiamento do fumo, da industrialização de alimentos, do beneficiamento de madeira, do algodão e, mais recentemente, integrando a cadeia produtiva dos termoplásticos.

Em Arapiraca, neste dinâmico cenário dos anos 70, tem-se histórico de um importante polo de calçados e artefatos de couro no centro da cidade e proximidades, liderado por Manoel Ernesto Bezerra, com a FÁBRICA DE CALÇADOS MARCELLO; Pedro Deocleciano de Almeida, com a FÁBRICA DE CALÇADOS WILLIAMS; Paulo Correia, com a INDÚSTRIA DE CALÇADOS KEILA; e, de menor porte, Terezinha Lopes dos Santos.

A CIPLASA foi criada em setembro de 1975, em Arapiraca, antes mesmo da inauguração da BRASKEM (como Salgema, em 1977), numa visão de futuro do industrial José Alexandre, do Grupo CORINGA, dando início à produção de sacos plásticos de polietileno, uma das primeiras indústrias a processar derivados do PVC no Agreste, contribuindo com o desenvolvimento da região no entorno de Arapiraca.

Na fase mais intensa do crescimento, diversificação e desenvolvimento da industrialização em Arapiraca, vale destacar personalidades do município ligadas direta ou indiretamente ao setor ou no exercício de funções importantes no setor público ou na iniciativa privada que contribuíram para este avanço com conhecimento, estudos, projetos, pesquisas e incentivo à industrialização. Entre eles, José Djalma Rocha, João Lúcio, Severino Leão, Amerino Portugal, José Maria Carvalho Alves, Severino José da Silva (da Bananeira), José Pereira Lúcio, Eloisio Barbosa Lopes, Ismael Pereira, Edvaldo Barbosa Leão, Ted Pereira, Aurelino Ferreira Barbosa, José Alexandre dos Santos, Olival Pedro da Silva, José Barbosa, ex- Secretário de Estado da Indústria e Comércio/AL, José Lima Mota, Milton Alves, Severino Lúcio, Luciano Barbosa, Adelmo de Oliveira Nunes, Hélio Santiago, Narciso Lúcio, João Nascimento, Agripino Alexandre, Célia Rocha, Nascimento Leão, Josefa (Ceci) Santos Cunha, Cícero Valentim, José Ernesto de Souza, Alberto Barroso, dentre outros.

Pesquisa do jornalista Carlos Madeiro mostra que Arapiraca, conhecida como “terra do fumo”, viveu uma época de prosperidade com o chamado “ouro negro”, entre os anos 60 e 80, produzindo o fumo de rolo usado em cigarros de palha, um tipo não utilizado nos cigarros industrializados e enfrentou com competência a decadência do produto nos anos 80. A crise do setor do fumo levou produtores a deixar as

plantações, investindo em outras culturas, como mandioca e hortaliças para garantir ou melhorar a renda. Assim, muitos dos empresários da indústria e do comércio em Arapiraca provêm do segmento do fumo, com o redirecionamento de seus capitais a partir da mudança no cenário agroindustrial.

O segundo ciclo dá continuidade aos setores tradicionais (fumo, calçados e couros, cerâmica, derivados do milho), imprime a diversificação e traz novos segmentos de porte, com capacidade para modificar e enriquecer a economia do município, a partir dos derivados do PVC, móveis, novos produtos alimentares e expressivo crescimento da construção civil.

A partir dos anos 1980, Arapiraca encontrou grande avanço na diversificação industrial e, sem nenhuma tradição no setor, evoluiu com sucesso na indústria dos termoplásticos com a implantação de importantes empreendimentos neste seguimento.

Já contando desde 1975 com a CIPLASA, o cenário foi reforçado com outras empresas importantes para a região do Agreste, a partir dos anos 1980, com a ARAPLAST, VKL e depois MERCONPLAS, estas, iniciativas do Grupo Coringa. O setor tomou impulso com a chegada de um grande empreendimento - a ARAFORROS, no final de 1994, uma das maiores e bem estruturadas fabricantes de perfis plásticos do Nordeste.

Principais empreendimentos do setor de plásticos implantados em Arapiraca a partir dos anos 1980

Empresa	Abertura	Empreendedor/Gestor
Araplast Arapiraca Plásticos Ltda -	27/02/1980	José Barbosa de Oliveira
Imprima Indústria de Garrafas Plásticas Ltda	21/11/1986	Edmilson de Oliveira Barbosa
Merconplas Industrial de Plásticos Comércio S/A	04/09/1991	Adelmo de Oliveira Nunes
Araforros Ind e Comércio de Perfilados Ltda	30/11/1994	Leopoldo Casado Bezerra
Samplas Indústria e Comércio de Plásticos Ltda	20/08/1999	Marcos Antonio Silva
Superutil Indústria e Comércio Ltda	07/12/1999	Euclides de Lavare Júnior
Reciclagem de Plásticos Santa Quiteria Ltda-	01/09/2003	José Passos de Oliveira
Fábrica de Artefatos de Plásticos Imprima Ltda	24/05/2004	Maria de Lourdes R. Correia
Lima Indústria e Comércio de Plástico Ltda	04/11/2004	José Ventura Neto
Injeplas Indústria e Comércio Ltda	29/12/2006	Helder Araújo Silva
Indústria de Transf. de Plásticos Reciclados Ltda	07/10/2010	José Fernando R. Correia

O maior destaque da industrialização de Arapiraca, é sem dúvidas, o Grupo CORINGA, atuando historicamente com sucesso em vários setores da indústria de transformação.

O grupo, que tem o industrial José Alexandre como mentor e seu principal gestor, atua em Alagoas desde o final da década de 60, quando iniciou atividades com o beneficiamento de fumo para cigarros feitos à mão. Rapidamente, numa escalada de sucesso, já estava atuando na área de alimentos após adquirir a antiga fábrica de farinha de milho, café e corantes, dos empreendedores que criaram a marca CORINGA e que estava nas mãos do industrial José Djalma Rocha, tornando este setor um dos mais expressivos de todo o Estado de Alagoas.

Como um dos maiores conglomerados empresariais de Alagoas, o Grupo CORINGA desenvolve, no cenário industrial atual (2017), industrialização e beneficiamento de arroz, café, leite de coco, colorífico, fibras, fumo, milho, mingau, produtos de plástico, recheados, refrescos.

Outro destaque como um dos empreendimentos mais tradicionais e importantes do município é a INAP (Indústria Alimentícia Popular Ltda.), cuja fundação remonta a 1974, com a denominação Fábrica de Doces Popular, idealizada pelo patriarca da família Alves, Sebastião Alves da Silva, com produção e venda de quebra-queixos e cocadas em Arapiraca e municípios vizinhos.

Em 1985, os filhos de Sebastião, tendo à frente José Maria de Carvalho Alves, passaram a fazer parte da administração da empresa e com eles, o empreendedorismo ganhou mais força, investindo no desenvolvimento de novos produtos, no acesso a novos mercados e nova postura para a planta industrial. Em maio de 1988, surge um novo empreendimento com razão social INAP (Indústria Alimentícia Popular Ltda), continuando com gestão do arrojado investidor José Maria de Carvalho Alves.

Em 2016, a antiga FÁBRICA DE DOCES POPULAR com a nova razão social INAP e nome de fantasia DOCES POPULAR, incentivada pelo PRO-DESIN, inicia operação de moderna unidade produtiva no Polo Multisetorial de Limoeiro de Anadia, em busca de maior espaço e condição logística para crescer, impraticável na sua antiga sede em Arapiraca, mantendo uma unidade administrativa no município de origem.

O Distrito Industrial de Arapiraca, localizado no encontro da rodovia AL-115 com a rodovia AL-485, distando 7 km do centro da cidade,

projetado pela CODEAL com auxílio do município, foi instalado no final da década de 1980 (1989).

Com base nas pesquisas periódicas da FIEA com o Cadastro Industrial (Guia da Indústria), constata-se que o município apresenta o maior número de estabelecimentos do setor depois de Maceió, de forma crescente em todas as edições desde 1980, com quase 18% em 2017.

Evolução industrial em Arapiraca

Registros do Cadastro Industrial Fiea - Número de Estabelecimentos				
EDIÇÃO	TOTAL	MACEIÓ	ARAPIRACA	%
1980	2.583	600	170	6,58
1984	1.711	466	149	8,71
1988	2.543	1.186	235	9,24
1994	2.122	942	188	8,86
2003	2.524	988	284	11,25
2007	3.339	1.040	403	12,06
2013	4.358	1.048	729	16,84
2017	3.846	913	686	17,83

3.4. Cronologia do Estaleiro

Esperança e perspectivas a partir de 2010

O empresário colombiano German Efromovich, presidente do Grupo Sinergy (Aviação, Estaleiros e Petróleo) chegou a Alagoas com uma proposta impactante, anunciando a implantação do maior estaleiro de navios das Américas.

Em 9 de outubro de 2009, declarou o governador Teotonio Vilela, em entrevista coletiva na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Logística, ao lado do secretário Luiz Otavio Gomes: “Anuncio hoje o maior empreendimento da história de Alagoas”, tornando pública a conclusão das negociações para construção da indústria no Estado: o Estaleiro EISA, iniciativa do Grupo Synergy propriedade do empresário German Efromovich, no município de Coruripe(AL), numa

área de 2.000 ha., com investimentos estimados em 1,5 bilhão de reais. O empreendimento poderia gerar 4.500 empregos diretos a partir do início das obras, previstas para 2010.

Concluiu o governador: "Trata-se de um empreendimento histórico para nossa terra que vira uma página na nossa economia. Além dos empregos diretos, teremos dezenas de fábricas para acessórios dos navios que devam ser construídos ao redor do estaleiro. Isto significa emprego, renda, impostos e desenvolvimento".

O empreendedor declarou, na oportunidade, que o "maior estaleiro das Américas" teria capacidade para construção de três navios e duas plataformas de petróleo por ano, reforçando sua confiança no Estado de Alagoas, com o primeiro navio podendo ser lançado em 2013.

A FIEA, através de seu representante, foi a entidade designada pelo IMA/AL como relatora do processo que aprovou, no CEPRAM, a licença prévia para construção do Estaleiro EISA Alagoas S.A., no município de Coruripe, posicionando-se favorável à instalação do empreendimento, durante reunião histórica do Conselho Ambiental Estadual, em 3 de maio de 2009, quando todos aprovaram de pé e com aplausos, o parecer do relator.

A FIEA, através de seu representante, foi a entidade designada pelo CONEDS como relatora do processo de solicitação dos Incentivos Fiscais, Creditícios e Locacionais do PRODESIN, requerida pelo Estaleiro EISA Alagoas S.A., para viabilizar a operação de sua unidade industrial a ser implantada no município de Coruripe. Apresentando parecer favorável com justificativas sobre os benefícios resultantes, teve seu relatório aprovado por unanimidade em 10 de dezembro de 2009.

O processo para licenciamento e instalação do empreendimento seguiu um longo e desgastante percurso cujo resultado trouxe grande decepção para o setor produtivo e para todos os alagoanos pela magnitude do projeto.

Após o licenciamento no âmbito estadual, o MPF ajuizou ação civil pública junto à Justiça Federal para anular a Licença Provisória (LP) concedida pelo CEPRAM e impedir a obra no local, além da anulação do decreto governamental que indicava a desapropriação da área de 2.000 ha, considerando-a patrimônio da União.

O MPF recomendou, na oportunidade, ao IMA/AL e CEPRAM que não emitissem outras licenças para o EISA, que no seu entender essa

competência era da União, solicitando aguardar o posicionamento oficial e final do IBAMA.

Em 2009/2010, havia dúvidas sobre a quem de fato caberia análise para o licenciamento. Em 2010, foi realizada Audiência Pública e apresentado o primeiro Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do empreendimento (área 5A). Estes estudos foram enviados ao IBAMA atendendo ao MPF.

O IBAMA passou, oficialmente a conduzir o processo, depois de pedido formal do governador de Alagoas, a partir de janeiro de 2011.

Em seguida, solicitou uma alteração na localização por conta do impedimento para supressão do manguezal na primeira alternativa locacional, considerada área de preservação permanente – APP.

O IBAMA solicitou ao IMA/AL (que havia concedido a LP após aprovação do CEPRAM) aguardar manifestação formal sobre o caso. Ao mesmo tempo, solicitou cópia dos estudos sobre a área para facilitar o posicionamento formal.

Em fevereiro de 2011, o IBAMA definiu termo de referência para elaboração de novo EIA/RIMA e, em julho de 2011 o primeiro EIA/RIMA foi considerado inadequado. Em fevereiro de 2012, o Grupo Sinergy apresentou novo EIA/RIMA, considerado apto para análise.

Em abril de 2012, foi realizada em Coruripe nova audiência pública e em junho de 2012 o IBAMA já se posicionava definitivamente contrário à localização do projeto.

Em 25 de junho de 2012, o IBAMA negou a liberação da licença para construção do estaleiro em Coruripe, frisando que o espaço (área 5A) teria que ser protegido, conforme parecer técnico, destacando os motivos da negativa: “O local escolhido (pelo Grupo Sinergy e Governo de Alagoas não é ambientalmente viável para a instalação do empreendimento)”, destacando fundamentação na lei 6938/81 as resoluções CONAMA 001/86 e 237/97 e, ainda, Lei Complementar 140/2011- das competências para o licenciamento, conforme a Diretoria de Licenciamento Ambiental - (DLA/IBAMA).

Em 12 de julho de 2012, o empreendedor entrou no IBAMA com o novo EIA/RIMA para análise. Nesse interim, a indústria naval sofre forte processo de desaceleração agravado a partir de 2013 e impacta negativamente o setor, replicando no Estaleiro/AL. Em outubro de 2013, o EISA passa a ter denominação de ENOR (Estaleiro do Nordeste). A mudança foi vista pela

imprensa como prenúncio de crise. Em julho de 2014, aumenta a possibilidade da crise do Estaleiro EISA inviabilizar a construção do ENOR.

Em setembro de 2014, a Secretaria do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico informou que o presidente do IBAMA, Volney Zanardi, havia assinado no início daquele mês, a LI (Licença de Instalação) do Estaleiro do Nordeste (ENOR), após a análise de todos os relatórios e materiais descritivos que traziam os estudos de impacto socioambiental gerados pela obra, além das medidas a serem tomadas para a adequação do projeto com a realidade local na nova área escolhida, denominada 5D, também no município de Coruripe.

Vale lembrar que o estaleiro teve sua licença ambiental negada pelo IBAMA, após o órgão decidir que a primeira área apresentada no Pontal de Coruripe não era ambientalmente viável para a instalação do empreendimento, voltado para construção de embarcações mercantes, offshore, portuárias e militares.

No entanto, foi um acontecimento tardio, considerando os antecedentes desgastantes, a falta de estudos técnicos e ambientais complementares, em relação à nova área indicada para o empreendimento e o tempo para ajustamento do projeto, o que, aliado à descapitalização do Grupo Sinergy, provocada pela reação negativa do mercado e pela pressão da indústria naval asiática, levaram, definitivamente, o projeto ao insucesso.

Decepção e desilusão a partir de 2015

Problemas estruturais, ambientais, financeiros e mercadológicos, conduziram à não instalação do estaleiro. A demora no curso do licenciamento por conta do IBAMA, a partir de 2011, afetou os planos do grupo empreendedor. No âmbito financeiro, houve um processo de descapitalização, com a recessão iniciada em 2015 no setor do petróleo e gás (principais clientes), que reduziu, sensivelmente, as expectativas para o programa de produção. Durante a fase de espera, incertezas sobre a licença de implantação, desapropriação e liberação da área reforçaram o cenário negativo e a primeira área apresentada não foi aceita pelo IBAMA (5A); outra foi apresentada (5D), onerando o investimento em R\$ 150 milhões, para as adaptações do projeto, que igualmente não mereceu aprovação por parte do IBAMA.

Outro agravante atinge o espaço mercadológico onde o EISA po-

deria atuar, com a perda de encomendas significativas. A demora na implantação deslocou pedidos de navios e plataformas para outros estaleiros e fez avançar os chineses, bem estruturados, com grande capacidade de produção, custos operacionais estabilizados e competitivos em escala.

Contratos não honrados pelos demandantes em 2015 e o não pagamento da encomenda de 10 navios por parte da petrolífera venezuelana PDVSA agravaram a crise financeira enfrentada pelo Grupo Sinergy no Estaleiro EISA/RJ, contribuindo para a não instalação do empreendimento em Alagoas, que havia mudado a denominação para ENOR numa tentativa de melhorar a imagem mercadológica e desvinculá-la do projeto associado no Estado do Rio de Janeiro.

O EISA/RJ chegou a paralisar atividades e este cenário desfavorável, ao lado da falta de perspectivas para o licenciamento pelo IBAMA, contribuiu para o fracasso do empreendimento, apresentado pelo governo em 2009 como “redenção” do Estado.

O Fundo de Financiamento da Marinha Mercante/BNDES, principal fonte de financiamento para o projeto, não aprovou sua participação, após estudos da análise prévia indicarem incertezas mercadológicas, insuficiência de capacidade de pagamento e de garantias do grupo empreendedor.

O momento difícil do setor de construção naval na época (julho de 2015) e a cessão a estaleiros da China de parte da demanda, reduzindo o volume de encomendas, reforça o cenário negativo.

Nota da FIEA - *O Fundo da Marinha Mercante – FMM é um fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileira (art. 22 da Lei nº 10.893/2004), tendo como principal fonte de recursos o AFRMM (Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante), que capitaliza o Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval.*

O FMM é administrado pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM, tendo como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, os demais bancos oficiais federais (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal).

Na época, era visualizada a quase insolvência do estaleiro do Grupo Sinergy no Rio de Janeiro, mas a SEPLANDE ainda estava otimista numa revisão por parte do IBAMA.

Infelizmente, em dezembro de 2015, o EISA/RJ paralisou as atividades, piorando o processo de descapitalização do Grupo e tornando mais difícil a instalação do ENOR em Alagoas, independente da posição do IBAMA, como expressa nota do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore – Cenário da Construção Naval – Balanço (relatório) de 15/12/2015.

“Estaleiro Ilha S/A (EISA/RJ) informa a paralisação das atividades, com demissão de três mil trabalhadores, relatando o desequilíbrio financeiro dos contratos de construção de navios porta-contêineres, navios para transporte de minérios, navios de apoio marítimo e navios-patrolha para a Marinha; crise decorrente de aumentos de custos de produção sem relação com a crise da Petrobras”.



Estaleiro ENOR- Empreendimento de grande porte que não foi instalado em Alagoas

3.5. Cadeia Produtiva do Eucalipto

A crise energética instalada no Brasil e no mundo, associada às questões ambientais, vem obrigando as empresas a buscar fontes alternativas de combustível e geração de energia. Nesse contexto, destaca-se a biomassa de madeira, mais especificamente do eucalipto, que pode ser utilizada como “combustível verde” e como alternativa para a abertura de novos nichos de mercado no segmento energético.

A procura por fontes alternativas de energia e para recuperação de terras antes ocupadas pela cana-de-açúcar em Alagoas, teve como uma das primeiras iniciativas a implantação da Termoelétrica BEN Bioenergia, construída ao lado da Usina Seresta, em Teotônio Vilela (AL), através de uma sinergia produtiva para a geração de energia elétrica por meio da palha e bagaço da cana, com capacidade de produção de 53 MW.

A segunda iniciativa, a construção e funcionamento, a partir de setembro de 2014, da primeira unidade fabril de etanol de segunda geração do Hemisfério Sul, para utilização de palha e bagaço de cana-de-açúcar, matéria-prima que até então era descartada ou queimada nos canaviais, colocando a empresa entre as mais sustentáveis do planeta no setor.

O projeto com investimentos da ordem de R\$ 350 milhões, para operação de unidade fabril com capacidade para produzir 80 milhões de litros de etanol celulósico/ano, decorre de importante parceria do Grupo Carlos Lyra (USINA CAETÉ) e a empresa GRANBIO (BIOFLEX AGROINDUSTRIAL S.A.), no município de São Miguel dos Campos, estimando um aumento de 45% na produção de etanol por hectare.

Outra parceria importante, esta visando a introdução do eucalipto como biomassa e diversificação na indústria do mobiliário e produtos derivados de madeira renovável, foi a do Grupo Carlos Lyra com a empresa DURATEX, gigante brasileira na fabricação de painéis de madeira, em 2014, mais uma vez através da USINA CAETÉ e a DURATEX FLORESTAL, subsidiária da DURATEX, um investimento conjunto de R\$ 72 milhões para a criação de uma base florestal de eucalipto em Alagoas viabilizando o abastecimento de sua futura fábrica de painéis industriais (MDF/MDP) a ser instalada em Alagoas entre 2021 e 2022.

Os plantios de eucalipto do Grupo com mais de 8 mil hectares, podendo alcançar a marca de 13 mil hectares nos próximos anos, têm se

destacado e abrem caminho para a diversificação, tornando realidade a primeira unidade de produção de painéis de madeira no Nordeste.

Em 2015, a Federação das Indústrias de Alagoas e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas de Alagoas apresentaram o projeto “Plano de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Eucalipto em Alagoas”, com a finalidade de direcionar os encadeamentos produtivos da eucaliptocultura e seus impactos no Estado.

O Plano destaca que a grande vantagem da eucaliptocultura é a otimização das áreas de encostas, antes utilizadas pelo cultivo da cana-de-açúcar. Por outro lado, possibilidade de desenvolver áreas abandonadas e em degradação de forma a estabelecer um Plano Estratégico de Desenvolvimento, com todos os elos dessa cadeia.

O estudo considera como marco inicial do desenvolvimento do cultivo de eucalipto em Alagoas o dia 7 de julho de 2009, quando foi assinado o contrato entre a FIEA e a CLONAR. A empresa é incubada na Universidade de Viçosa/MG, sendo esta referência mundial na cultura do eucalipto. A iniciativa busca explorar a potencialidade da eucaliptocultura em Alagoas como nova atividade econômica para o Estado, tendo como projeto inicial a pesquisa: “Cultivo de Eucalipto no Estado de Alagoas: Potencialidades e Comportamento de Materiais Genéticos”.

O plano discorre ainda sobre a profunda crise no setor sucroalcooleiro com a falência de tradicionais unidades industriais, sobrevivendo aquelas que investiram em ganhos de eficiência. Das 24 usinas remanescentes, apenas 19 unidades industriais estavam ativas, em função da pior crise enfrentada nos últimos 10 anos, composta por um mix de seca, mecanização da colheita e a política de preços do governo federal para o álcool, que proporcionou o endividamento das usinas e o atraso na renovação do plantio. Ainda assim, a parceria que levou o nome CA-



Importância da cultura do eucalipto na visão da FIEA

ETEX, segue seu rumo normalmente.

Reforça o quadro para desenvolvimento da cadeia produtiva uma parceria relacionada à geração de energia elétrica com base na biomassa de madeira, com matéria-prima derivada do eucalipto, entre a BRASKEM e a ERB - Energias Renováveis do Brasil. A ERB produzirá energia elétrica com matéria-prima derivada do eucalipto, com objetivo de garantir parte da demanda da BRASKEM de energia e vapor, podendo, inclusive, substituir o consumo de gás natural.

A unidade está em fase de implantação no Polo Multifábrica José Aprício Vilela, em Marechal Deodoro, ao lado da planta industrial da BRASKEM. Essa iniciativa é responsável pelo crescimento da área de cultivo em Alagoas, assim como pela perspectiva de aumento para os próximos anos.

O Plano de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Eucalipto em Alagoas (FIEA/SEBRAE) evidencia que Alagoas passa por um momento histórico de quebra de paradigmas. Após décadas, a cultura da cana tem perdido força e, com isso, o Estado já sente a forte retração na geração de emprego e na sua dinâmica. A Zona da Mata e parte do Litoral Norte são as áreas de maior custo de produção para a cana, devido ao grande percentual de terras acidentadas e inviáveis para mecanização da colheita por outro lado, torna-se a região de maior potencial de desenvolvimento da eucaliptocultura.

Assim, uma janela de oportunidade se abre nessas regiões. Já se observa que os antigos fornecedores de cana estão, paulatinamente, se tornando plantadores de eucalipto. Da mesma maneira, as culturas subjacentes vêm se adaptando a nova realidade e já visualizam no eucalipto um negócio lucrativo.

A madeira do eucalipto pode ser utilizada inteira, como lenha, ou picada, conhecida como cavaco, dessas duas formas, derivando-se as demais, como os briquetes e *pellets*. Assim, o eucalipto servirá para atender às necessidades de diversos mercados, sendo os segmentos de serraria, painéis e energia os de maior potencial em Alagoas. Os dois primeiros consolidam-se com a indústria secundária de móveis e artigos de madeira para construção civil e outros.

O estudo enfatiza que, no âmbito das culturas, o eucalipto não visa competir com a cana-de-açúcar. Seu objetivo é ocupar áreas de encostas e degradadas, onde apresente situação de elevada depreciação eco-

nômica.

Tendo como referência o segmento energético, verifica-se que a eucaliptocultura apresenta um maior retorno se comparado à cana, podendo ser uma alternativa para os fornecedores de cana e para as próprias usinas que se encontram em áreas inviáveis para continuidade da atividade.

Quanto às questões ambientais, a floresta plantada tem o poder de reduzir a pressão nas florestas nativas e de constituir até 20% de Áreas de Preservação Permanentes (APP) em propriedades rurais. Sua ação na captação de CO₂ propicia a obtenção de créditos de carbono para empresas que reduzam a emissão de gases do efeito estufa.

Os ganhos sociais também são consideráveis, visto que a cadeia produtiva engloba diversos mercados e proporciona maior distribuição de renda do que a cana.

A construção de um ambiente competitivo conseguirá reforçar a capacidade de atração de empresas, de forma a atender ao crescente mercado nordestino de madeira, hoje atendido pelos estados do Sul e Sudeste do País, além do abastecimento de madeiras irregulares.

Os norteadores para consolidação dessa Cadeia foram delimitados pelos agentes produtivos e de apoio envolvidos até o momento, sinalizando como fatores estratégicos de trabalho a educação, a tecnologia e inovação, a competitividade empresarial, o fomento florestal e a participação do setor público.

A adaptabilidade comprovada da cultura no Estado, os resultados superiores à média nacional, as terras disponíveis, o mercado e a necessidade de diversificação e geração de emprego são os principais fatores que demonstram a oportunidade de ascensão desta cultura em Alagoas. O eucalipto surge como atividade viável, com grande potencial de desenvolvimento, sendo uma alternativa para pequenos, médios e grandes produtores e seu desenvolvimento consolida maior dinâmica regional com a otimização de áreas não produtivas.

Como ferramenta estratégica, tem-se a constituição do Fórum de Discussão da Cadeia Produtiva do Eucalipto em Alagoas, ambiente de construção de estratégias e delimitações de ações, no qual todos trabalharão com um objetivo único: fortalecimento da Cadeia e do Estado.

Dentro desta visão otimista o eucalipto é uma cultura consolidada em Alagoas, com cerca de 13.500 hectares de eucalipto plantados

no Estado (CAETEX + outros produtores), expectativa de alcançar 20 mil hectares plantados (2020/21), graças à parceria entre o SEBRAE e a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas da qual os produtores locais têm contado com consultoria técnica para descobrir as variedades que mais se adaptam ao Estado.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

- Kennedy Calheiros: Presidente da Associação Comercial de Maceió.
- Benedito Ramos Amorim: Coordenador de Ação Cultural e Social da Associação Comercial de Maceió.
- Carlos Gonzaga Brêda: Primeiro Secretário de Indústria e Comércio de Alagoas.
- Klécio José dos Santos: Presidente da Cooperativa Pindorama Ltda.
- Abel da Silva Guimarães: Assessor da Presidência da Cooperativa Pindorama Ltda.
- Alfredo Raimundo Correia Dacal: Presidente do SINDIPAN/FIEA.
- Edberto Ticianeli - Jornalista/História de Alagoas (fotos)
- Artur Cesar Nogueira: Economista/Consultor FIEA.

FONTES DE CONSULTA – ANOTAÇÕES DOS CONSULTADOS:

Tendo em vista a diversidade de assuntos e enfoques nos diversos cenários da Trajetória, foi necessário um ambiente de consulta mais amplo além de bibliografia tradicional atinente aos registros históricos da indústria, antecedentes e correlações com outras variáveis econômicas e sociais. Assim, como dissertado na metodologia de elaboração, o trabalho envolveu fontes das mais diversificadas e inusitadas, conforme três grupos específicos, de acordo com o cenário e os fatos neles contidos e registrados, buscando recursos materiais e pessoas identificados com as questões.

Primeiro Grupo: autores, professores, pesquisadores, historiadores, doutorandos, mestrandos, jornalistas, profissionais liberais, empresários, dirigentes e executivos do setor industrial, gestores públicos (secretários, diretores, assessores);

Segundo Grupo: entidades e instituições estaduais municipais e federais, universidades, arquivos e bibliotecas públicas e privadas, museus, institutos, fundações, associações, jornais, revistas, empresas privadas, cooperativas, sindicatos patronais da indústria; incluídos IBGE, SUDENE, Banco do Nordeste, UFAL, CESMAC;

Terceiro Grupo: arquivos técnicos da FIEA/IEL, arquivos pessoais de Francisco Braga Soares (FIEA), Alfredo Correia Dacal (SINDIPAN/FIEA), Benedito Ramos (ACM), declarações e resumos de entrevistas com empresários da indústria, assessores e sucessores;

Pessoas e suas entidades foram consultadas direta ou indiretamente por meio de livros, artigos, publicações, indicações, relatórios, teses, trabalhos de pesquisas histórica, econômica ou setorial, entrevistas, declarações e comentários:

Douglas Apratto Tenório; Golbery Luiz Lessa; Telma de Barros Correia/ USP; Arnaldo Paiva Filho; Cícero Pércles de Carvalho; André Cabral; Jair Pimentel; Francisco Reynaldo Amorim de Barros/ABC das Alagoas; Araken Alves de Lima; Sandra Lúcia dos Santos; Carlos Tibúrcio de Abreu; Humberto Barros, Humberto Bastos; Alberto Saldanha; Luiz Antônio Palmeira Cabral; Marcela Guimarães; Ernande Bezerra; Edberto Ticianeli; Leonides Alves da Silva Filho (SUDENE).

O presente trabalho pretende mostrar, de forma agradável e objetiva, um resumo sobre a Trajetória da Indústria Alagoana, de 1850 até os dias atuais. A narrativa usada será de cunho jornalístico, visando oferecer de forma simplificada, resumida por fases, período ou ciclo, uma breve retrospectiva dos acontecimentos que, direta ou indiretamente, estão atrelados ao registro histórico da ocorrência industrial em Alagoas, sejam fatos positivos ou negativos nos âmbitos estadual, municipal, federal, da parte do governo, do setor produtivo ou de outros segmentos.

Os trabalhos que envolvem o tema da indústria alagoana dispostos na literatura de um modo geral, ainda que numerosos e fartamente municiados de fontes e dados, se notabilizam pela análise de ramos industriais distintos e desarticulados entre si, com grande destaque para a indústria sucroalcooleira. Presente em boa parte das contribuições acadêmicas produzidas por alunos e professores de instituições de ensino superior, principalmente as pertencentes ao Estado, a linguagem de grande parte desses trabalhos procura corresponder às exigências de ambientes universitários, onde a defesa de hipóteses específicas, necessárias aos objetivos propostos, carregam especificidades técnicas que dificultam o seu manuseio pelo público em geral.

Direcionada nessas questões, esta proposta argumenta pela necessidade e, seguramente, pela originalidade de se produzir um mapeamento da indústria alagoana, com destaque para os diferentes estágios de sua formação, a análise de cada período. Propõe-se, portanto, a exposição da industrialização alagoana como um processo dinâmico, que interliga os vários ramos optados pela economia do Estado, a ser apresentado com linguagem e método objetivo, possibilitando sua utilização como obra de referência geral.

O trabalho objetiva a produção de acervo documental de referência que possa ser utilizado pelo público de um modo geral, em uma linguagem acessível e didática. Portanto, além de se dirigir a estudantes, secundaristas e universitários, e demais públicos interessados, este projeto tem a expectativa esperançosa (e mesmo ambiciosa) de se dispor ao aprofundamento de estudos mais minuciosos.

O projeto de realização deste trabalho prevê a utilização de método histórico analítico, valendo-se de fontes bibliográficas, veículos de informação jornalística e fontes de dados empíricos, correspondendo aos principais indicadores de agregados vinculados à produção industrial de Alagoas.

O público-alvo é determinado pelos usuários das publicações internas da Federação das indústrias do Estado de Alagoas – FIEA, correspondendo ao empresariado, consultores independentes, pesquisadores e estudantes universitários.

Resulta do trabalho de pesquisa sobre o processo de industrialização em Alagoas, considerando sua formação, as inter-relações entre atividades, suas implicações socioeconômicas, seu atual estágio de evolução e perspectivas futuras.

Realização



Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

Execução



Instituto Euvaldo Lodi

Apoio



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA